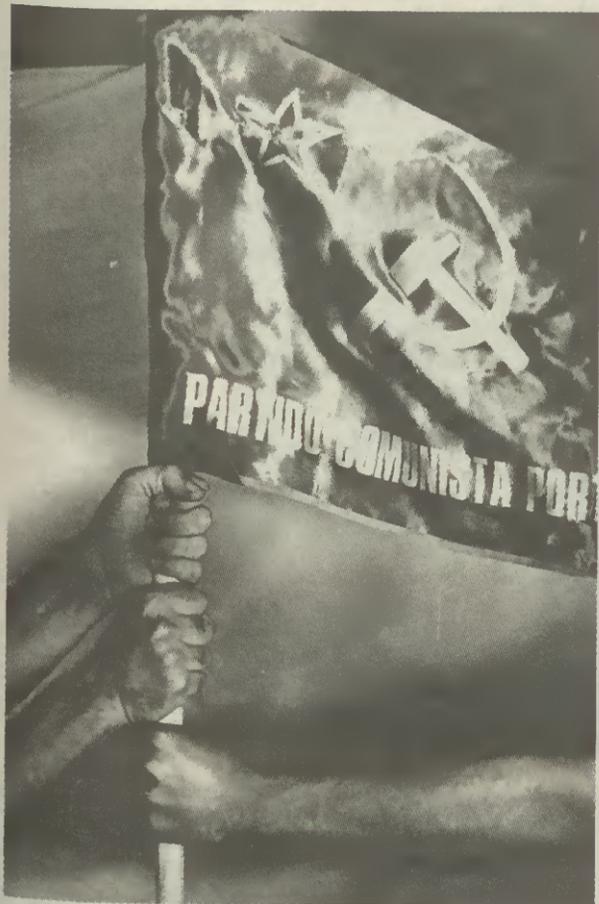


Avante!



Carlos Carvalhas no Barreiro

Organizar a resistênciã

O povo português pode contar com o PCP para o combate à política do Governo, e «conta com a dedicação, com o empenhamento, com o trabalho, com a generosidade, com a iniciativa política de milhares de militantes que anonimamente, sem as luzes da ribalta, combatem esta política, chamam mais gente para a luta e organizam a resistênciã», disse Carvalhas perante centenas de camaradas e de amigos que participaram, no Barreiro, num «jantar de Verão».

Pág. 5

Avante! festa!

FESTADO Avante! 2002 6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAJA • AMORA • SEIXAL

Internacional: Monumento à Palestina



só falta uma semana

Água: um recurso vital e finito



Livros: uma festa!



Campanha Nacional Divulgação do Avante!

Págs. 11 a 22

O Código Bagão Félix

Perguntas e respostas (2)

Continuamos a publicação de um trabalho de Eugénio Rosa, sob a forma de perguntas e respostas acerca destes ataques aos direitos dos trabalhadores.

Págs. 24 e 25

Batasuna

Hora de resistir

O congresso de deputados espanhol aprovou, por larga maioria, o pedido ao governo de Aznar para que promova, junto do Supremo Tribunal, a ilegalização do Batasuna

Pág. 9

Água

Não à privatização

A água não é um produto qualquer. O sistema de fornecimento de água para consumo humano reúne características que lhe atribuem aspectos essenciais de serviço público.

Pág. 23

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carlos Carvalhas apela à mobilização dos comunistas contra legislação aprovada pelo Governo

Resumo

21 Quarta-feira

As 20 trabalhadoras da Rioli Têxteis, de Ponte de Lima, manifestam-se frente à empresa exigindo o pagamento dos salários e subsídios em atraso • O presidente do Instituto Piaget, António Oliveira Cruz, retoma uma greve de fome por tempo indeterminado, em protesto pela falta de homologação de cursos da instituição • A comissão organizadora das festas da Aldeia da Luz solicita à Inspeção-Geral das Actividades Culturais autorização excepcional para realizar espectáculos com touro de morte • A polícia britânica confirma que dois corpos encontrados são os de Holly Wells e Jessica Chapman, as crianças desaparecidas há duas semanas.

22 Quinta-feira

Os trabalhadores do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica da Câmara Municipal de Lisboa reúnem-se para fazer um balanço dos três primeiros dias da greve às horas extraordinárias • A taxa de alcoolemia de 0,5 gramas de álcool por litro de sangue é oficialmente reposta por determinação da lei 20/2002 publicada em Diário da República • O balanço da greve de fome dos prisioneiros turcos para protestar contra o regime de isolamento passa para 54 mortos, após o falecimento de um detido no Hospital de Ancara • O Ministério Público de Frankfurt instaura um inquérito por «negação do Holocausto» contra a cineasta alemã Leni Riefenstahl, que completa 100 anos.

23 Sexta-feira

A Fenprof considera «inaceitáveis» os cortes orçamentais de quatro e cinco por cento que o Governo propõe para o Ensino Superior Público em 2003 • Soldados israelitas assassinam dois militantes palestinos na Faixa de Gaza • As autoridades russas descobriram no Sul da Tchetchénia uma vala comum com corpos de soldados russos • O partido Batasuna realiza uma manifestação, em Bilbao, contra o processo de ilegalização movido pela justiça.

24 Sábado

Carlos Carvalhas participa num «jantar de Verão» no Barreiro que contou com a participação de centenas de pessoas; no encontro, o secretário-geral do PCP apela à mobilização dos comunistas contra a legislação aprovada pelo Governo • Os trabalhadores contratados da Direcção-Geral dos Registos entram

em greve, pela quinta vez, este mês • O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos duvida da capacidade de administração fiscal para cobrar em tempo recorde os impostos em atraso relativos aos anos de 1997 e 1998 • Duas pessoas ficam feridas em Joanesburgo, na África do Sul, quando a polícia dispara granadas de gás lacrimogéneo para dispersar mais de 500 manifestantes do movimento Sem Terra.

25 Domingo

A Comissão Executiva da CGTP-Intersindical reúne para analisar o quadro político actual e as futuras intenções do Governo • Os maquinistas da Fertagus iniciam uma greve parcial a partir da sétima hora de serviço; a greve é convocada pelo Sindicato dos Maquinistas para exigir negociações com a administração da empresa para a correcção de alegadas situações de «ilegalidade» nas relações laborais • Aviões norte-americanos e britânicos bombardeiam sistemas de radar de orientação de mísseis no Sul do Iraque.

26 Segunda-feira

Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, acusa o líder do PP e ministro da Defesa, Paulo Portas, de fazer uma «campanha de agitação» e «terrorismo» social no seu discurso da «rentrée» política, ao prometer dar luta a uma greve geral • Os trabalhadores dos Serviços de Identificação, em greve desde 10 de Agosto, avaliam novas formas de protesto, com um plenário seguido de manifestação para reivindicarem a integração na função pública • O Exército israelita iniciou uma operação militar na cidade e no campo de refugiados de Jenin • O julgamento de Slobodan Milosevic, interrompido durante três semanas, recomeça no Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia.

27 Terça-feira

Os trabalhadores com contrato administrativo de provimento dos Serviços de Identificação agendam mais seis dias de greve a partir de 16 de Setembro • O Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos acusa o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento de não cumprir a legislação, permitindo que estejam nas farmácias privadas «pessoas sem formação» • O primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, garante que os magistrados e outros funcionários judiciais de Timor-Leste não ser preferencialmente formados em Português.

Aconteceu

Urnas à porta de Ministério

Os agentes funerários da zona Centro ameaçaram, esta semana, marchar para Lisboa e depositar cerca de 200 urnas frente ao Ministério da Economia, caso um artigo da lei que rege o funcionamento do sector não seja alterado.

Em causa, segundo a associação de agentes funerários do Centro (AAFC), está uma alínea do artigo sexto do decreto-lei 206/2001, referente ao quadro de pessoal das funerárias, «que obriga as sedes a terem quatro empregados e as filiais dois, o que representa a morte das pequenas agências».

Adelino Pinto, dirigente da AAFC, disse à Lusa que «as pequenas agências

de aldeia não têm capacidade económica para suportar este número de trabalhadores. Considerando que a lei que regula o funcionamento do sector funerário «no geral, está boa, veio mesmo regulamentar e dignificar o sector», Adelino Pinto defende, no entanto, que a alínea em causa «seja alterada».

Nesse sentido, os agentes funerários querem ser recebidos até 20 de Setembro pelo ministro da Economia, esperando uma resposta «positiva» às suas aspirações. «Se não nos for dada resposta, vamos caminhar para Lisboa e cada carro funerário levará uma urna para ser depositada frente ao Ministério», revelou Adelino Pinto.

SEF detém 4 romenos por exploração

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deteve quatro cidadãos romenos na passada semana na Avenida da Liberdade, em Lisboa, que se dedicavam à distribuição de mulheres e crianças no metropolitano e principais cruzamentos da cidade com o objectivo de «praticarem a mendicância», informa um comunicado enviado por aquele serviço à comunicação social.

Os quatro indivíduos, ilegais em Portugal, foram levados aos juízos de pequena instância criminal onde foram ouvidos num primeiro interrogatório. O tribunal

decidiu que teriam de se apresentar semanalmente no SEF para efeitos de instauração e instrução do competente processo administrativo de expulsão.

O SEF informa que desde Fevereiro deste ano várias dezenas de cidadãos romenos, oriundos de Espanha, se vinham dedicando à mendicância nos principais cruzamentos da cidade lisboeta e que face a este fenómeno realizaram uma «grande operação de controlo documental». O resultado foi a identificação e notificação de cerca de uma centena de imigrantes ilegais.

Aborto autorizado na capital australiana

A capital australiana, Camberra, aprovou no Parlamento na passada semana a autorização do aborto naquela cidade. A decisão com nove votos a favor e oito contra, transforma Camberra no único lugar da Austrália onde as mulheres e os médicos não vão poder ser penalizados com prisão até 10 anos por abortar ou por ajudar no aborto.

Com esta nova legislação, as interrupções voluntárias de

Morreram 119 pessoas em acidentes laborais

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), revelou na passada semana que, nos primeiros seis meses do ano, morreram 119 trabalhadores em acidentes de trabalho, 55 dos quais na construção civil.

De acordo com Armando Farias, dirigente da CGTP na

área da higiene e segurança no trabalho, o número de vítimas de acidentes de trabalho é superior ao divulgado, uma vez que as estatísticas do Ministério do Trabalho reportam-se apenas às mortes que se registam no local de trabalho, e não às que ocorrem posteriormente, como consequência do mesmo.

A central sindical acusou também o facto dos acidentes não se registarem apenas na construção civil, sendo que o problema afecta todos os ramos da indústria transformadora e dos transportes.

«A maioria dos acidentes de trabalho dá-se em situações em que há flagrante incumprimento da legislação em vigor por parte das entidades empregadoras», disse Amável Alves, da CGTP, falando também da falta de fiscalização.



Desemprego sobe em Julho

O desemprego subiu 1,2 por cento no mês de Julho, face a Junho, de acordo com os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional. A taxa de desemprego fixou-se nos 4,5 por cento.

No passado mês de Julho, o desemprego atingiu os 326 593 indivíduos,

o que constitui um aumento de 1,2 por cento face a Junho de 2002 e uma subida de 4,5 por cento face a Julho de 2001, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em Junho, o número de desempregados havia des-

cido 1,2 por cento em relação a Maio, o que corresponde a 322 729 indivíduos.

No mês passado inscreveram-se nos centros de emprego 41 213 individuais, mais 17,1 por cento que o número de inscritos registados no mês homólogo e mais 23,8 por cento face a Junho de 2002.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

RIO + 10 e os caminhos do progresso social

A Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável começou oficialmente na passada 2.ª-feira na capital da África do Sul. Trata-se de um acontecimento que importa acompanhar tão de perto quanto possível pelas indicações que por certo dará quanto a questões cruciais da evolução mundial. Até porque esta será a maior Conferência jamais realizada pela ONU, nela participarão mais de 100 chefes de Estado ou de Governo e, em debates e fóruns de tipo vário, mais de 40 000 pessoas, desde representantes de ONGs a executivos de multinacionais, para além dos muitos milhares de manifestantes que começaram já a desfilar pelas ruas de Joanesburgo.

As expectativas quanto aos seus resultados não são optimistas. Estamos bem longe da euforia de há 10 anos com a Cimeira do Rio de Janeiro, quando um feixe irremediável de circunstâncias históricas alimentava a ilusão de que problemas decisivos do desenvolvimento global planetário, nomeadamente ambientais, poderiam resolver-se sem questionar os próprios fundamentos do capitalismo. O assassinato de Chico Mendes, em luta pela reforma agrária e contra a pilhagem e destruição da Amazônia pelas multinacionais, não se impunha ainda como expressão de uma intensa luta de classes, então dada como ultrapassada, mas que não cessaria de se agudizar.

Muitas ingénuas e honestas ilusões sofreram entretanto rudes machadadas às mãos do processo de «globalização». Os objectivos da «Cimeira da Terra» de 1992 não só não foram cumpridos como em muitos casos se verificaram sérias regressões, a começar pela exploração, a pobreza, o fosso Norte/Sul. O triunfalismo resultante das derrotas do socialismo deu lugar a uma crise económica e financeira tão séria que até celebrados especialistas do sistema, como o prémio Nobel da economia Joseph Stiglitz, expressam a mais viva

preocupação perante a incapacidade de gerir os desequilíbrios e dominar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. E há o surto do militarismo e da guerra a contradizer brutalmente a promessa de um mundo pacífico e seguro que o desaparecimento do «império do mal» significaria. E há o generalizado ataque a direitos, liberdades e garantias de que todos os dias temos notícias inquietantes,

contradizendo cínicos hinos aos «direitos do homem» ou à «liberdade de circulação» com que se justificou, na ponta final da crise da RDA e outros regimes do Leste da Europa, a brutal ingerência imperialista nos seus assuntos internos.

É importante seguir os trabalhos da Cimeira de Joanesburgo, mesmo sabendo que os seus resultados não poderão ser satisfatórios, até porque à partida se puseram de lado temas centrais como os relativos à liberalização do comércio mundial, à dívida externa, às trocas desiguais e tantas outras. As questões de natureza estrutural, responsáveis pelas insuportáveis desigualdades e explosivas contradições do mundo contemporâneo, não constam da agenda, mas às multinacionais, responsáveis pela exploração e pilhagem de recursos imensos, é oficialmente atribuído um papel importante na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Mesmo numa óptica essencialmente paternalista e assistencialista, tal como sucedeu já na Conferência de Monterey, as expectativas são muito baixas e a meta dos 0,7% do PIB para a ajuda aos países em vias de desenvolvimento está cada vez mais distante. Mas já quanto às grandes questões do debate político e ideológico e à arrumação das forças em presença num combate que é na sua essência anti-imperialista, haverá importantes ilações a tirar. Não terá pouco significado político o previsível isolamento dos EUA nas suas provocatórias posições. Nem a posição que a UE venha a adoptar.

A propósito deste importante acontecimento os *media* vão bombardear-nos com índices, estatísticas, diagnósticos impressionantes do ponto de vista social e humano, sem entretanto esclarecer causas e soluções. Uma tal tarefa deve ser assumida pelas forças progressistas, e em primeiro lugar pelos comunistas. Uma coisa é clara: não serão paliativos, nem interesseiras «ajudas» assistencialistas que poderão promover o desenvolvimento, preservar o ambiente, erguer da miséria bilhões de seres humanos. Só com profundas transformações socioeconómicas de natureza anticapitalista, só com o crescimento do movimento antiglobalização e da luta anti-imperialista, só pela acção das forças revolucionárias e em particular dos partidos comunistas isso será possível.

Editorial

UM PARTIDO DE TODOS OS DIAS

Como vem sendo hábito, a *rentrée* ocupou parte considerável do espaço e do tempo dos diversos órgãos de comunicação portugueses, no passado fim-de-semana. Também por força do hábito, entenderam os referidos órgãos de comunicação que, no que respeita ao PCP, a dita *rentrée* ocorrerá na Festa do «Avante!», pelo que não se justificaria dar à intervenção de Carlos Carvalhas, no Barreiro, o destaque dado às intervenções de Ferro Rodrigues e de Paulo Portas. E assim fizeram. Com algumas honrosas excepções, reconheça-se.

Acontece que a palavra *rentrée* – com a qual se anuncia o regresso dos partidos à actividade depois das férias e que assenta como uma luva nos restantes partidos nacionais – não é aplicável ao PCP. Por razões óbvias, mas que se percebe não poderem ser tidas em conta por esses órgãos de comunicação, sob pena de se desdizerem, de darem o dito por não dito em matéria de *informação* sobre o PCP. Na verdade, as vagas de decretos sobre a «morte» ou a «inactividade» ou o «fim da militância» do PCP não são compatíveis com a *informação* verdadeira sobre a actividade dos comunistas – actividade que, em muitos aspectos é possí-

“Não regressámos porque já cá estávamos”

vel esconder silenciando-a, mas que em relação à Festa do «Avante!» se torna difícil silenciar.

Como a realidade mostra, o PCP é um partido de todos os dias e, assim sendo, não fecha para férias. Daí que não tenha *rentrée* – ou, se se teimar nisso, haverá que dizer que a *rentrée* dos comunistas acontece todas as manhãs de todos os dias de todos os anos...

No decorrer do Verão, os comunistas, para além de prosseguirem a luta contra a política de direita, procederam à construção da Festa do «Avante!» – a maior e mais importante iniciativa política, cultural e de convívio realizada no nosso país, uma iniciativa só possível de concretizar por um partido com as características do PCP. Da mesma forma que a intervenção contínua do Partido assenta na participação consciente dos seus militantes, a Festa é o resultado desse esforço militante, sem o qual a sua concretização seria impensável. E a militância é, como se sabe, uma característica específica do PCP e que não existe, com dimensão e conteúdo semelhantes, em nenhum outro partido nacional.

No sábado passado, durante o dia, na Quinta da Atalaia, cerca de mil militantes e simpatizantes comunistas, entre os quais muitos jovens, cumpriram mais uma jornada de trabalho voluntário, fruto dessa militância assumida em consciência e sustentada em valores e princípios que lhe conferem um muito específico conteúdo. As jornadas de trabalho do último

fim-de-semana confirmaram o que as anteriores jornadas haviam evidenciado: comparativamente ao ano passado, o número de participantes é claramente superior. Facto que há-de ter algum significado.

Ao mesmo tempo que estes construtores da Festa trabalhavam na Atalaia, outros construtores (certamente em número não inferior), noutros pontos do País, davam andamento às mil tarefas necessárias para assegurar o bom funcionamento da Festa nos três dias da sua duração.

No sábado à noite, 250 camaradas e amigos participavam, em Faro, numa Festa-Comício que tinha como objectivo divulgar a Festa do «Avante!», enquanto que, à mesma hora, no Barreiro, se realizava um «jantar de Verão, com a presença de cerca de 500 militantes e simpatizantes do Partido e no decorrer do qual interveio o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas.

No fim-de-semana anterior, as coisas tinham-se passado de igual modo. E no anterior, também...

Esta intervenção constante dos militantes comunistas troca as voltas à tradicional *rentrée*. Ou seja: não regressámos porque já cá estávamos, e já cá estávamos porque o PCP é um partido diferente dos restantes. Com muitos problemas, muitas dificuldades, muitas insuficiências, sem dúvida. Mas diferente: pelo seu projecto, pela sua ideologia, pela sua natureza, pelo conteúdo dos valores que sustentam a sua intervenção, pela forma como se organiza e pelas suas regras de funcionamento, caracterizadas por um estímulo e um incentivo permanentes à participação dos militantes – que conferem a esse funcionamento um conteúdo democrático único no quadro partidário nacional.

Na intervenção produzida no Barreiro, o Secretário-Geral do PCP, depois de proceder a uma análise sobre a política que o Governo PSD-CDS/PP está a levar à prática e sobre as consequências nefastas dessa política para a maioria dos portugueses, reafirmou a determinação do PCP em prosseguir o combate à política de direita e fundamentou, exemplarmente, essa reafirmação: o PCP «conta com a dedicação, com o empenhamento, com o trabalho, com a generosidade, com a iniciativa política de milhares de militantes que, anonimamente, sem as luzes da ribalta, combatem esta política, chamam mais gente para a luta e organizam a resistência».

Dedicação, empenhamento, trabalho, generosidade, iniciativa política que, estando presentes na intervenção diária do Partido, assumem dimensões extraordinárias no decorrer do processo de construção da Festa do «Avante!» e alimentam os três dias da Festa de alegria, fraternidade, camaradagem, amizade, solidariedade. E de força – de força para a luta dos dias seguintes. O que é extremamente importante. Porque – sabem-no todos os militantes comunistas, todos os que se negam a baixar os braços, todos os que resistem com os olhos postos no futuro, todos os que são e querem continuar a ser comunistas – a luta continua.

Actual Quase tudo, quase nada

• Vítor Dias

Os órgãos de informação trouxeram-nos no sábado e no domingo passados a notícia de que Ferro Rodrigues havia anunciado a disponibilidade do PS para, segundo a versão do «Público», «ajudar o Executivo a tentar no seio da União Europeia a renegociação do Pacto de Estabilidade».

A verdade porém é que, tirando o seu instantâneo consumo, nos dias seguintes parece que ninguém se ocupou do tema nem adiantou nenhuma reflexão sobre o seu significado, o que, bem vistas as coisas, nem é de estranhar num sistema mediático-político que, cada vez mais, parece estar organizado para que quase tudo se esqueça e quase nada se aprenda.

Reagindo quixotesicamente contra essa corrente, só queremos propor que, a respeito desta afirmação de Ferro Rodrigues, se lembrem retrospectivamente quantas acusações de radicalismo, insensatez, irresponsabilidade e antieuropeísmo lançadas pelo PS, pelo PSD e por tantos comentadores o PCP teve de ouvir ao longo dos últimos anos

de cada vez que criticou o Pacto de Estabilidade ou defendeu a sua revisão ou renegociação.

Só queremos propor que agora se recapitule quantas respostas agrestes e definitivamente hostis o PCP teve de ouvir de cada vez que sublinhava que as rígidas exigências sobre o valor do défice não tinham qualquer suporte científico e que nenhum economista jamais tinha demonstrado por que é que tinha de ter um valor rígido e não mais ou menos um ponto.

Só queremos propor que agora se recorde quantas comentários ríspidos e dogmáticos o PCP teve de ouvir de cada vez que sublinhava que não fazia nenhum sentido que o governo de um país como Portugal se fizesse campeão



da ortodoxia monetarista do Banco Central Europeu e do Pacto de Estabilidade quando países co-

mo a França ou Itália, sempre que lhes dava jeito, não hesitavam em dela se querer distanciar.

Só queremos propor que agora se lembre quantas duras e automáticas rejeições o PCP teve de ouvir de cada vez que salientou que, sendo contestável em geral, o Pacto de Estabilidade e as suas exigências eram acrescidamente erradas e nefastas em conjunturas de estagnação ou de recessão económica.

Não, estas anotações não vão terminar com nenhum juízo sobre a sinceridade ou mera fática oposição da afirmação de Ferro Rodrigues. Insistindo que sem memória fica o terreno livre para as ilusões e os enganos, o que queremos concluir é que, através deste e de outros casos e exemplos, talvez seja se perceba melhor porque é tantos discutem tanta coisa sobre o PCP — da sua história às suas regras, das suas questões internas à sua identidade — mas raramente discutem ou contestam as políticas e propostas, centradas sobre os problemas nacionais, realmente defendidas pelo PCP.

Felizes os que pensam

• Jorge Cordeiro

Há quem afirme com ironia para ilustrar a ideia de que pouco neste mundo já o surpreenda que depois de se ver um porco a andar de bicicleta pouco mais há que possa imaginar. Nada de mais errado. Bastaria assinalar o facto de ver chegar ao debate em curso sobre a «esquerda» o director do Público para se confirmar, ao contrário do que se seria tentado a julgar, quanto fértil pode ser a imaginação e ilimitados os factos que nos surpreendam.

De tão abundantes, chegam a comover os conselhos na prosa vertida por alguns sobre o que a esquerda deveria ser. Conselhos que naturalmente se orientam para que a esquerda seja aquilo que os autores querem que seja e não aquilo que de facto deverá ser e que, sendo-o, eles não desejariam decididamente que fosse. Segundo alguns, uma esquerda que recuse do seu ideário a ruptura revolucionária como elemento essencial de transformação social e de evolução histórica da humanidade e condição à própria libertação das forças produtivas; uma esquerda que aceite de braços abertos a economia de mercado e que para ela olhe sem questionar o que ela encerra enquanto factor inexorável de agravamento de desigualdades; uma esquerda que não ouse pôr em causa o capitalismo e o aceite como matriz eterna sobre a qual se deveria procurar resolver, aí sim em exercício digno da quadratura do círculo,



os problemas insanáveis que a própria natureza do sistema gera e amplia; uma esquerda que, com vantagem para «eles», não veja para além dos limites de um dado modelo de social-democracia avaliado pela gradação dos programas assistenciais e de protecção que possam atenuar as desigualdades e esbater, como convém à perpetuação do sistema dominante, as tensões sociais que decorrem das relações de produção. Em resumo uma esquerda «moderna», domesticada aos interesses do capital, amarrada e sem perspectivas, preferivelmente acomodada a ser dirigida pelos que «pensam» por ela sobre o que ela deve ser.

Ah! Para que se diga que não têm coração, aí está a ideia da «felicidade» como aquilo que é mais individual e único, erigido a objectivo supremo do Homem. Saúde-se a dimensão do gesto, digno de lhes a abrir as portas do céu, lavar a consciência. O que fica por explicar é como, para além desta habilidade de transportar para o domínio dos conceitos morais o que só pode ter solução no domínio do material que constituem as relações que regulam o social, os autores asseguram, no quadro do capitalismo, o inalienável direito a uma felicidade construída na base da igualdade de oportunidades e de direitos de cada homem perante si, os outros e a sociedade que se insere.

O que seguramente obriga a que cada um se não acomode aos conselhos de outros e que pense, e sobretudo aja, a partir do que observa, sobre o que o indigna e o que quer ver assegurado como direitos para si e para os outros.

A esquerda na «ordem do dia»?

• Aurélio Santos

De repente, quando já estava dado como ultrapassado o confronto entre esquerda e direita, ei-lo que volta a estar na ordem do dia:

A diferença entre esquerda e direita não resulta de um circunstancial lugar geométrico ocupado nos parlamentos. Tem bases ideológicas e concretiza-se em práticas políticas.

Para a direita, as injustiças sociais são inerentes à natureza humana, a exploração de uns homens por outros é condição de desenvolvimento económico, a ordem social vigente não pode ser alterada (e aí de quem ousar pô-la em causa!). Para a esquerda — é possível e necessário transformar a sociedade humana, assegurar o pleno aproveitamento das potencialidades de todos os seres humanos, promover um desenvolvimento económico inseparável da justiça social e do respeito pelos direitos humanos.

As grandes revoluções sociais do século XX implantaram nas consciências estes ideais da esquerda e até os partidos da direita falam agora nas «res-

ponsabilidades sociais do capital» e dizem que «a economia de mercado deve ter também uma dimensão social» — numa homenagem hipócrita prestada pelos vícios da direita às virtudes da esquerda... Só que não as praticam...

E aqui chegamos à essência da questão, ao conteúdo real da actuação das forças políticas, aos valores e interesses que realmente servem e promovem. É por aí que se vê por que lado da estrada caminham.

A crise da esquerda (em Portugal e na Europa) nasceu dum semente geneticamente manipulada que enxertou uma política de direita numa rosa posta ao peito de partidos que se identificavam como de esquerda. Para compreender a gravidade da situação actual é necessário ter em conta quanto essa prática política desorientou os eleitorandos e degradou a democracia, reduzindo o seu sistema de representação a uma rotatividade da ocupação de cargos e de oportunismos de conveniência.

Relançar a esquerda? É sem dúvida

uma exigência da actual conjuntura perante o avanço de uma direita à procura de posições de força para dominar ou conter as crises que ela próprias está a gerar.

O reconhecimento de que esse avanço se deve em grande medida à prática política de partidos com lugar na esquerda poderá abrir caminho a um novo ciclo político em que os valores da esquerda, independentemente das diferenças ideológicas, se afirmem numa prática política de esquerda?

Em Portugal, desde o relâmpago revolucionário de Abril, estamos atrasados nesse processo. Que não pode ignorar a cultura de esquerda e o património político, solidamente implantado na sociedade portuguesa, que tem no PCP uma referência insubstituível. E nós próprios, comunistas, temos de dar o devido valor ao facto de termos mantido, mesmo em condições adversas, erguida meia bandeira de esquerda no quadro político português e de termos dado, com a nossa prática política e social, uma inegável contribuição à base de apoio popular indispensável para uma real alternativa de esquerda.



Frases

“A prosperidade partilhada é possível porque, pela primeira vez na História, a sociedade possui capacidade, o conhecimento e os recursos para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento.”

Thabo Mbeki, presidente da África do Sul, Jornal de Notícias, 27-8-2002

“A greve geral leva a despedimentos. (...) [Portugal] precisa é de autoridade.”

Paulo Portas, Público, 26-8-2002

“Foi o ministro Paulo Portas que fez o anúncio que vai haver uma greve geral.”

Carvalho da Silva, ibidem

“A corrupção no Brasil é histórica e crónica, porque a elite brasileira é perversa.”

Lula da Silva, candidato às eleições presidenciais brasileiras, Vermelho, 25-8-2002

“Sendo eu quem recomenda, como faxina da biblioteca, os livros para todos os reclusos, tento fazer uma leitura variada para esse efeito.”

Vale e Azevedo, Correio da Manhã, 24-8-2002

“A ascensão ao Governo da maioria PSD/CDS retirou a Cavaco Silva protagonismo político, poder de influência e margem de manobra presidencial.”

José António Lima, Expresso, 24-8-2002

“Talvez por sermos mais pequenos, somos mais ponderados.”

Dirigente do CDS, comentando a decisão de Durão Barroso de demitir a administração da Refer, ibidem

“Os agentes da PSP destacados para a segurança ao jogo de futebol (...) entre a Académica de Coimbra e o Sporting (...) queixam-se de ter passado fome durante o policiamento.”

Jornal de Notícias, 24-8-2002

“[Jardel] está dependente de uma vaga de fundo de carinho e amor por parte da massa associativa do Sporting.”

Manuel Pinto Coelho, médico de Jardel, ibidem

“A América transformou-nos a todos em produtores e consumidores e já não há espaço para a reflexão ou para ser diferente. Só há espaço para futilidades. (...) Houve uma ruptura entre o entretenimento e a arte cinematográfica. Actualmente, o cinema é feito para miúdos, 80 por cento dos espectadores em todo o mundo têm entre 8 e 20 anos e isso tem custos.”

João Botelho, Diário de Notícias, 24-8-2002

“Na ausência de melhores políticas e de instituições mais eficazes, as pressões ambientais e sociais arriscam-se a bloquear os progressos do desenvolvimento e a exacerbar a pobreza ao reduzirem o nível de vida de cada um.”

Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento, Diário de Notícias, 22-8-2002



Carlos Carvalhas no Barreiro

Uma política inaceitável

A acentuação da política neoliberal e de submissão ao Pacto de Estabilidade do actual Governo está a traduzir-se na concentração da riqueza, na diminuição do investimento social e na contracção da actividade económica, afirmou o secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas, no sábado, no Barreiro.

Criticando uma política, que se traduzirá, ainda, pela acentuação das dificuldades económicas e pelo aumento do desemprego, o dirigente comunista defendeu, em contrapartida,

«uma política que estimule o investimento produtivo e contrabalance os factores recessivos que se verificam na economia portuguesa e na União Europeia, sem deixar de

ter em conta, naturalmente, o défice e a sua dimensão».

No jantar de «pré-arranque político», que este ano juntou meio milhar de militantes na colectividade «Os Penicheiros», o secretário-geral do PCP, falando a seguir a Carlos Maurício, da Comissão Concelhia local e ex-candidato à presidência da Câmara Municipal do Barreiro, acusou o Governo de ter começado por dramatizar o défice para «criar um clima psicológico para apertar ainda mais o cinto», ao mesmo tempo que ia satisfazendo as exigências das grandes empresas.

«As alterações à legislação laboral, a privatização da segurança social e a entrega de milhões dos fundos de pensões para satisfazer a banca e a segurança privada, a prioridade à privatização da gestão dos hospitais e das áreas potencialmente mais lucrativas da pres-

tação dos cuidados de saúde, dando mais dinheiro a ganhar aos grupos económicos por conta e risco do erário público,

são «políticas inaceitáveis que necessitam de desmascaramento e de combate», disse Carlos Carvalhas.

Referindo-se, depois, aos que «têm sempre na ponta da língua a produtividade», lembrou-lhes que, como revelam vários estudos, «a produtividade aumenta com a estabilidade do emprego, com o emprego de qualidade, com a observância dos direitos fundamentais dos trabalhadores». A desregulamentação, o trabalho precário, o trabalho sem direitos e os baixos salários «não só não estimulam o aumento da produtividade como aumentam a sinistralidade do trabalho», sendo que Portugal é o país com a taxa de acidentes de trabalho mais elevada da UE e com as mais baixas indemnizações.

País dependente

Mas as políticas do Governo têm também por alvo a juventude e as novas gerações de trabalhadores que, entretanto, «não devem nem podem pagar a factura de uma política errada e injusta». E os comunistas não aceitam que «a vida de milhares e milhares de jovens e de trabalhadores fique à mercê dos interesses egoístas do capital financeiro, da roleta bolsista e da economia de casino e da cega submissão ao Pacto de Estabilidade». Como não aceitam que o aparelho produtivo seja cada vez mais dependente, dominado pelos centros de decisão externos, ou que «o País se transforme paulatinamente numa região periférica da UE e da Península Ibérica, lugar de sol e de mão-de-obra barata».

Os comunistas não aceitam, ainda, retrocessos na matriz política e ideológica expressa por exemplo na lei

de bases da família ou no campo de importantes valores e direitos conquistados pelas mulheres, a reapresentação, embora de forma retocada, da proposta de lei dos disponíveis - agora intitulada lei de supranumerários -, a contra-reforma fiscal, a contra-reforma da segurança social, a desvalorização da escola pública e da escola superior pública ou a política antilaboral «que o Governo quer aprovar a «mata-cavalos» utilizando o poder absoluto da sua maioria parlamentar».

Se há que «apertar o cinto», o Governo que comece «pelos fabulosos lucros do capital financeiro, pelas grandes fortunas, pelas actividades especulativas e não pelos mesmos do costume», defendeu Carvalhas. Este Governo é, porém, «o expoente dos grandes interesses, dos grandes senhores do dinheiro» e, por isso, «só recuará com uma forte iniciativa política, com a luta de massas e, naturalmente, com a intervenção do PCP», único partido «que é capaz de lhe fazer frente».

Aliás, dirigindo-se ao PS, que tem vindo a «radicalizar o discurso», Carlos Carvalhas recordou-lhe a necessidade dessa radicalização se manifestar, também, «em actos, na intervenção, na luta contra o pacote laboral, na sua votação contra a privatização da Saúde, contra as privatizações e contra o Pacto de Estabilidade».

Por seu lado, o PCP garante ao povo português que pode contar consigo para o combate à política do Governo, já que «conta com a dedicação, com o empenhamento, com o trabalho, com a generosidade, com a iniciativa política de milhares de militantes que anonimamente, sem as luzes da ribalta», ao mesmo tempo que erguem a Festa do Avante, estão nos sindicatos e em todas as esferas da vida nacional, «combatem esta política, chamam mais gente para a luta e organizam a resistência».



Convívio em Faro

Cerca de 250 militantes e simpatizantes do PCP participaram, no sábado passado, em Faro, no Instituto da Juventude, no jantar-convívio para divulgação da Festa do «Avante!». O convívio decorreu num ambiente de grande alegria, camaradagem e fraternidade, com «o espírito do Partido bem presente», como vários participantes sublinharam.

Em nome da Comissão Organizadora da iniciativa falaram os camaradas Francisco Botelho, da DORAL - que fez o ponto da situação em relação à preparação da presença da Organização Regional do Algarve na

Festa do «Avante!» e apelou à intensificação do esforço de venda das EP's e à integração de mais camaradas nas brigadas de trabalho para os três dias de duração da Festa -, e José Castanheira, da Comissão Concelhia de Olhão, que, numa intervenção sublinhada por muitos aplausos, abordou aspectos vários da situação social na região, analisou detalhadamente a situação partidária no Distrito e terminou aludindo à realização

prevista da Assembleia da ORAL e à sua importância para o reforço orgânico e interventivo do PCP no Algarve.

A pretexto da passagem do 50.º aniversário da elaboração do «Relatório sobre o Algarve» (publicado há dois anos), foi convidado a usar da palavra Carlos Costa. Numa breve intervenção, aquele membro da CCC, explicou as razões que estiveram na origem da elaboração daquele texto, sublinhando a indispensabilidade do conhecimento da realidade para uma correcta e eficaz intervenção do Partido.

A encerrar o comércio interveio José Casanova, da Comissão Política e Director do «Avante!», que falou da Festa, da sua importância enquanto acontecimento singular no nosso país do ponto de vista cultural, político e de convívio. Abordou, ainda, a situação partidária e a situação política nacional e internacional.

O convívio prosseguiu, depois, com um espectáculo musical iniciado por Mané e que culminou com a presença e a voz de Lufsa Basto.



CUBA

Atentado à liberdade

O presidente da Câmara Municipal de Cuba, num «grave atentado à democracia e à liberdade», recusou ao PCP autorização para ocupar, com o todos os anos, um espaço na Feira Anual de Cuba, que se realiza de 31 de Agosto a 2 de Setembro. Uma decisão que, de acordo com o ofício dirigido ao PCP, foi tomada com base em «convicções pessoais» daquele autarca.

«Onde está a democracia, num concelho onde uma força política é impedida, com argumentos puramente pessoais e subjectivos, de divulgar as suas mensagens e propostas?», pergunta o PCP, que se interroga, ainda, sobre se o presidente da Câmara de Cuba conhecerá a Constituição Portuguesa e o direito que ela consagra de informar e ser informado ou a Lei dos Partidos Políticos que lhes reconhece o direito a «promover a educação cívica e o esclarecimento e doutrinação política dos cidadãos».

No entendimento dos comunistas, trata-se, pois, de uma decisão que «gera conflitos desnecessários» e «divide a população», sendo que foi tomada pelo eleito de um partido – o Partido Socialista – que, intitulando-se democrático promove, afinal, a censura.

PENACOVA

Não às portagens no IP3

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Penacova do PCP rejeita qualquer possibilidade de instalação de portagens no IP3 que, em sua opinião, precisa é de obras que lhe garantam mais segurança e caminhos paralelos que permitam a saída em segurança de automobilistas, designadamente os agricultores que querem aceder às suas terras, e que se acabe com a «vergonha» que é a circulação nesta via de máquinas agrícolas.

O IP3 deve estar ao serviço das populações do interior e potenciar o seu desenvolvimento, diz o PCP, defendendo o fim do «escândalo» que é a BRISA arrecadar como lucros 72% das receitas das portagens que, depois, «canaliza para os bolsos de meia dúzia de tubarões», que exploram as auto-estradas feitas com dinheiros públicos. Se os cofres do Estado estão tão mal, então, dizem os comunistas, o Estado que fique com o dinheiro que os portugueses pagam nas auto-estradas, em vez de «engordar ainda mais os ricos».

SINTRA

Falta de segurança nas obras

O acidente recentemente ocorrido nas obras da REFER em Agualva veio dar razão aos moradores que protestaram contra a escolha do local para construção do viaduto, por existirem alternativas que, não estando tão próximas das habitações, não causariam, por isso mesmo, tantos transtornos.

A opinião pertence à Comissão Concelhia de Sintra do PCP que considera, ainda, que este acidente veio também demonstrar a falta de cumprimento das normas de segurança nas obras públicas e a falta de fiscalização por parte da Inspeção Geral do Trabalho, pondo em risco a segurança dos trabalhadores e, neste caso, dos moradores.

Entretanto, o PCP exige da REFER que resolva rapidamente os prejuízos causados pelo acidente aos moradores da zona, nomeadamente no que diz respeito a realojamento e indemnizações.

Reforçar o Partido Incentivar a luta

Nos últimos tempos, com particular relevância desde o período de preparação do XVI Congresso, o colectivo partidário tem sido alvo de uma intensa e feroz campanha que objectivamente cria dificuldades ao Partido, prejudica a sua imagem perante os trabalhadores e, em geral, junto de todos aqueles que sofrem na pele as consequências da tenebrosa política de direita, ontem levada a cabo pelo PS, hoje aprofundada pelo Governo PSD/PP.



Euclides Pereira
Membro do Secretariado

Os que assim agem, fazem-no no mais profundo desrespeito e na mais completa ausência de consideração pelos milhares de membros do Partido que, para lá das dificuldades do dia-a-dia, fazem avançar a luta, se esforçam para concretizar as orientações que colectivamente são decididas e contribuem abnegadamente para derrotar os efeitos negativos da nefasta política de direita. Fazem-no convictos de que quanto maiores forem as nossas dificuldades, melhores condições têm para atingir os seus objectivos.

Tentam por todos os meios ao seu

alcance (e não são tão poucos quanto se possa pensar se se tiver presente os «quilómetros» de espaço que a comunicação social ao serviço dos interesses daqueles que gostariam de ver este Partido transformado num partido servil) fazer passar a ideia de que neste Partido não há democracia, que somos um Partido onde a ausência de liberdade é hoje uma realidade, que a direcção (leia-se Comité Central e reafirme-se mais uma vez que este foi eleito com apenas 58 votos contra e 63 abstenções dos 1546 delegados presentes no XVI Congresso) é ilegítima e impõe a sua vontade à vontade do colectivo.

Não pode haver duas leituras ou interpretações dúbias das intenções de quem assim procede. Está hoje perfeitamente claro que não se trata de meras divergências pontuais sobre tal ou tal questão. Do que se trata, no fim de contas, é de profundas divergências em torno de questões ideológicas, de orientação geral e do mais completo desrespeito pelos princípios orgânicos fundamentais definidos nos Estatutos do Partido. E quando assim é, o que historicamente está provado é que se trata de, na prática, transformar um Partido revolucionário num partido reformista, claramente integrado no sistema.

Esta grande operação contra o Partido não pode deixar

de ser considerada como inserida na ofensiva mais geral que está em curso contra o regime democrático, em particular através do que tem vindo a chamar-se «a necessidade de reforma do sistema político». É curioso verificar a evidente convergência de posições existentes entre propostas oriundas do PS, PSD e CDS/PP, alguns analistas políticos e outras individualidades e os que, a partir do interior do Partido, iniciaram a promoção da ofensiva contra o Partido no que respeita à necessidade de alterações legislativas que, se somadas às também coincidentes opiniões quanto ao financiamento exclusivamente público dos partidos políticos, constituiriam uma inaceitável intromissão do Estado na vida interna dos partidos, que não pode deixar de ser considerado como um gravíssimo e inaceitável precedente.

Melhorar intervenção

Por nós, PCP, hoje como ao longo dos 81 anos da sua história, são os seus militantes que, utilizando o amplo, democrático e livre espaço de discussão e debate que o colectivo partidário tem construído, decidem da sua vida.

Tem sido um caminho longo e difícil, não isento de erros aqui e ali mas determinado no encontrar das melhores soluções que garantam que este Partido continue fiel aos princípios que levaram à sua construção.

Caminho que vamos continuar a percorrer com o mesmo empenho no sentido da adopção de medidas que reforcem a organização partidária, caminho privilegiado para que o Partido esteja em melhores condições de intervir e organizar a luta contra as anunciadas medidas do Governo PSD/CDS em particular contra a anunciada entrega dos recursos financeiros da Segurança Social aos privados, ao chamado Código do Trabalho e à privatização dos serviços públicos essenciais nomeadamente nas áreas da Saúde e Educação.

Medidas de direcção, de quadros e financeiras são por isso indispensáveis, tais como:

- a realização de Assembleias de Organização, com particular preocupação para as organizações de base onde, para além da eleição dos organismos de direcção, se aprovem planos de trabalho, tendo em conta as especificidades concretas de cada organização (com a preocupação de enquadrar politicamente e alargar o núcleo activo do Partido), se prevejam objectivos financeiros, se discutam e aprovem objectivos de recrutamento e de difusão da imprensa do Partido;

- a marcação regular de plenários mensais em dia certo, de modo a criar melhores condições para a participação de um número crescente de camaradas na vida partidária, local e geral.

Com o trabalho e a intervenção empenhada do colectivo partidário o PCP estará à altura das responsabilidades que os novos desafios exigem.

“São indispensáveis medidas de direcção, de quadros e financeiras”



Mais acidentes

A nova onda de acidentes de trabalho está a preocupar a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, que lamenta a perda de vidas humanas, nomeadamente a morte de um trabalhador no «Odíveas Parque». Nesse sentido já pediu uma reunião ao Inspector Geral de Trabalho e à ministra da Justiça para analisar a situação.

Os sindicalistas defendem que não basta aplicar multas após os acidentes, reivindicando que os responsáveis devem ser detidos de imediato e «julgados pelo homicídio que cometeram ou provocaram». «Se um indivíduo mata outro, é detido», refere a federação, afirmando que «a Justiça em Portugal tem dois pesos e duas medidas». A federação recorda que os sindicatos têm-se esforçado por implementar medidas pedagógicas através de campanhas e de visitas aos estaleiros.

Greve

na CM Lisboa

Cerca de 75 por cento dos trabalhadores do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica da Câmara Municipal de Lisboa aderiram à greve ao trabalho extraordinário, entre os dias 20 e 24. Em alguns locais verificou-se a paralisação total dos serviços. Foi o caso das Oficinas Mecânicas dos Olivais 2, das Oficinas Mecânicas de Alcântara e da Garagem dos Olivais 1. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa considera que os resultados da greve constituem uma prova inequívoca da justeza das reivindicações, nomeadamente a anulação da redução do trabalho extraordinário sem o reforço do quadro de pessoal. Os trabalhadores mostram-se disponíveis para negociar uma solução para o conflito, manifestando-se determinados a aprofundar as formas de luta a caso o executivo camarário continuar a recusar o diálogo.

Ruivo Moldes

A administração da empresa metalúrgica José dos Santos Ruivo não cumpre a sua palavra. É o que concluiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria depois de um sócio da Ruivo anunciar nos *media* que os subsídios de férias e parte dos salários de Julho seriam pagos na semana passada, para mais tarde, em reunião com os sindicalistas, apresentar uma proposta diferente: os 65 por cento do salário em falta de Julho seriam eventualmente pagos a 28 de Agosto «se as experiências de moldes de um cliente sueco correrem bem», o salário de Agosto seria regularizado a 10 de Setembro e o subsídio de férias seria «esquecido». «Estão a ser acabados os moldes que o cliente sueco quer ver experimentados, porque há trabalhadores que sacrificaram o plano normal de férias. E a paga que recebem é a arrogância patronal, caucionada com uma política governamental feita à medida dos patronato. Até quando?», interroga o sindicato.

CGTP questiona Governo sobre o diploma de parcerias

Privatização não assegura direito à saúde

Por que não melhorar o serviço público de saúde em vez de abrir as portas aos privados, que apenas visam o lucro? Esta é a questão fundamental que a CGTP coloca ao Governo.

A CGTP-IN alerta para os perigos do diploma das parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, afirmando que este documento pretende entregar à iniciativa privada - cuja principal motivação é obter lucro - as actividades relacionadas com o bem-estar dos cidadãos.

«Estas medidas poriam em causa o direito à saúde a muito curto prazo», considera a central sindical, num comunicado à imprensa, na semana passada. Como se lê no diploma publicado, o executivo pretende «fazer partilhar crescentemente os sectores privado e social nos diferentes modelos e formas contratuais» através de instrumentos como o contrato de gestão, o contrato de prestação de serviços e o contrato de colaboração.

A CGTP pede esclarecimentos ao Governo e adianta

algumas perguntas. «O que impede que reais melhorias sejam introduzidas na organização e gestão do Serviço Nacional de Saúde e que o Ministério promova maiores níveis de produtividade e eficiência? Será que o bem mais precioso que temos - a saúde - deverá ser posto nas mãos de grupos económicos privados, movidos pelo lucro fácil a curto prazo?», questiona.

«Será que a lógica empresarial privada - em que o factor "lucro" é determinante - garantirá as melhorias na prevenção e obtenção dos cuidados de saúde que os portugueses precisam? Ou será que vamos passar a ter em Portugal uma parte pública da saúde apenas para os mais pobres ou para os doentes com diagnósticos mais problemáticos, enquanto a parte privada da saúde engordará com as actividades mais

O diploma põe em causa o direito à saúde a muito curto prazo



«No futuro, a parte privada da saúde engordará com as actividades mais lucrativas, à sombra do sector público?», questiona a CGTP

lucrativas, à sombra do sector público?», pergunta a central sindical.

Hospital de Amarante

A administração do Hospital de São Gonçalo, em Amarante, assumiu o compromisso de celebrar um novo contrato de três meses, renovável por um único e igual período,

com os enfermeiros prestes a terminar o vínculo laboral.

A continuidade destes profissionais de saúde no hospital fica assim salvaguardada, bem como a qualidade dos cuidados de enfermagem aos utentes. No entanto, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses alerta que, se não forem descongeladas as 2100 vagas para o Contrato Administrativo de Provisamento

(CAP), os postos de trabalho dos enfermeiros a prazo podem estar comprometidos.

«Mais do que a satisfação pelos resultados obtidos, existe a firme preocupação relativamente ao futuro» destes profissionais, refere o sindicato, acrescentando que só o descongelamento das vagas para CAP permitirá estabilizar a sua situação laboral e os serviços de enfermagem do hospital.

Protestar de avião

Os trabalhadores da administração pública não vêm com bons olhos as medidas do Governo no sentido de privatizar os vínculos de emprego e os serviços públicos e de criar supranumerários e disponíveis.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores levou a cabo uma jornada de protesto, na semana passada, com a distribuição de um comunicado à população em

Lisboa e de outras capitais de distrito, com o objectivo de esclarecer sobre o carácter demagógico e anti-social das intenções do executivo de Durão Barroso.

O Sindicato adoptou ainda uma forma original de passar a sua mensagem: as praças do Algarve, da Costa Vicentina, do Sudoeste Alentejano, de Lisboa e de Setúbal foram sobrevoadas por uma aviãoeta com uma faixa «contra os disponíveis».

Infarmed não cumpre a lei

O Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos (Sifap) acusou o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed) de incumprimento da legislação, permitindo que estejam nas farmácias privadas «pessoas sem formação».

Em causa está o desrespeito pela legislação publicada em 1999, segundo a qual os técnicos das farmácias têm de ter formação específica para exercerem esta actividade. A lei estabelece um regime de igualdade para os sectores públicos e privado relativamente à exi-

gência de formação para os técnicos mas, segundo o Sifap, a lei só está a ser cumprida no público, já que as farmácias privadas estão a admitir praticantes sem qualquer formação.

«Vão aprender na farmácia, mas começam logo a exercer», criticou Diamantino Elias, presidente do sindicato, que representa cerca de 3000 profissionais, citado pela agência Lusa no final de uma reunião, anteontem, com o ministro da Saúde, a quem denunciou a situação e a falta de fiscalização do Infarmed.

Desemprego em Setúbal aumenta



Os trabalhadores da Vestus vão entregar a lista de dívidas ao Tribunal do Comércio

O número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional de Setúbal está a aumentar. Em Junho estavam inscritos 33 507 desempregados, enquanto em Janeiro eram 31 724. Isto significa que a taxa de desemprego no distrito passou de 9,8 por cento em Janeiro para 10,4 por cento em Junho.

«A esta realidade - que arrasta enormes dramas familiares e atrasa o desenvolvimento do distrito - o Governo do PSD-CDS/PP faz de conta que não vê e que não sabe», acusa a União dos Sindicatos de Setúbal.

«Ao tentar satisfazer as pretensões do grande patronato nas áreas da segurança social e da legislação do trabalho, o executivo está a querer criar as condições para aumentar ainda mais o desemprego», sublinham os sindicalistas, considerando que, a ser aprovado, o «Código do Trabalho» só irá «apetrechar o patronato com meios para aumentar ainda mais o desemprego, para além de aprofundar um modelo de crescimento baseado nos baixos salários, na muita precariedade e nos direitos cada vez mais escassos que já mostrou à evidência a sua falência».

A empresa de confecções Vestus, do Seixal, faliu há poucas semanas, contribuindo para o aumento da taxa de desemprego do distrito. Na semana passada, os trabalhadores desta fábrica, reunidos em plenário, decidiram justificar os créditos devidos entregando até dia 2 de Setembro no Tribunal do Comércio do valor das indemnizações, salários em atraso e subsídios de férias e de Natal.

Desenvolvimento e alargamento

• Natacha Amaro

No final do passado mês de Julho foi lançado o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este relatório é realizado, anualmente, por uma equipa de especialistas em diversas matérias (académicos, conselheiros governamentais e da sociedade civil), com o objectivo de analisar questões essenciais do mundo em que vivemos. O relatório de 2002 centra-se no papel desempenhado pela política, mais concretamente o avanço da democracia no século XX e os seus efeitos nos países em desenvolvimento.

Dá-nos uma vez mais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que ordena 173 países de acordo com o nível atingido, equacionando dados como a esperança média de vida, o nível de educação e o rendimento por habitante.

Nesta classificação, Portugal posiciona-se num pouco honroso 28.º lugar. Continua a ser o último dos quinze Estados-Membros da União Europeia e desceu um lugar no último ano. Apenas a Grécia e o Luxemburgo viram a sua situação também piorar, no mesmo período. Esta constatação relativamente ao nosso país não é novidade. Mas o IDH fornece-nos também

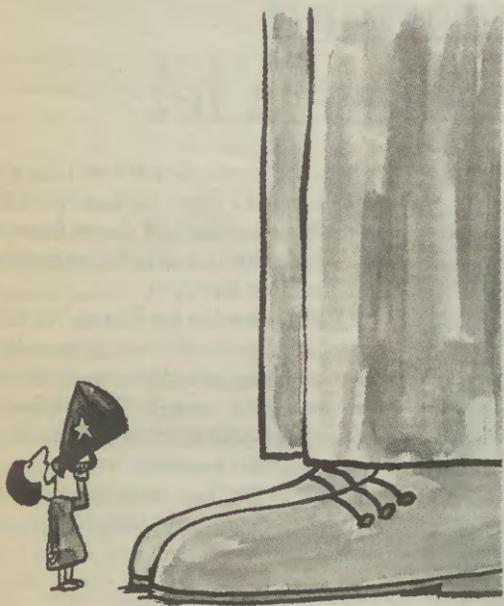
obtido nos anos 1986-1990. O último relatório da Comissão Europeia sobre os progressos realizados por cada um dos países candidatos na via da adesão indica que os países do alargamento – à excepção da Turquia – têm «progredido bastante», nos mais variados domínios, «cumprindo as prioridades», alguns a curto outros a médio prazo, «avançado», «evoluído consideravelmente», entre outras expressões elucidativas do sentido e, especialmente, da velocidade que pretendem imprimir a este alargamento. É notória a contradição entre a informação fornecida pelo IDH e a caracterização do mesmo grupo de países realizada pela Comissão.

Tudo isto é preocupante. Porque se verifica que os países da adesão se encontram, na sua maioria e apesar dos esforços desenvolvidos, num nível de desenvolvimento humano inferior ao de 1990 e alguns, até, em relação a 1975. Mas também porque teremos num futuro muito próximo (em 2004, se as expectativas da Comissão se confirmarem) a entrada na União Europeia de um conjunto máximo de dez Estados que alterarão significativamente o espaço europeu como o conhecemos hoje. Ou seja, à já conhecida falta de coesão económica e social no seio da UE, que boas intenções e fracos apoios não têm conseguido resolver,

acrescentar-se-á a adesão de países com rendimentos por habitante na ordem dos 40% dos rendimentos da restante União, com características, relativamente à produção, semelhantes à portuguesa mas com uma mão-de-obra científica e profissionalmente superior e que, geograficamente, afastam ainda mais Portugal do centro da Europa. Mas, se o respeito pela soberania e vontade dos povos dos países candidatos nos leva a dar o acordo de princípio ao processo de alargamento, não podemos deixar de exigir uma avaliação dos custos financeiros, e de quem os suportará, e dos impactos económicos e sociais que terá em cada país. Outra questão a ter em conta é o quadro em que estas

negociações têm decorrido, com intromissões claras na soberania destes povos. Veja-se as declarações do primeiro-ministro dinamarquês, país que actualmente preside à UE, na reunião de chefes de Governo dos estados do Báltico e do norte da Europa, na passada semana, relativamente à possibilidade de integração da Letónia, Lituânia e Estónia na NATO, numa clara associação à sua adesão à União. A política do actual Governo não indicia preocupações ou interesses desta natureza, obrigando-nos à defesa de Portugal numa Europa que queremos de paz e solidária, procurando o reforço de meios para cumprir o objectivo da coesão económica e social e a elevação do nível de vida dos povos dos actuais e futuros Estados-Membros.

outros dados interessantes relativamente à União Europeia, ou melhor, ao futuro desta União. Relativamente aos países da adesão, apenas Chipre ocupa uma posição superior à portuguesa (no 26.º lugar) ficando os restantes distribuídos por lugares inferiores. A categoria a que Portugal pertence – «Países de Elevado Desenvolvimento Humano» – termina com a Letónia, no 53.º lugar. Contudo, na categoria seguinte – os países de «Médio Desenvolvimento Humano» – encontramos ainda três candidatos à adesão: a Bulgária e a Roménia (nas 62.ª e 63.ª posições) e a Turquia, num difícil 85.º lugar. Este relatório do PNUD informa-nos também que a Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia têm, actualmente, um rendimento por habitante inferior ao



Parlamento e justiça espanhóis põem fora da lei coligação Batasuna

A hora de resistir

O Congresso de Deputados espanhol aprovou na segunda-feira, por ampla maioria, o pedido ao governo para que promova junto do Supremo Tribunal a ilegalização do partido independentista do País Basco, Batasuna.

Em sessão plenária extraordinária convocada em pleno período de férias, o Congresso aprovou com 295 votos a favor, procedentes dos partidos Popular (PP), Socialista (PSOE), Coligação Canária (CC) e Andaluza (PA), a iniciativa que abre a via político-judicial para a ilegalização do Batasuna.

Votaram contra o Partido Nacionalista Basco (PNV), Euzko Alkartasuna (EA) e Ezquerria Republicana de Catalunya (ERC), com dez deputados, e abstiveram-se a Esquerda Unida, Convergência e União de Catalunya (CIU) e Bloco Nacionalista Galego (BNG), com 29 votos.

A votação e as intervenções dos líderes parlamentares não trouxeram novidades às posições já anunciadas previamente.

Os que votaram a favor da ilegalização, com base na Lei dos Partidos aprovada na Primavera passada com esse objectivo de fundo, argumentaram que Batasuna e ETA são a mesma coisa e que a organização política tem funcionado como estrutura e dado apoio logístico, operativo e humano, para que a organização terrorista cometa os seus atentados.

Os que se abstiveram ou votaram contra invocaram que deveria ter sido utilizada a via penal, que o Congresso

de Deputados não era o cenário adequado para esta iniciativa e que os efeitos da proibição trarão maiores divisões e mais actos violentos.

A iniciativa parlamentar, que dará a base para que o Governo proponha ao Tribunal Supremo a ilegalização, cuja sentença

demorará entre três e seis meses, coincide com a publicação do auto judicial do juiz Baltasar Garzón, que, recorrendo à via penal, suspendeu



por três anos, prorrogáveis por outros dois, todas as actividades de Batasuna, o que equivale a uma ilegalização na prática.

O juiz mandou fechar todas as sedes, cortar o abastecimento de água e luz e congelou as contas bancárias e financiamentos ao Batasuna.

«Stop ao fascismo»

A coligação independentista reagiu com indignação pedindo a todos os dirigentes e militantes da organização que se concentrem nas sedes e aguardem a intervenção policial. Em comunicado intitulado «Stop ao Fascismo», o Batasuna mostra-se determinado a resistir e apela à solidariedade de todas as forças progressistas e antifascistas.

Na noite de segunda para terça-feira, na sequência de nova ordem do juiz Baltasar Garzón, as forças policiais começaram a fechar as sedes do Batasuna, levando a cabo os seus intentos em Vitória, no País Basco, e em Pamplona, a capital de Navarra. Noutras localidades, a polícia encerrou sedes em Elizondo, Leiza,

Estella, Tafalla, Viana e Alsua. Em nenhum caso se registaram incidentes violentos.

Arnaldo Otegi, o porta-voz do Batasuna, fez questão de declarar que a ilegalização do Batasuna «vai agravar as condições políticas do País Basco» que se transformará «na Stalinegrado política do governo espanhol».

Comunistas eslovacos escapam à ilegalização

O parlamento eslovaco deu o dito por não dito ao chumbar uma lei, aprovada semanas antes, que visava a ilegalização do Partido Comunista da Eslováquia. O projecto partiu de três deputados de direita e teve o apoio dos sociais-democratas, do chamado Partido da Esquerda Democrática. Os autores alegavam que da mesma forma que a propaganda fascista era proibida, devia ser criminalizada a «propaganda do comunismo».

De imediato os comunistas eslovacos desencadearam um intensa campanha, interna e externa, solicitando a intervenção e a solidariedade de todas as forças progressistas do mundo face a esta aberrante lei que ameaçava os partidários das ideias do marxismo-leninismo com penas de prisão entre seis meses a três anos.

É então que o presidente Rudolf Schuster decide não promulgar o diploma devolvendo-o ao parlamento para nova apreciação. Entretanto, a maioria que antes tinha votado favoravelmente desfez-se e na segunda votação, realizada no passado dia 19, apenas 63 dos 150 deputados voltaram a apoiar o projecto, cujo objectivo central era impedir que os comunistas concorressem às próximas eleições legislativas de 20 e 21 Setembro.

Actualmente excluído do parlamento por estar abaixo dos cinco por cento dos votos, o PC eslovaco tem vindo a alargar a sua influência num país onde, depois da dissolução da Checoslováquia, em 1993, se assiste a um desemprego massivo e à retirada de importantes direitos laborais e sociais.

O descontentamento generalizado entre os trabalhadores, as grandes vítimas das profundas alterações sociais da década passada, tem-se traduzido no aumento da base social de apoio dos comunistas que, pela primeira vez desde a criação do país, têm boas perspectivas de elegem representantes para o próximo parlamento.

Refira-se se que na vizinha República Checa, os comunistas conquistaram este ano mais um terço dos votos do que os obtidos em 1998. Face à possibilidade de uma subida acentuada do PC na Eslováquia, a direita e os sociais-democratas deixaram cair a máscara de «democratas» e uniram-se numa tentativa de cariz fascista para o ilegalizar. Valeu a luta e uma réstia de bom senso de alguns.

Venezuelanos repudiam golpistas

Uma gigantesca manifestação encheu na noite de sábado as ruas de Caracas em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal de ilibar os militares envolvidos nos golpes de estado de 11 de Abril. A manifestação, na qual se integraram vários membros do governo incluindo o próprio presidente Chávez, cumpriu um percurso de mais de 13 quilómetros através da capital venezuelana até ao edifício da Assembleia Nacional onde foi entregue um documento exigindo que o órgão legislativo investigue o poder judicial. Na ocasião, Hugo Chávez qualificou a decisão do Supremo como uma aberração jurídica, garantindo ter informações de que alguns magistrados foram «chantageados ou se venderam» para tomarem uma posição favorável aos militares golpistas.

FARC dispostas a dialogar

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia rejeitam o discurso de «guerra total» do novo presidente Álvaro Uribe e afirmam-se dispostas a dialogar se for retomada a agenda acordada com o anterior governo de Andrés Pastrana. Numa carta dirigida a Uribe, as FARC responsabilizam o governo pela escalada da violência e colocam como condição para um futuro encontro a desmilitarização das regiões afectadas.

Argentina vai devolver salários

O governo da Argentina vai ter de devolver aos funcionários públicos os montantes correspondentes à redução salarial de 13 por cento que lhes foi aplicada por decreto no ano passado, medida que o Tribunal Supremo considera agora inconstitucional. A decisão da justiça argentina, anunciada no final da passada semana, coloca em sérias dificuldades o plano económico do presidente Eduardo Duhalde, que terá agora de adaptar o orçamento a uma despesa extra de cerca de 630 milhões de euros de modo a ressarcir com efeitos retroactivos os cortes salariais.

FMI baixa previsões de crescimento

O relatório que o FMI irá divulgar em Setembro revê em baixas as previsões de crescimento económico da Europa e dos Estados Unidos. Segundo o diário alemão «Handelsblatt», que antecipa parte do documento, a economia norte-americana irá crescer este ano apenas 2,2 por cento (uma décima menos), e 2,6 por cento (oito décimas menos) no próximo ano. Para a zona euro, aponta-se uma taxa de 1,1 por cento (menos três décimas) e 2,5 por cento para 2003 (quatro décimas menos que na anterior previsão). A Alemanha, a maior economia europeia, é o país que mais reflecte os sinais da crise, tendo registado entre Abril e Junho um crescimento do Produto Interno Bruto de apenas 0,3 por cento.

A pobreza no mundo é uma espécie de *apartheid* global

Mundos irreconciliáveis

Dez anos após a Cimeira do Rio, a comunidade internacional está reunida em Joanesburgo com a missão de chegar a compromissos que permitam um desenvolvimento equilibrado para toda a humanidade.

«O objectivo da prosperidade partilhada é alcançável porque, pela primeira vez na história da humanidade, a sociedade tem a capacidade, o conhecimento e os recursos para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento.»

Estas são palavras do presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, proferidas, na segunda-feira, na sessão inaugural da Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável.

Mas se entre os milhares de participantes, em representação de 180 países e de milhares de organizações não-governamentais (ao todo são esperados cerca de 65 mil participantes), há quem se bata por compromissos firmes nos quais assente um plano de acções concretas, muitos são os que, à semelhança ocasiões recentes, se ficam por declarações gerais, fujam a calendários e a medidas específicas. Para que tudo fique na mesma.

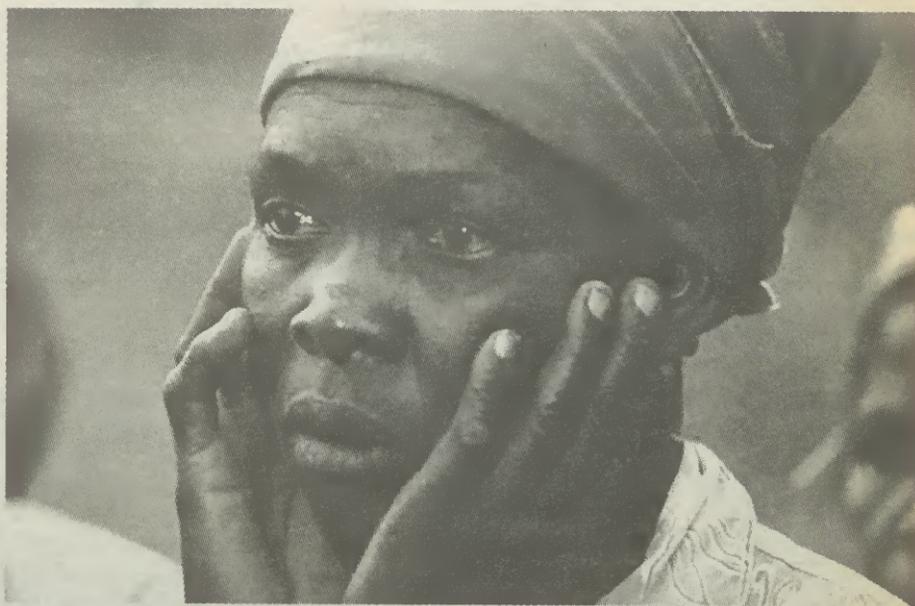
Os Estados Unidos lideram esta última posição de forma ostensiva, não se dignando

sequer o seu presidente a estar presente. Ausência que condiz de resto com a recusa da assinatura do protocolo de Quito ou com a medida anunciada há dias de abater as árvores no seu país como forma de combater os incêndios.

Os que beneficiam com o actual

modelo de desenvolvimento, baseado na exploração irracional dos recursos e no fomento das desigualdades no mundo, dificilmente se compadecerão com as palavras de Thabo Mbeki: «Estou convencido de que partilhamos o ponto de vista de que a pobreza, o subdesenvolvimento, a desigualdade entre os países, juntamente com a crise ecológica global que se tem agravado, configuram uma sombra obscura debaixo da qual vive a maior parte do mundo».

E a razão, sublinhou, reside na falta de vontade demonstrada para pôr em marcha os grandes objectivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 21, um dos principais pontos acordados, faz



A globalização capitalista que se aprofundou na última década só veio cavar ainda mais o fosso entre pobres e ricos

dez anos, na Cimeira do Rio.

Por seu lado, o secretário geral da Conferência, Nithin Desai, recordou que o «apartheid» na África do Sul, que vigorou de 1948 até às eleições multi-raciais de 1994, foi derrotado porque o mundo aceitou esse combate como responsabilidade colectiva.

«Precisamos do mesmo tipo de solidariedade para pôr fim ao *apartheid* global», sustentou, notando que em termos gerais a segregação racial implicava a divisão entre gente pobre e rica e entre pessoas com e sem acesso a serviços básicos.

Desai referiu-se ainda a uma série de alterações introduzidas com maior profundidade na última década no xadrez mundial, em particular à globalização, como um fenómeno que contribuiu para cavar mais o fosso entre ricos e pobres, e à escalada da epidemia da sida, que

compromete o progresso e o desenvolvimento.

Políticas nefastas

Num dos múltiplos painéis de debate, que desde segunda-feira se realizam em diversos pontos de Joanesburgo, o vice-presidente do Banco Mundial, Ian Johnson, defendeu o fim dos subsídios agrícolas nos países industrializados, sublinhando que este ponto é vital para o desenvolvimento do continente africano.

«A pobreza está no coração das práticas não sustentáveis», disse Johnson, criticando o facto que todos os anos sejam gastos 350 mil milhões de euros em apoios à agricultura, os quais só beneficiam os consumidores e produtores do mundo rico. O crescimento de África depende assim do desenvol-

vimento da agricultura e os subsídios do Norte são um obstáculo nesse sentido, afirmou Johnson, lamentando que o Banco Mundial não tivesse chegado antes a esta conclusão.

Mas apesar deste tom de autocrítica, representantes da Oxfam Internacional, organização de luta contra a fome, não hesitaram em lembrar o impacto negativo das políticas do Banco Mundial e do FMI em África onde «durante quinze anos promoveram a liberalização da agricultura», ignorando as consequências nefastas para os agricultores mais pobres. A isto acrescenta-se que desde 1997, o Banco Mundial reduziu em 30 por cento o investimento na agricultura, facto que segundo aquela organização ter-se-á repercutido na actual crise que assola actualmente o sul de África.

EUA exigem imunidade A chantagem americana

A administração norte-americana pediu aos países europeus para assinarem individualmente acordos com os Estados Unidos que garantam imunidade às suas forças perante o recém-criado Tribunal Penal Internacional.

Caso os europeus recusem, Washington adverte que o papel dos Estados Unidos na NATO poderá ter de ser modificado, noticiou o «New York Times» na sua edição de segunda-feira, citando o secretário de Estado, Colin Powell.

Segundo o jornal, Powell escreveu individualmente, em 16 de Agosto, a cada um dos países europeus pedindo-lhes para «ignorar um pedido da União Europeia para esperarem e tomarem uma decisão conjunta sobre a questão» e assinarem acordos individuais, «o mais rapidamente possível».

Recentemente, os Estados Unidos assinaram acordos com a Roménia e Israel, evocando o Artigo 98 do tratado do Tribunal Penal Internacional que, segundo Washington, permite acor-

dos bilaterais sobre imunidade face ao TPI.

A Comissão Europeia tem no entanto outro entendimento, afirmando que o Artigo 98 não dá a países signatários do tratado a autoridade para assinarem tais acordos com os Estados Unidos, uma vez que estes seriam «contra o objectivo e propósito do estatuto».

Entretanto, uma lei aprovada pelo Congresso prevê o fim da ajuda militar norte-americana a qualquer país que assine o tratado de criação do tribunal e obriga o governo dos Estados Unidos a usar da força para resgatar qualquer militar americano detido por ordens do tribunal.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze deverão discutir, este fim-de-semana, na Dinamarca, o pedido de imunidade dos Estados Unidos, que se recusou a ratificar o acordo fundador do tribunal por temer que seja usado para acções de carácter político contra militares norte-americanos envolvidos em missões de paz ou outro tipo de acções através do mundo.

ONU lança iniciativa sobre gestão da água

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vai lançar amanhã, sexta-feira, uma nova parceria com os países em desenvolvimento para gestão da água.

A porta-voz do PNUD, Ana Gerez, afirmou, na terça-feira em Joanesburgo, que a organização se propõe reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a este recurso, sem no entanto ter adiantado mais pormenores.

A ser assim, a iniciativa, que se aguarda venha a ser um dos principais resultados da Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável que decorre até à próxima quarta-feira, beneficiaria metade das mais de 1,1 mil milhões de pessoas que não têm actualmente acesso a água segura, à escala mundial.

O projecto visa igualmente parar a exploração insustentável dos recursos aquáticos, num momento em que os cientistas avisam que a manutenção dos actuais padrões de consumo e desperdício levará a que até ao horizonte de 2015 dois terços da população mundial enfrente restrições graves de água.

A iniciativa de lançamento da chamada Parceria Global de Água - que envolverá mais de 140 países, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil - prevê a adopção e aplicação de acções estratégicas e sistemas de gestão de água, cujo debate domina diversos painéis desta Cimeira.

«A competição por recursos de água cada vez mais preciosos intensificou-se dramaticamente durante a última década, atingindo um

ponto em que a escassez e a degradação da qualidade de água afectam seriamente as perspectivas de desenvolvimento económico e social», alertou, em comunicado, o administrador do PNUD, Mark Brown.

Globalmente, cerca de 70 por cento da água potável consumida destina-se à agricultura mas a maioria dos sistemas de irrigação é ineficiente, situação que é tanto mais grave quanto se prevê um aumento de 17 por cento do consumo só neste sector. A mesma tendência é apontada para o consumo humano.

As Nações Unidas projectam realizar no início do próximo ano, no Japão, um Fórum Mundial da água, dedicado exactamente ao debate e busca de formas de melhoria da gestão deste recurso vital.

Cortes orçamentais comprometem funcionamento da generalidade das instituições criando situações de ruptura

Um ataque ao Superior

A proposta do Governo de proceder em 2003 a cortes orçamentais de quatro e cinco por cento no Ensino Superior Público foi considerada «inaceitável» pela Federação Nacional dos Professores, que anunciou já a sua intenção de lutar contra esta medida.

Na base da sua firme oposição a este corte orçamental, conforme salienta a Fenprof em comunicado, está a consideração de que uma tal medida torna inviável o funcionamento da generalidade das instituições, que já este ano se viram confrontadas com cortes que as colocaram no limiar da sobrevivência.

Tornando pública a sua vontade de mobilizar a Academia contra o que considera

Está em causa a qualidade do ensino e da investigação

ser um ataque à qualidade do ensino superior público, a Fenprof fez já saber que não poupará esforços para unir as organizações representativas dos docentes, não docentes e estudantes na luta contra este propósito governamental.

Com um corte de quatro a cinco por cento em termos reais, de acordo com a FENPROF, muitas escolas não terão condições para efectuar as despesas corren-

tes indispensáveis ao seu funcionamento, a menos que enveredem pelo despedimento de pessoal, afectando a qualidade do ensino e da investigação e os direitos do pessoal docente e não docente que institucionalmente se encontra com contratos precários a preencher necessidades permanentes das escolas.

A perspectiva de despedimento de docentes ou da não contratação dos necessários para substituir os que saem é tanto mais grave quanto é certo que a maioria das escolas encontra-se já com um número total de docentes abaixo das dotações padrão fixadas pelos «rácios» acordados com o Governo, adianta o comunicado da Federação.



Muitas escolas correm o risco de não ter condições para fazer face às suas despesas correntes



A qualidade de vida em meio urbano é gravemente afectada pela falta de planeamento e por erros na gestão urbanística

Suster o caos urbanístico

«As questões urbanísticas em Portugal» é o tema proposto para um seminário a realizar no dia 21 de Setembro. Iniciativa conjunta da Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses e do Sindicato dos Jornalistas, esta jornada de reflexão e debate insere-se na Exposição «30 Anos de Caos Urbanístico», que estará patente entre 13 e 29 do mês que vem no Museu Nacional de História Natural.

Identificar os principais erros urbanísticos cometidos no nosso país constitui um dos objectivos desta iniciativa, no decurso da qual estará igualmente reservado tempo para analisar o papel dos urbanistas e a prática do urbanismo quer em Portugal quer na União Europeia.

Este é, sem dúvida, um tema do maior interesse e importância sobre o qual vem progressivamente recaindo a atenção dos mais variados sectores da sociedade portuguesa. Como refere uma nota à imprensa das entidades promotoras do seminário, o

«urbanismo ocupou um lugar central nos debates nas duas últimas eleições» (autárquicas e legislativas), o que bem se compreende face ao número crescente de casos, veiculados muitos deles pelos órgãos de comunicação social, onde avultam as «opções duvidosas», os «resultados de medíocre qualidade» e os «atentados ao património, ao território, ao bom senso e à dignidade humana».

«Em Portugal existe um caos urbanístico generalizado, com um mercado imobiliário altamente especulativo, planos directores caducos antes de tempo ou sem eficácia, uma gestão do território sem orientações de sustentabilidade e um enquadramento profissional mistificador», constata os organizadores do seminário que, por isso, consideram imperativa a urgente criação de «uma nova mentalidade capaz de sustentar o caos urbanístico e planejar novas orientações, novas referências e novos modos de operar».

Não à privatização do Pré-Escolar

A entrega da gestão da Educação Pré-Escolar Pública num futuro próximo ao Ministério do Trabalho e Solidariedade constitui uma tentativa de privatização da rede pública que representa uma grave «ofensiva contra o direito das crianças à educação».

A denúncia partiu da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) em reacção a afirmações produzidas pelo secretário de Estado da Administração Educativa, na passada semana, cujo conteúdo indicia o propósito do Executivo de enveredar por aquele caminho de transferir a tutela do pré-escolar.

«A atitude da actual equipa ministerial constitui um atentado claro aquela que é a primeira etapa da Educa-

ção Básica e coloca-nos sérias preocupações no que respeita à aplicação do Estatuto da Carreira Docente aos educadores de infância no futuro», salienta a Fenprof em nota à imprensa, na qual alerta simultaneamente para a gravidade da situação e apela à mobilização e luta daqueles profissionais de ensino.

Aquela medida vem na sequência, aliás, da anunciada alteração pelo Governo ao Calendário Escolar específico para os jardins de infância da rede pública, medida esta igualmente repudiada pela Fenprof por considerar que representa «um total desrespeito pela Educação Pré-Escolar, pelos direitos dos educadores de infância enquanto do-

centes e pela qualidade do trabalho pedagógico que desenvolvem».

Num outro comunicado emitido a este propósito, aquela estrutura sindical refere que, com esta medida, o Ministério da Educação «pretende assegurar de uma forma fácil a denominada componente social de apoio à família, prevista na lei», isto é, «procura responder socialmente às famílias suportando-se no trabalho dos educadores de infância», com isso prejudicando o «desenvolvimento de uma componente lectiva de qualidade» na medida em que transforma «os jardins de infância da rede pública em meros estabelecimentos de guarda das crianças em idade pré-escolar».

Jornal CDU/Faial nas ruas

Saiu mais um número – o quarto – do «Jornal CDU/Faial». Com periodicidade trimestral, neste número de Agosto o leitor volta a encontrar um interessante e alargado conjun-

to de notícias e informações sobre temas e problemas relacionados com a vida regional.

Uma atenção particular, merecendo destaque de capa, é dada à realização da 7.ª Assembleia da Organização da Ilha do Faial do PCP, que contou com a participação de dezenas de militantes, da qual saíram linhas de acção quanto à intervenção futura do PCP, entre as quais se destaca o desenvolvimento de novas tarefas com vista ao reforço da sua intervenção e influência, bem como o prosseguimento do trabalho de esclarecimento, mobilização e luta por uma alternativa verdadeiramente democrática.

Em foco, nas suas oito páginas, estão ainda temas como a agricultura açoriana e os seus problemas, a reforma da política comum de pescas e a questão dos portos e do movimento de mercadorias.

Com esta publicação – e este é o principal objectivo assumido pelos seus editores –, mais estreita fica a ligação entre os eleitos da CDU pela ilha do Faial e os seus eleitores e faialenses em geral, ampliando simultaneamente o direito destes à informação sobre a actividade política na ilha.



Avante! festa!

FESTADO *Avante!* 2002

6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Campanha de
difusão do *Avante!*

Levar mais longe a nossa voz

Este ano, a Festa será mais «do *Avante!*».

O órgão central do PCP será um dos destaques

da vigésima sexta edição, com o lançamento de uma campanha de divulgação que se prolongará por vários meses e que tem o objectivo de aumentar o número de leitores regulares do jornal.



Espaço Internacional

A guerra, o militarismo, as medidas repressivas pós-11 de Setembro, a brutal ofensiva imperialista e a luta pela paz em Portugal irão ser os temas centrais do programa do Espaço Internacional. A solidariedade com o povo da Palestina será também um elemento incontornável.

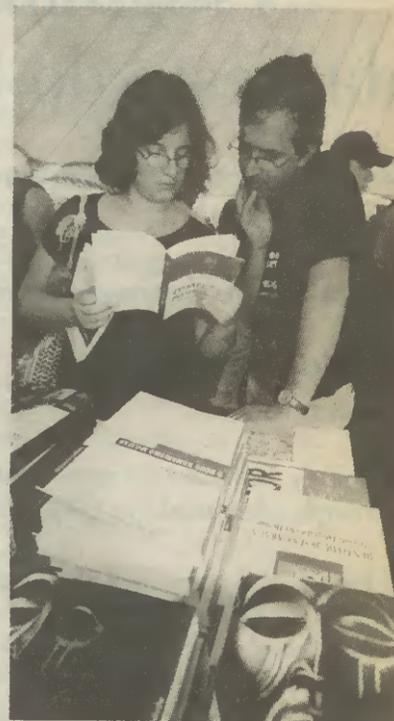
Água: recurso vital e finito!

O espaço da Ciência e Tecnologia é dedicado à água. O objectivo é informar e consciencializar os visitantes para a importância de preservar e poupar a água – recurso natural finito e essencial à vida.



Festa do Livro

Por tradição, a Festa do Livro é um local privilegiado para apresentação de novidades literárias. Este ano, não é excepção, com diversos lançamentos, de entre os quais se destaca a tradução de *O Rei Lear*, de William Shakespeare, realizada por Álvaro Cunhal, e publicado, sob o pseudónimo de Maria Manuela Serpa, durante a ditadura.



Saiba tudo sobre a festa
Segunda.-feira 2 set. do *Avante!*
6, 7 e 8 Set. 2002

www.pcp.pt

a seguir ao telejornal na **RTP-1**

Novidades e lançamentos na Festa do Livro

Uma das maiores livrarias do País

Ponto de encontro de quantos não abdicam da leitura e onde se encontram livros para todos os gostos e idades, a Festa do Livro conta com uma larga diversidade de títulos, resultado da presença de dezenas de editoras.

Por tradição, a Festa do Livro é um local privilegiado para apresentação de novidades literárias. Este ano, não é exceção, com diversos lançamentos, de entre os quais se destaca a tradução de *O Rei Lear*, de William Shakespeare, realizada por Álvaro Cunhal e publicado, sob o pseudónimo de Maria Manuela Serpa, durante a ditadura. *José Afonso – Um olhar fraterno*, da autoria de João Afonso dos Santos, irmão do cantor, e *O caminho das aves*, a primeira incursão de José Casanova pela literatura, são outros dos títulos a serem lançados na Festa.

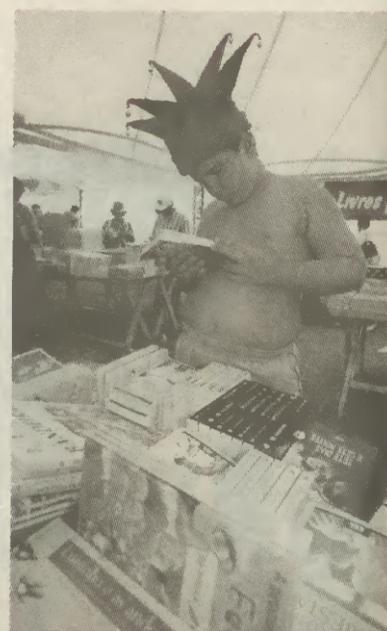
Alguns livros chegam a ter 70 por cento de desconto

Também Mia Couto, com *Um rio chamado tempo Uma casa chamada terra*, terá uma obra lançada na Atalaia. O jornalista Miguel Urbano Rodrigues apresentará na Festa do Avante! o seu mais recente livro, autobiográfico, *O tempo e o espaço em que vivi: I – Procurando um caminho*.

A par das estreias absolutas, destacam-se ainda outras novidades, como *Nova Iorque 11 de Setembro*, do norte-americano Noam Chomsky, *Lições do Abismo*, do psicólogo Daniel Sampaio, *Sala 3 e outros contos*, de Manuel Tiago, ou mesmo *Pessoas na paisagem*, de Manuel da Fonseca. Todas estas novidades, e muitos outros livros, estarão disponíveis na Festa a preços absolutamente incríveis, coexistindo com uma feira de saldos, onde os descontos podem chegar aos 70 por cento. As crianças e os jovens também têm o seu espaço na Festa do Livro.

Para as crianças foi preparado um espaço próprio onde poderão manusear os livros à sua vontade. Quanto aos livros, esses são tantos que só será difícil escolher. Para fazer as delícias dos mais pequenos, nada melhor que as coleções Arco-Íris e Ian Beck. *Contos e Lendas de Macau*, de Alice Vieira, magnificamente ilustrado por Alain Corbel, é uma proposta fascinante para leitores de qualquer idade.

A literatura para os jovens ocupa um lugar central na Festa deste ano. Desde logo porque se comemora este ano o vigésimo aniversário da coleção *Uma Aventura*, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. Com mais de seis milhões de livros vendidos, ela tem contribuído de forma decisiva para fomentar o gosto pela leitura entre os mais novos. Para comemorar a data, nada melhor do que adquirir o mais recente volume da coleção, o 44.º, *Uma Aventura Secreta*. Também nas coleções *Livros do dia e da noite* e



A Festa do Livro reúne dezenas de editoras, o que garante uma grande variedade de títulos

Bravo não faltam livros interessantes, capazes de desafiar a curiosidade do leitor mais exigente.

Tudo isto aliado à possibilidade de visitantes contactar com os seus autores preferidos são motivos de interesse mais que suficientes para justificar uma visita à Festa do Livro.

Programa da Festa do Livro

Sexta-feira, 6 de Setembro

Sessão de autógrafos

21 horas – *Diário Nocturno* de Gabriel, o Pensador

Sábado, 7 de Setembro

Lançamentos

15 horas – *Argamassa dos poemas*, antologia de intervenção seleccionada por Odete Santos

16 horas – *O Rei Lear*, de William Shakespeare, traduzido por Álvaro Cunhal
Apresentação de Luís de Sousa Rebelo

17 horas – *O caminho das aves*, de José Casanova
Apresentação de Leandro Martins

18 horas – *José Afonso – um olhar fraterno*, de João Afonso dos Santos
Apresentado por Vitorino Salomé

21 horas – *O tempo e o espaço em que vivi*, de Miguel Urbano Rodrigues
Apresentação de Domingos Abrantes

22 horas – *Adeus Azules*, de António Murteira
Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues

22.30 horas – *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes
Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues

Domingo, 8 de Setembro

Lançamentos

16 horas – *Marxismo e Globalização*, de Ronaldo Fonseca
Apresentação de Agostinho Lopes

Os lançamentos da Festa



Com a publicação da tradução da obra de William Shakespeare *O Rei Lear*, realizada na prisão e que chegou a ser editada durante a ditadura sob o pseudónimo de Maria Manuela Serpa, **Álvaro Cunhal** revela mais uma expressão da sua multifacetada produção literária e cultural, que abarca o texto político, o romance, o desenho e a pintura. Na sua bibliografia, o dirigente comunista conta ainda com um livro sobre história medieval e um ensaio sobre arte



Com *O caminho das aves*, um romance de amizade e de luta cuja acção decorre nos últimos anos do regime fascista, **José Casanova** estreia-se nos caminhos da ficção. Segundo o próprio autor refere, a obra é uma homenagem a todos os que combateram o fascismo



José Afonso – um olhar fraterno é um livro, da autoria do irmão do cantor e poeta, que revela novas dimensões da personalidade e do percurso do autor de Grândola, vila morena. Existindo já diversas biografias sobre José Afonso, esta obra, de **João Afonso dos Santos**, dá a conhecer facetas menos conhecidas da vida e da criação do cantor como só uma tão próxima relação permite



De Moçambique chega *Um rio chamado tempo Uma casa chamada terra*, mais uma grande obra de **Mia Couto**, considerado unanimemente como um dos melhores escritores africanos contemporâneos (e de sempre). Esta obra traça um retrato irónico da sociedade moçambicana actual e das mudanças profundas que atravessa



Lançada será também a mais recente obra do jornalista e escritor Miguel Urbano Rodrigues, que colabora regularmente no Avante!. De carácter autobiográfico, *O tempo e o espaço em que vivi: I – Procurando um caminho* abrange os primeiros anos da vida do escritor, que o levaram do Alentejo natal a pontos distantes do mundo. O volume termina no momento de adesão do autor ao Partido Comunista Português

Dezenas de poemas espalhados pela Festa

Mudar o mundo com palavras

Arte e luta andam – sempre andaram – lado a lado. No mundo como na Festa do Avante!. Uma e outra estão entre as mais puras expressões da vida dos homens. Nem toda a poesia fala da luta e nem toda a luta teve poesia a cantá-la. Nesta edição da Festa do Avante!, a poesia estará em destaque. Não toda a poesia, mas aquela que retrata a dura vida dos homens e a luta por eles travada para construir um mundo novo.

Por todo o recinto estarão colocados painéis com poemas de vários autores, de diversos pontos do mundo. Em comum, a determinação de, com as palavras, ajudar os que lutam e lutando constroem uma sociedade melhor, mais justa. Brecht, Ary dos Santos, Pablo Neruda, José Gomes Ferreira ou Federico García Lorca são alguns dos poetas representados, ao lado de nomes mais conhecidos por outras actividades –

igualmente poéticas – como o revolucionário e primeiro presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, ou o já desaparecido dirigente comunista português Francisco Miguel. O chileno Victor Jara e o turco Nazim Hikmet, ambos vítimas da repressão fascista nos seus países, estarão também representados. Dos vivos, o escritor Manuel Gusmão e a jornalista Anabela Fino terão poemas expostos.

Exposições no Pavilhão da Ciência

Água: recurso vital e finito!

Em 2002, a Festa do Avante! considera importante apresentar, no espaço dedicado à Ciência e Tecnologia, o tema «Água». Este espaço tem como objectivo informar e consciencializar os visitantes para a importância de preservar e poupar a água – recurso natural finito e essencial à vida.

A ciência é aqui encarada como parte integrante da cultura, indissociável do conceito de liberdade, como defendia Bento Jesus Caraça. Como avisava Einstein, «é necessário assegurar que o seu desenvolvimento, a cada momento, é um proveito da humanidade». Num mundo cada vez mais necessitado deste líquido precioso, as reservas de

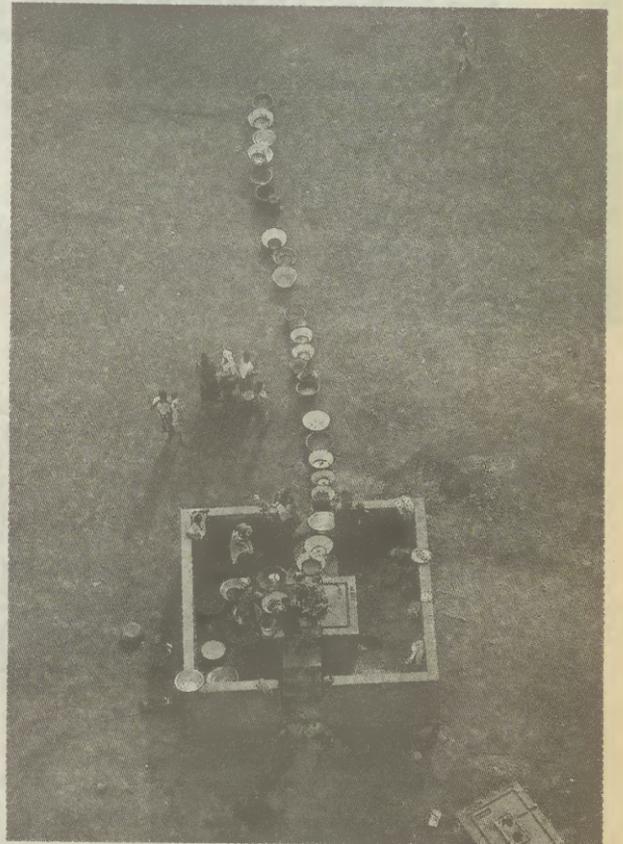
água adquirem um valor estratégico incalculável – por exemplo, cerca de 40 por cento da população mundial vive em bacias fluviais partilhadas por dois ou mais países – na Península Ibérica, disputa-se o Tejo, o Douro e o Guadiana.

Nos países mais desenvolvidos, o consumo de água tem vindo a aumentar drasticamente. Nos países em via de desenvolvimento, mais de 80 por cento das doenças são devidas a água contaminada. A qualidade da água é alterada pelas mais diversas formas de poluição. É fundamental que, numa sociedade essencialmente tecnológica, geradora do progresso e bem-estar, se tome consciência do outro lado deste progresso: gastos excessivos de energia e produção de um volume preocupante de resíduos poluentes. Indissociável das políticas territorial e ambiental, a política da água como recurso estratégico, constitui, no entender do PCP, muito mais que uma política sectorial. É uma componente

estruturante do desenvolvimento integrado humano, de equilíbrio com o espaço envolvente e de autonomia e da sustentabilidade.

Natureza e Desenvolvimento: Que Futuro?

No sábado, às 15.30 horas, realiza-se um debate sob o lema «Natureza e Desenvolvimento: Que Futuro?», com a participação de António Abreu, Rui Namorado Rosa, Pedro Barata e Heloísa Apolónia. Será ainda apresentado, no mesmo dia, às 21.30 horas, um debate sobre o tema «Gestão da Água: as Privatizações», que tem como intervenientes João Bau, João Silva, Luísa Tovar, Jorge Cordeiro, Baptista Alves e Henrique Carreiras. «Alqueva: que Desenvolvimento?» é o tema que se vai debater no domingo, pelas 15.30 horas, e que terá como intervenientes Lino de Carvalho, Pedro Serra, Carlos Calado e Fernando Batista.



O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos

Declaração Universal dos Direitos da Água

Em 22 de Março de 1992, a ONU instituiu o «Dia Mundial da Água», publicando um documento intitulado «Declaração Universal dos Direitos da Água».

1.º – A água faz parte do património do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos.
2.º – A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura.
3.º – Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimónia.
4.º – O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem

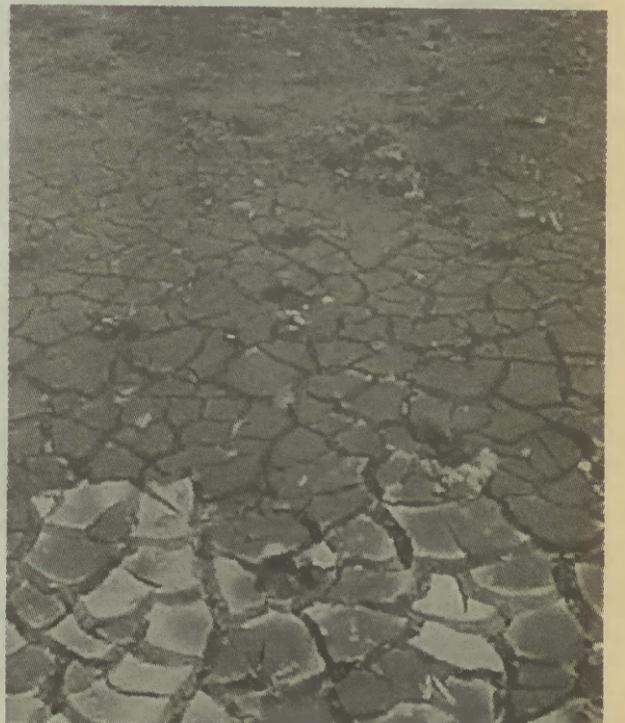
permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.
5.º – A água não é somente herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua protecção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.
6.º – A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor económico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.
7.º – A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem

envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas actualmente disponíveis.
8.º – A utilização da água implica em respeito à lei. Sua protecção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo Homem nem pelo Estado.
9.º – A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua protecção e as necessidades de ordem económica, sanitária e social.
10.º – O planeamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

Sabia que...

- O número de pessoas que sofre actualmente em todo o mundo com falta de água corresponde a 50 vezes a população de Portugal.
- 1500 milhões de pessoas não têm acesso a água potável.
- O homem pode passar 28 dias sem comer, mas apenas três dias sem água;
- Uma torneira a pingar chega a desperdiçar 46 litros de água por dia.
- A água que cada europeu utiliza cada vez que descarrega o autoclismo corresponde à água que cada habitante das regiões semiáridas gasta por dia.
- Por cada mil litros de água utilizados pelo homem, resultam 10 mil litros de água poluída.
- No Brasil, por exemplo, mais de 90 por cento dos esgotos domésticos e cerca de 70 por cento dos efluentes industriais não tratados são lançados à água.
- Atinge-se o limiar do «stress hídrico» quando o volume de água disponível por pessoa num ano é inferior a 1000 m³; 200 milhões de pessoas estão abaixo desse limiar.
- Em alguns países, a água só está disponível para consumo uma hora por dia.

Em alguns países, a água só está disponível para consumo uma hora por dia



Entrevista a Rogério Ribeiro e Fernando Vicente

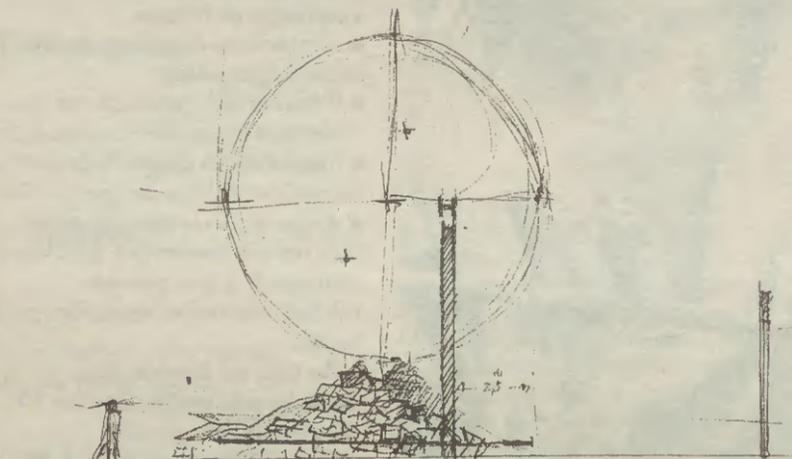
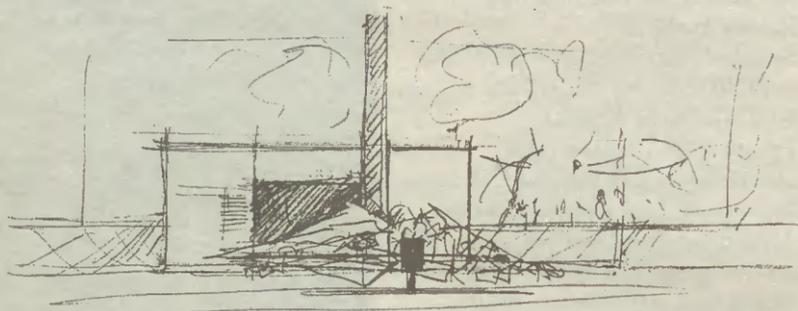
Um monumento à Palestina

Este ano, o Espaço Internacional irá apresentar aos visitantes da Festa do Avante! um monumento à Palestina. Realizada por Rogério Ribeiro, esta obra tem como finalidade homenagear a luta de um povo oprimido pelo governo israelita.



Rogério Ribeiro

Fernando Vicente



«A ideia de fazer um monumento à Palestina surgiu da situação que hoje se vive no Médio Oriente», disse Rogério Ribeiro, em entrevista ao Avante!.

«Inicialmente tinha programado fazer na Casa da Cerca, em Almada, uma exposição com instalações na parte da escultura. Uma dessas instalações girava em torno do tema da Palestina. Tem a ver com aquilo que nos é dado através das imagens e que nos chega a casa pela televisão. Aquilo que vemos contra o ferro do exército israelita é de facto a pedra», comentou o artista.

Neste contexto, «as pedras juntam-se a outro símbolo, o lenço palestino. O lenço é universal, quando vemos este símbolo sabemos que é da Palestina que estamos a falar. Isso aliado à pedra dá-nos uma imagem de fundo», acrescentou.

«O que eu tinha visionado era pintar sobre as pedras um lenço palestino. A ideia tem corpo: desenha a malha do lenço sobre um monte de pedras, portanto estás a jogar com dois símbolos que convergem para a mesma ideia. Sendo esta a ideia de ponto de partida, eu e o Fernando Vicente, começámos a ver como é que ela se poderia realizar», explicou Rogério Ribeiro. «Surgiu então uma outra ideia que já foi ganha no nosso trabalho. Em vez de ampliar um lenço palestino para as actuais dimensões, vamos cozer vários lenços palestinos. Isso pareceu-nos ter um sentido de criar

um objecto estético. Cozer lenços exactamente do seu tamanho tem um sentido de aproximação à realidade, além de estarmos a ligar pessoas umas às outras», disse.

Entretanto, «já fizemos alguns ensaios no terreno. A sensação com a areia e com as pedras deu-nos uma boa imagem conseguida. É uma homenagem muito forte e penso que seria a vontade de que assim fosse. Quem olhar para este monumento vai associá-lo imediatamente à Palestina», concluiu o autor do monumento.

Homenagem a um povo sacrificado

«Quando começámos a construir este projecto, eu e o Rogério Ribeiro, estávamos muito marcados pelos massacres de Jenin. Há dias aconteceu um outro onde morreram dezenas de civis palestinos, desta vez em Gaza, na Cisjordânia», afirmou Fernando Vicente, membro do Comité Central do PCP e da direcção da Festa do Avante!.

«Esta é uma homenagem ao povo da Palestina. A permanência de sentido deste monumento é qualquer coisa que necessita de ser afirmada. O monumento à Palestina é assim uma forma não formal e diferente que a Festa tem de manifestar a enorme admiração e respeito que temos pelo povo palestino», concluiu.

Os alvos civis continuam na mira da brutal agressão sionista

Resiste

Eles colocaram à bofetada um papel e uma caneta sob o meu nariz e da minha mão arrancaram brutalmente a chave da minha casa.

Eles quiseram insultar-me mas o papel disse:

Resiste... Resiste...

E a chave da minha casa disse:

em nome de todas as pedras da tua pequena casa

Resiste... Resiste...

Em nome das pancadinhas na parede da mensagem através da parede...

Da mão mutilada,

Em nome de todas as pedras da tua pequena casa

Resiste... Resiste...

Em nome de todas as gotas de chuva caindo sobre o tecto

da cela das torturas

Resiste... Resiste...





Espaço Internacional Em luta pela paz

A guerra, o militarismo, as medidas repressivas pós-11 de Setembro, a brutal ofensiva imperialista e a luta pela paz em Portugal irão ser os temas centrais do programa do Espaço Internacional.
A solidariedade com o Povo

da Palestina será também um elemento incontornável. Materializada por um monumento situado na entrada do Espaço Internacional (da autoria do escultor Rogério Ribeiro) e pela recolha de fundos, esta campanha permitirá aos visitantes manifestar o seu apoio com a

compra de um lenço palestino em miniatura.

O Espaço Internacional da Festa do Avante! é um local de solidariedade todos os anos de obrigatoria e gratificante visita. A variedade das propostas dos nossos convidados estrangeiros, dos sabores da gastronomia dos respectivos países, do seu artesanato, tradições e culturas combinam-se com o conhecimento e debate de diferentes realidades, dos seus problemas e aspirações, tudo isto em torno de uma mesma vontade de paz, progresso, justiça, solidariedade, cooperação.

Além dos debates que se irão realizar no palco do Espaço Internacional, a música de várias origens, a poesia e a dança marcarão presença neste espaço de animação, convívio e debate.

Organizações e partidos

Os visitantes são muito bem-vindos nos stands, bares e restaurantes de todas as organizações e partidos que participam na Festa: Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, MPLA (Angola), Partido Comunista da Bolívia,

Partido dos Trabalhadores (Brasil), PAICV (Cabo Verde), Partido Comunista do Chile, Partido Comunista Colombiano, Partido do Trabalho da Coreia, Partido Comunista de Cuba, Partido Comunista da China, Partido Comunista de Espanha, Partido dos Comunistas da Catalunha, Bloco Nacionalista Galego, Partido Comunista da Grécia, Partido Frelimo (Moçambique), Organização de Libertação da Palestina, Partido Comunista Peruano, Partido Comunista do Uruguai e FRETILIN (Timor Leste). Podem ainda visitar o Espaço da Paz e da Solidariedade, o espaço da Associação de Amizade Portugal-Cuba, o da Associação Iuri Gagarine e o Bar da Solidariedade.

A Festa é visitada também por delegações do Partido do Trabalho da Bélgica, do Partido Comunista da Boémia e Morávia, do Partido Comunista Francês, do Partido da Refundação Comunista de Itália, do Partido Comunista da Federação Russa, do Partido dos Trabalhadores da Hungria, do Partido da Vanguarda Democrática Socialista de Marrocos, da Frente Polisário do Sahara Ocidental.



Na Festa do Avante! irão ocorrer vários debates, entre os quais, no domingo, sobre «Pós-11 de Setembro e o papel do terrorismo»

Palco Internacional

Sexta-feira

20.00 horas - Danças e Cantares da Galiza;
21.00 horas - Pedro e Flor (guitarra clássica e flauta transversal);
23.00 horas - Paulo Ribeiro (música popular portuguesa).

Sábado

14.30 horas - Schalmeienkafelle (banda tradicional de metais alemã);
15.30 horas - Debate «Solidários com o povo da Palestina»;
17.00 horas - Tocá Rufar;
18.00 horas - Poesia (Grupo de Poesia do Núcleo de Setúbal da Associação Amizade Portugal-Cuba);
19.00 horas - Debate «A Guerra e a Globalização Capitalista»;
20.30 horas - Filipe Narciso (música de intervenção);
21.30 horas - Letícia Vasconcelos (música brasileira);
23.00 horas - Francisco Villa (música chilena).

Domingo

14.00 horas - Música tradicional e de intervenção grega;
14.30 horas - Debate «Pós-11 de Setembro e o papel do terrorismo»;
15.30 horas - Música brasileira;
16.30 horas - Debate «Gerações de luta pela paz»;
19.30 horas - Música tradicional timorense;
20.30 horas - Música cubana.



Imagem Em Foco

Legislação laboral proposta pelo Governo beneficia o patronato e põe em causa conquistas e direitos dos trabalhadores

O Código dos patrões



11 meses e sete dias após a aprovação do Código do Trabalho, o Governo apresenta uma proposta de alteração...

Para José Augusto Botelho, o novo código do trabalho é uma verdadeira afronta aos direitos dos trabalhadores...

Para além da alteração do Código do Trabalho, o Governo também pretende alterar o Código de Procedimento Coletivo...

Mais fácil expulso

As alterações propostas pelo Governo facilitam a expulsão dos trabalhadores das empresas...

Contratos a termo

Os contratos a termo são utilizados para evitar a contratação de trabalhadores permanentes...

Despedimentos

As alterações propostas pelo Governo facilitam os despedimentos dos trabalhadores...

Flexibilização

As alterações propostas pelo Governo flexibilizam as regras de contratação e despedimento...

Horário nocturno

As alterações propostas pelo Governo alteram as regras do horário nocturno...

Arranca na Festa a campanha de divulgação do Avante! Levar mais longe a nossa voz

“O Avante! é o porta-voz das lutas e aspirações dos trabalhadores”

O Avante!, órgão central do PCP e porta-voz das aspirações e lutas dos trabalhadores, estará em destaque, nesta edição da Festa que tem o seu nome, com o lançamento de uma campanha de difusão e venda.

Este ano, a Festa será mais «do Avante!». O órgão central do PCP será um dos destaques da vigésima sexta edição, com o lançamento de uma campanha de divulgação, que se prolongará por vários meses e que tem o objectivo de aumentar o número de leitores regulares do jornal, levando cada vez mais longe a voz dos comunistas e os anseios, reivindicações e lutas dos trabalhadores.

Voz livre e insubmissa

Nascido em 15 de Fevereiro de 1931, na mais rigorosa clandestinidade, o Avante! publicou-se ilegalmente durante mais de 40 anos, e sempre no interior do País, constituindo a única voz livre da censura fascista no panorama da imprensa

portuguesa. Constantemente perseguido pela PIDE, resistiu sempre e desde 1941 que nunca mais deixou de ser periodicamente editado, depois de dez anos de alguma irregularidade. Após a Revolução de Abril — a que o Avante! e o seu Partido ligam indelevelmente os seus nomes, contribuindo decisivamente para o avanço das suas grandes conquistas —, o papel do órgão central do PCP manteve-se, em circunstâncias completamente diferentes, as suas características essenciais. Como se afirmou no Editorial de 15 de Fevereiro de 2001, data do septuagésimo aniversário do jornal, «hoje, como há setenta anos, o Avante! continua a ser o órgão central do PCP e, por isso, o divulgador de um projecto de

transformação da sociedade que tem como objectivo último o fim de todas as formas de opressão e exploração; hoje, como há setenta anos, o Avante! continua a ser o fiel porta-voz dos interesses e direitos dos trabalhadores. E, tal como durante décadas rompeu o manto opressivo da censura fascista e foi expressão concreta de uma informação livre e democrática, rejeita hoje o manto não menos opressivo do pensamento único e continua, de facto, a assumir-se como a voz dos que não têm voz». A diferença entre o Avante! e a restante imprensa não se deve à sua parcialidade e por ter tomado partido. Isso todos fizeram. A principal diferença está no lado que escolheu: junto dos explorados. Contra os exploradores.

Órgão central do PCP, o Avante! divulga a multa e diversificada acção do Partido Comunista Português, que trava uma luta permanente e abnegada em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, nas empresas, na rua e nas instituições. Com a generalidade da comunicação social enfeudada aos interesses dos grandes grupos económicos, aos quais pertencem, a leitura do Avante! é indispensável para quebrar preconceitos anticomunistas e para conhecer fielmente por que lutam e trabalham, por que valores se batem e se regem os comunistas portugueses



Carlos Carvalhal dirige-se ao Partido através dos construtores da Festa

Um Partido onde todos são iguais

Centenas de milhares de PCP, através de milhares de comunistas, lutam por uma sociedade mais justa e democrática...



José Manuel Osório homenageado

Comun. Trabalhadores

Dia nacional de luta marcado por grande mobilização dos trabalhadores

O trabalho saiu à rua

Devido ao esforço de trabalhadores aderentes ao movimento de luta, o dia 20 de Junho, dia da Segurança Social, de carácter de festa, foi marcado por uma grande mobilização dos trabalhadores...

Em várias zonas do país, milhares de trabalhadores saíram às ruas para exigir melhores condições de trabalho...

Os participantes nas manifestações foram recebidos com entusiasmo pelas autoridades locais...

A mobilização dos trabalhadores demonstra o seu compromisso com a luta por melhores condições de vida e trabalho...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

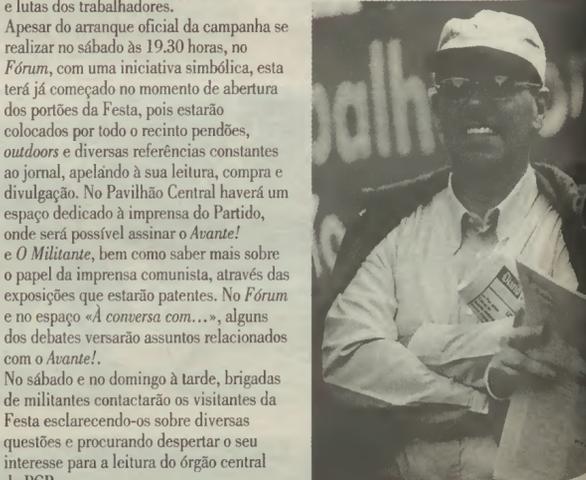
Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Os resultados das manifestações foram muito positivos, com a participação de milhares de trabalhadores...

Esta mobilização demonstra a força do movimento dos trabalhadores em defesa dos seus interesses...

Em coerência com a opção que assumo, ao contrário de muitos outros jornais, o Avante! está nas lutas dos trabalhadores portugueses. Em resposta às gravosas medidas tomadas pelo Governo do PSD/PP, os trabalhadores, reunidos em torno dos seus sindicatos de classe, saíram já por três vezes à rua: no dia 7 de Junho, em oposição aos despedimentos na Função Pública; no dia 20 de Junho, contra a política do Governo; e, no dia 10 de Julho, pela defesa da Segurança Social pública e universal. Grandes acções, com dezenas de milhares de trabalhadores, que a generalidade da imprensa silenciou. O Avante! esteve lá, mostrou e explicou

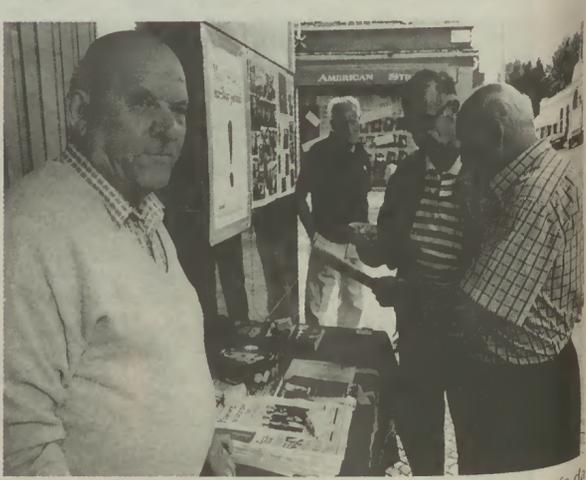


O dia 20 de Junho foi marcado por uma grande mobilização dos trabalhadores

No Barreiro, vende-se o Avante! na rua

Um exemplo a seguir

Apesar da campanha de difusão do Avante! se iniciar na Festa, há diversos exemplos de locais onde se pode dizer que já começou. O Barreiro é um desses sítios. Todos os sábados de manhã, dois militantes do PCP montam uma banca numa das maiores ruas da cidade e divulgam o Avante!, bem como outros



Não é pelo circuito comercial que se aumenta a saída do Avante!, é através da venda militante, asseguram os dois comunistas



Independente do pensamento único dominante, o Avante! é um caso único na imprensa portuguesa

Independente do pensamento único dominante, o Avante! é um caso único na imprensa portuguesa

Um exemplo a seguir

Vargas cumpria a sua tarefa habitual. «Hoje as vendas não estão grande coisa», afirma Mariano. «Mas ontem vendemos quarenta e oito, enquanto dávamos umas voltas por aí.» E é assim todas as semanas. Sexta-feira à tarde, «dá-se umas voltas por aí», e vendem-se alguns jornais. No sábado de manhã é na banca. Sábado à tarde e domingo, regressam as «voltas». Tudo somado dá um aumento de várias dezenas de exemplares do Avante! naquilo que se vende pelas vias normais do Partido, num total, em média, de 165 exemplares semanais.

Quando questionado acerca da forma como conseguem vender, os dois comunistas são peremptórios: provoca-se a conversa, mostra-se o Avante! e os assuntos de que trata. Normalmente resulta. E, na semana a seguir, voltam quase todos a comprar, afirmam. Se, na sua maioria, são membros do Partido que, por uma ou outra razão, estavam afastados, há também muitos que não são militantes e que compram. «É pena que tenham vindo hoje. Normalmente costumamos ter aqui, em frente à banca, perto de 40 pessoas», afirma Mariano. «Hoje é um mau dia», repete. Mas nem por isso deixou de se verificar alguma adesão. Um cliente habitual passou de carro junto à banca, apitou, e gritou: «O meu jornal...»

Numa altura em que o mundo atravessa um dos períodos mais dramáticos de sempre, com o imperialismo a usar de todos os meios para estender o seu poderio a todo o planeta, o Avante! destaca-se pela sua recusa em embarcar nas teorias «justificativas» para invasões, anexações e guerras. Centrado a questão em termos de interesses económicos e geo-estratégicos imperiais — e não de «luta antiterrorista» e «direitos humanos» —, o Avante!, que vai às causas das coisas, denuncia as agressões dos mais fortes e destaca as lutas dos povos pela sua liberdade, autonomia e independência. E pelo socialismo

Comun. Internacional

O primeiro troço do muro para isolar os palestinianos terá 130 Km e custará um milhão de dólares por quilómetro

O muro da iniquidade israelita

Em meio de negociações, Israel não se esquece de construir o muro da iniquidade israelita. O primeiro troço do muro para isolar os palestinianos terá 130 Km e custará um milhão de dólares por quilómetro

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

O muro da iniquidade israelita é uma clara demonstração da falta de compromisso de Israel com a paz...

Os israelitas continuam a construir o muro da iniquidade israelita, apesar das negociações em curso...

Serigrafia de Jorge Vieira à venda na Festa do Avante!

Uma justa homenagem a um grande artista

O Sector Intelectual da ORL promove, na banca do Café-Concerto de Lisboa, a venda de 11 exemplares, datados, assinados e numerados, de uma gravura de Jorge Vieira, falecido em 1998.

Jorge Vieira é uma das grandes figuras da arte portuguesa, e certamente um dos maiores escultores do século XX. A sua obra, objecto de justo destaque e homenagem na XI Bienal da Festa em 1999, ganha cada vez maior reconhecimento nacional e internacional.

Nascido em 1922, frequentou a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, onde em 1953 concluiu o curso de Escultura, com a classificação de 18 valores no trabalho de tese. Frequentou ainda a Slade School of Fine Arts, em Londres, onde trabalhou sob a orientação, nomeadamente, de Henry Moore e Reg Butler.

Foi professor nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto.

Artista de uma imensa originalidade, a sua obra constrói um universo em que a figura humana, muitas vezes fragmentada, é símbolo, intérprete, suporte, ponto de convergência de todas as dimensões da vida, da terra (e do sol), do amor, da esperança. Dominando todas as escalas, do pequeno objecto à construção monumental, e todos os materiais, da terracota ao betão, ao ferro e ao aço, cada obra sua combina, de forma quase paradoxal, uma incontível energia telúrica, um humanismo profundo e intemporal, e ao mesmo tempo, um distanciamento irónico face aos personagens do teatro do mundo.

A obra de Jorge Vieira é também excepcionalmente relevante em duas importantes conjunturas do século XX português: nas décadas de 50 e 60, período de activa colaboração entre arquitectos e artistas plásticos numa perspectiva estética e culturalmente inovadora, de que resultou um signifi-



cativo conjunto de obras integradas em edifícios; e o período posterior ao 25 de Abril, em que encontrou, finalmente, condições para a realização de obras de dimensão monumental que são a expressão mais afirmativa das suas convicções estéticas, sociais e políticas, de que um exemplo particularmente significativo será o monumento ao Prisioneiro Político Desconhecido, peça de 1953 com que ganhou um prémio num concurso internacional, em Londres, e que só em 1994 é realizada e instalada à entrada de Beja.

Jorge Vieira tem também uma importante obra gráfica, nomeadamente de desenho e gravura. A venda na Festa 2002 de uma gravura sua é uma oportunidade de homenagear este grande artista, de divulgar a sua obra, e de propor a 11 compradores o enriquecimento da sua colecção com uma obra de grande valor.

As gravuras serão vendidas exclusivamente na banca do Café-Concerto de Lisboa pelo preço de 250 euros. Quem estiver interessado, e porque a edição é limitada, pode desde já reservar um exemplar. As reservas efectuem-se ligando para o CT Vitória (21.330.70.00), com Antónia Dimas ou Rita Carrilho.



Fita da Festa

Para medir o sucesso que a fita da Festa está a ter basta dizer que, a este ritmo, não chegará aos três dias da Festa. Vendida durante as jornadas de trabalho, em iniciativas de rua e um pouco por todo o lado, a fita – em tons de azul e verde – pode ser

adquirida na Quinta da Atalaia, nomeadamente nos telefones e nos espectáculos, por 2 euros. Também está à venda na livraria da sede do Partido, na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. É caso para dizer: compra já a tua fita!



Planear a Festa o melhor possível

A Revista-Programa da Festa do Avante! está à venda desde o início da semana. Essencial para programar o que ver e quando ver na Festa que, sendo dos comunistas, é de todos, a Revista custa 3 euros e traz toda a informação que o visitante necessita para usufruir o melhor possível desta grande iniciativa político-cultural: desde horários dos concertos a temáticas das exposições, passando pelos lançamentos de livros e programação dos debates. Com tantas actividades a acontecer ao mesmo tempo, e todas de grande qualidade, a Revista apresenta-se como instrumento indispensável para planear a melhor forma possível de passar estes três extraordinários dias.



Acampamento exterior

O acampamento exterior abre a 4 de Setembro e encerra a 9 de Setembro, às 14 horas. Durante este período mantém-se em funcionamento a recepção, os sanitários, o bar e os serviços de segurança. A partir de 6 de Setembro será garantido o policiamento junto à recepção e no perímetro exterior. Nos três dias da Festa, a recepção abre às 8h00 e encerra à 1h30 na sexta-feira e no sábado. No domingo fecha às 24h00. Nos restantes dias, a recepção funciona entre as 8h00 e as 21h00. A admissão no acampamento efectua-se com a apresentação da EP e de uma credencial, previamente

distribuída às organizações e sectores, devidamente preenchida e autenticada, com o carimbo da organização regional ou sector e a assinatura do responsável. Para acampar, os visitantes da Festa têm de preencher uma ficha de inscrição na recepção do acampamento, apresentar a EP, pagar as taxas de utilização de acordo com o período de estadia e o tipo de material utilizado. O parque de estacionamento é exclusivo para utentes do acampamento. As viaturas pagam 7 euros por toda a estadia. O estacionamento é feito num parque próprio. A lotação é limitada.

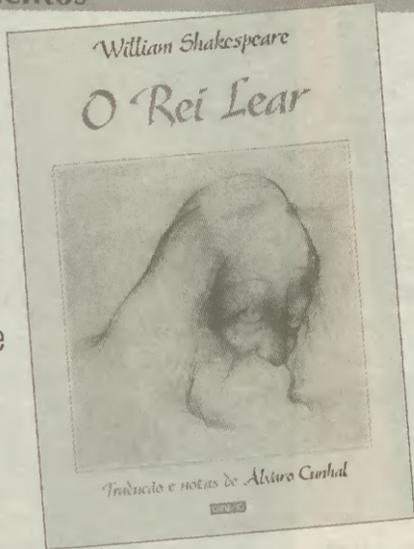
Estadia	Entrada a 4 de Setembro	Entrada a 5 de Setembro	Entrada a 6 de Setembro	Entrada a 7 de Setembro	Entrada a 8 de Setembro
Uma pessoa	3,90 euros	3,25 euros	2,60 euros	1,95 euros	1,30 euros
Tenda pequena	10,80 euros	9 euros	7,20 euros	5,40 euros	3,60 euros
Tenda grande	14,40 euros	12 euros	9,60 euros	7,20 euros	4,80 euros
Caravana	16,20 euros	13,50 euros	10,80 euros	8,10 euros	5,40
Carro-cama	16,20 euros	13,50 euros	10,80 euros	8,10 euros	5,40 euros

Visite a Festa do Livro

Uma das maiores livrarias do País

Lançamentos * Sessões de autógrafos * Milhares de livros * Dezenas de editoras * Preços fantásticos

Lançamentos

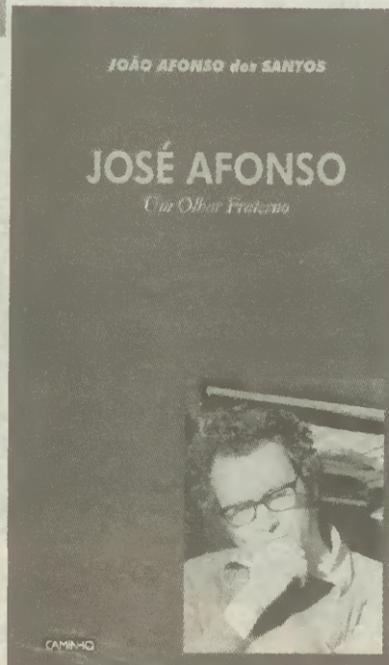


O Rei Lear
William Shakespeare



Tradução e notas de Álvaro Cunhal. «Para além da letra, esta versão reproduz o espírito da obra do grande dramaturgo. E este é o seu mérito.»

Luís de Sousa Rebelo
in Introdução



José Afonso - Um Olhar Fraternal
João Afonso dos Santos

Um livro que nos dá a conhecer, pela pena de seu irmão, novas dimensões da personalidade multifacetada e do percurso de José Afonso.



Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra
Mia Couto

Um novo romance de Mia Couto. Um retrato irónico e poético das mudanças profundas que atravessam a sociedade moçambicana actual.



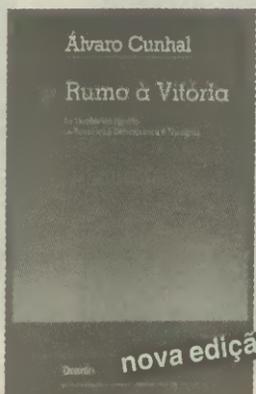
O Caminho das Aves
José Casanova

Uma bem-vinda incursão de José Casanova pela ficção.



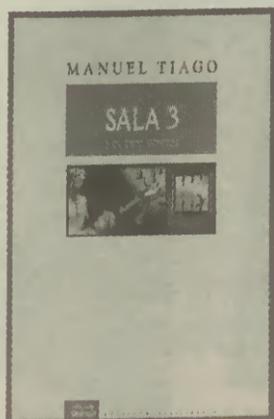
O Partido com Paredes de Vidro
Álvaro Cunhal

«O ensaio *O Partido com Paredes de Vidro*, teve a sua primeira edição em Agosto de 1985 com um objectivo declarado: dar a conhecer como nós, os comunistas portugueses, concebíamos, explicávamos e desejávamos o nosso próprio partido. (...) Entretanto, os princípios fundamentais, vasta e pormenorizadamente desenvolvidos no ensaio, mantêm, a nosso ver, significativa actualidade (...)»



Rumo à Vitória
Álvaro Cunhal

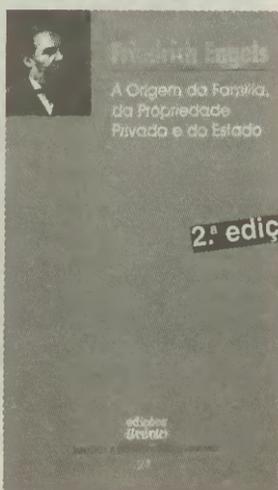
De um valor histórico indiscutível esta obra apresenta-nos um rico manancial de experiências e ensinamentos de flagrante validade e actualidade.



Sala 3 e Outros Contos
Manuel Tiago

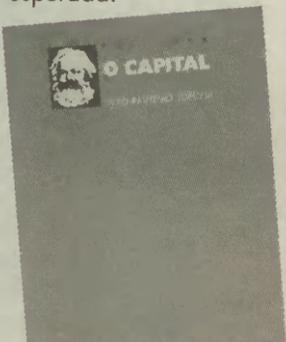
O mais recente livro de Manuel Tiago. "O mesmo rigor na escrita, objectiva, muito visual e concisa, a mesma vivacidade oral dos diálogos caracterizam estes três contos do autor de *Até Amanhã Camaradas* e de *Cinco Dias, Cinco Noites*."

Urbano Tavares Rodrigues



A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado
Friedrich Engels

De novo à venda a reedição há muito esperada.



O Capital
Livro Primeiro Tomo III
Karl Marx

O I livro de *O Capital* é essencialmente dedicado à análise da relação de produção dominante do capitalismo: a relação de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Marx descobriu o segredo da exploração capitalista e formulou uma teoria verdadeiramente científica da mais-valia que, segundo a expressão de Engels, provocou a mesma impressão que «um trovão num céu sereno».



A Violência Conjugal na Ilha da Madeira
Uma investigação sociológica dos maus tratos sobre a mulher durante o ano 2000
Carla Cruz, Dália Costa, Maria João Cunha

Estudo promovido pela Organização das Mulheres Comunistas.



Até Amanhã, Camaradas
47 ilustrações para o romance, de Manuel Tiago, Rogério Ribeiro

O livro não fala de quaisquer homens ou mulheres, fala da luta do Partido Comunista Português, e estas imagens ambicionam ser também, de algum modo, um relato dessa luta.



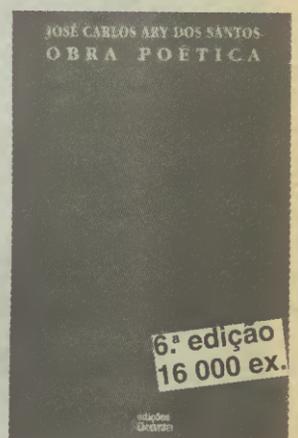
Armas de Urânio: Destruição sem Regresso
Albano Nunes, Rui Namorado Rosa, Jorge Cadima, Ângelo Alves

Uma corajosa denúncia e um alerta para a necessidade do prosseguimento da luta pela completa interdição das armas com urânio empobrecido.



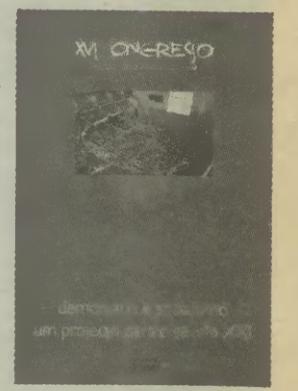
XVI Congresso do PCP
6 Serigrafias de Rogério Ribeiro

Edição muito limitada, numerada e assinada pelo autor. Estas serigrafias reproduzem seis das mais representativas ilustrações de Rogério Ribeiro para o romance, de Manuel Tiago, *Até Amanhã, Camaradas*.



Obra Poética
José Carlos Ary dos Santos

Toda a obra poética publicada do autor reunida num só volume.



Esta edição reúne o conjunto de materiais – informações, intervenções e documentos aprovados – relativos aos trabalhos do XVI Congresso do PCP que, sob o lema Democracia e Socialismo – Um Projecto para o Século XXI, se realizou nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro de 2000.

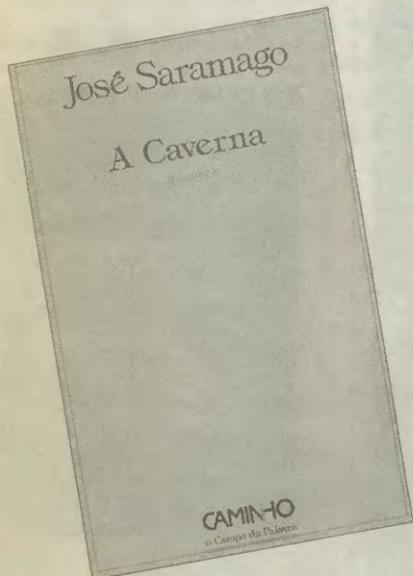


Projectos
Reprodução de oito pinturas inéditas de Álvaro Cunhal

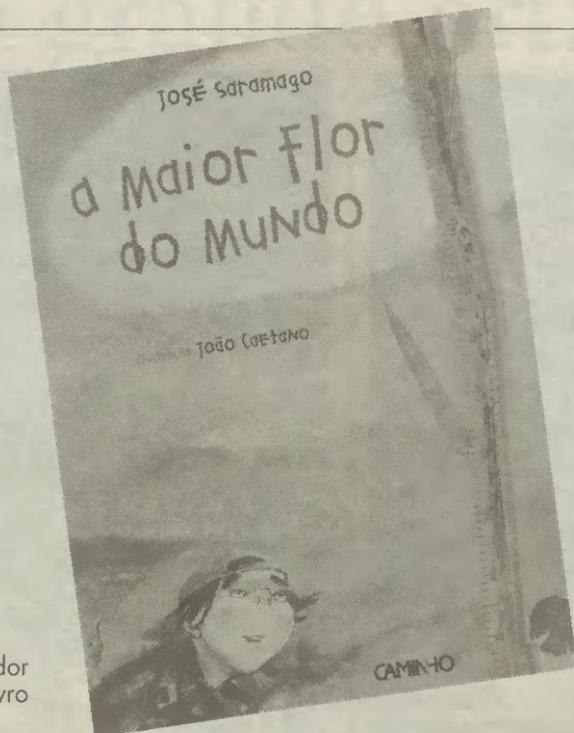
Visite a Festa do Livro

Uma das maiores
livrarias do País

Lançamentos * Sessões de autógrafos * Milhares de livros * Dezenas de editoras * Preços fantásticos



Um perturbador
e actualíssimo livro



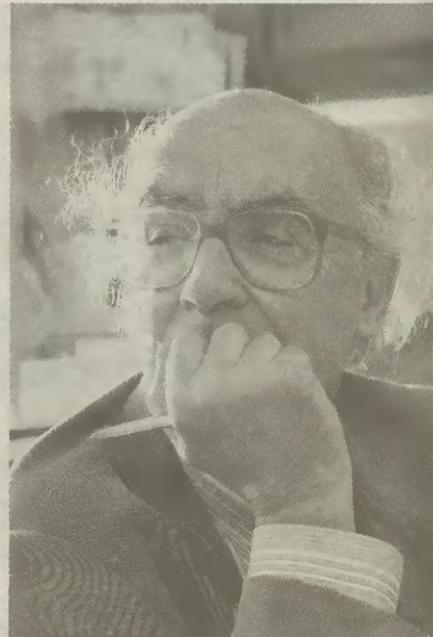
José Saramago

Um belo livro
para crianças

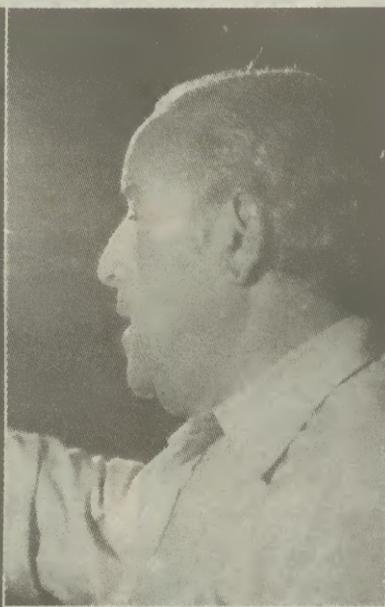
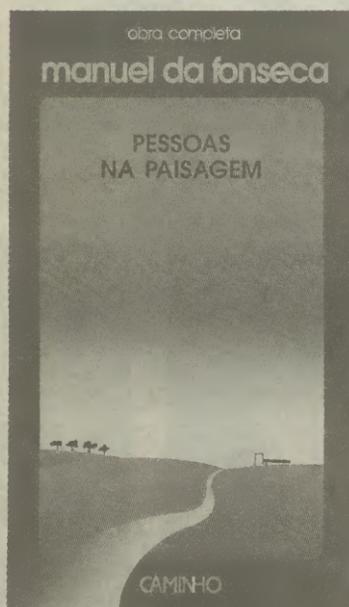
Ilustrado por
João Caetano



Prémio Nacional de Ilustração
2001 IPLB/APLUJ



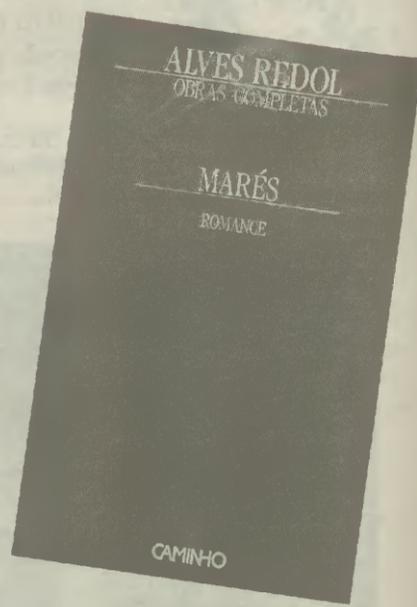
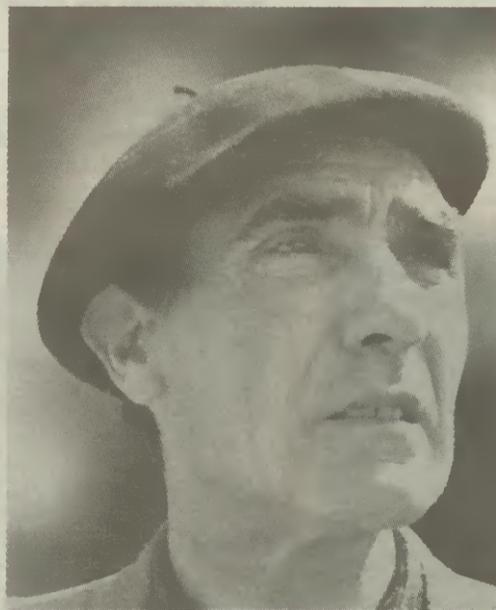
Manuel da Fonseca



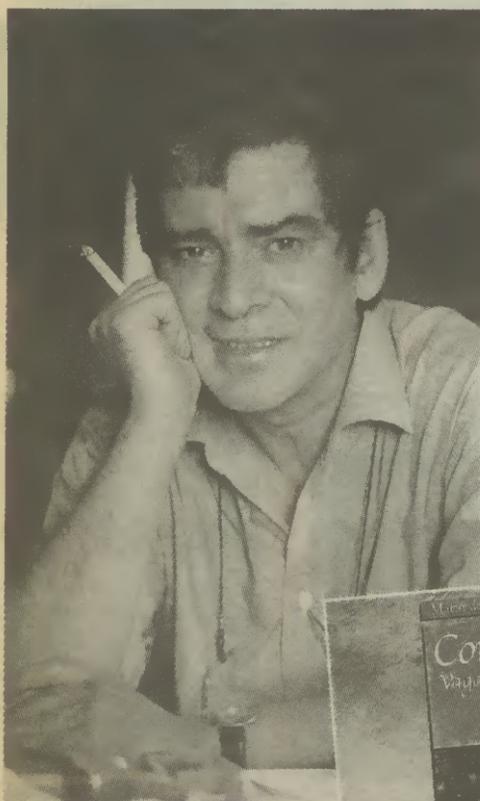
Pessoas na Paisagem

A imortal arte de um grande contador de histórias

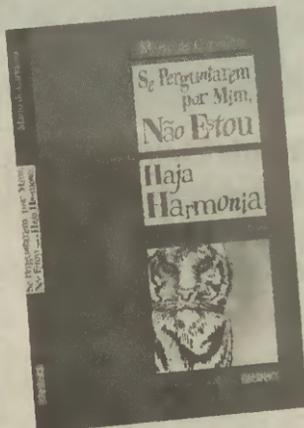
Pessoas na Paisagem é o terceiro volume de crónicas de Manuel da Fonseca editado pela Caminho



Um romance de juventude que retrata de forma impressionante a luta do povo das campinas pela sobrevivência, contra a miséria e a exploração

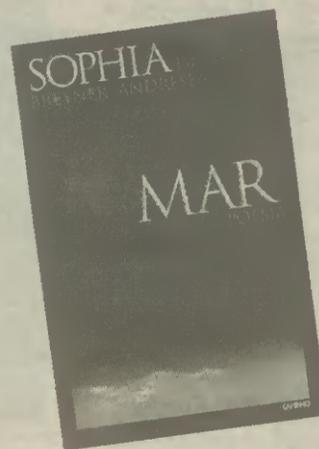


Mário de Carvalho



Um dos mestres
da literatura portuguesa
contemporânea

Sophia de Mello
Breyner Andresen
Prémio Camões 1999



Antologia poética em que o Mar
é a principal ou única referência.



Uma peça de teatro, à maneira da *commedia dell'arte*, em volta do tema da sedução e do amor. Com a superior qualidade poética da escrita de Sophia.

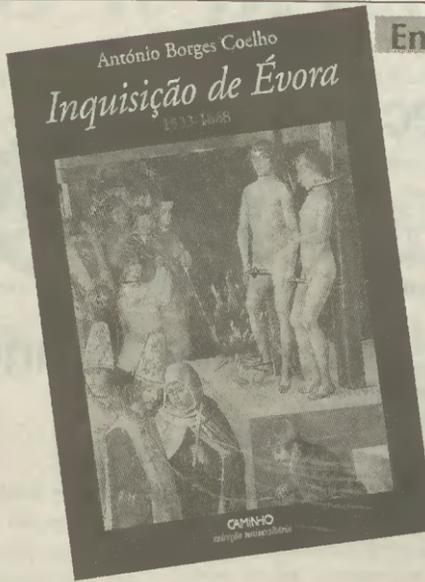
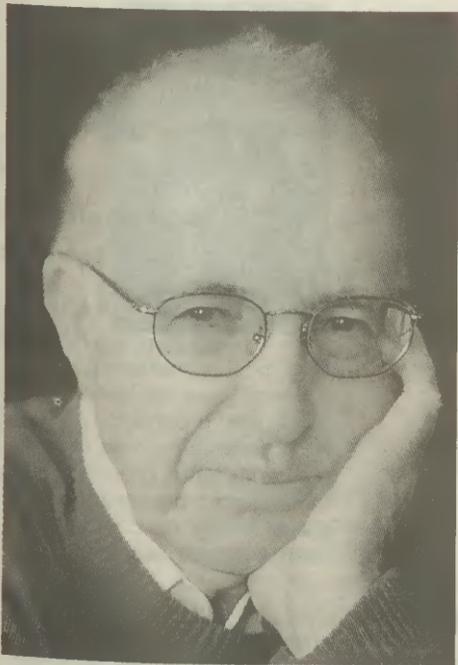
Bons livros a preços excepcionais!

A partir de 2 €

Visite a Festa do Livro

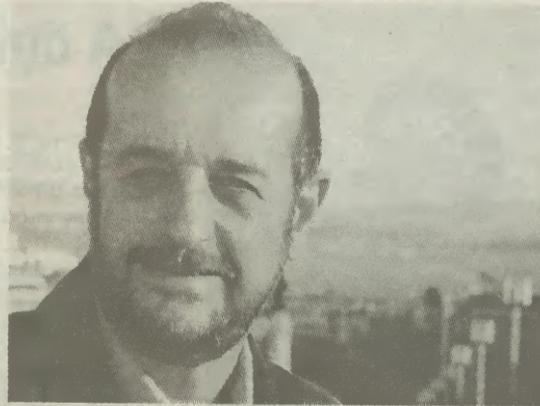
Uma das maiores livrarias do País

Lançamentos * Sessões de autógrafos * Milhares de livros * Dezenas de editoras * Preços fantásticos

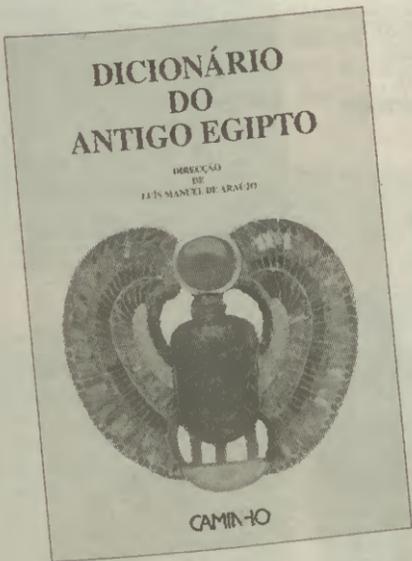
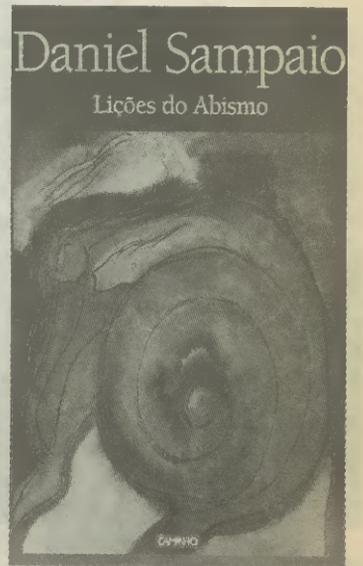


A. Borges Coelho
Inquisição de Évora
Nova edição revista e num só volume

Ensaio



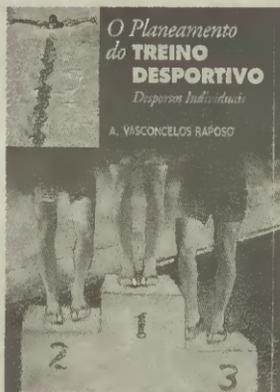
Daniel Sampaio
Lições do Abismo
Com a sua vasta e riquíssima experiência profissional, Daniel Sampaio dá-nos as pistas, tenta encontrar as respostas, ganha a confiança de quem no maior dos desesperos o procura. Ele é a ponte para essa terrível fronteira em que a realidade se perde e o abismo espreita.



Dicionário do Antigo Egipto

Essencial para o conhecimento de uma das mais ricas civilizações da história da Humanidade

2 novos títulos para quem gosta de desporto



O Planeamento do Treino Desportivo
Desportos Individuais
A. Vasconcelos Raposo

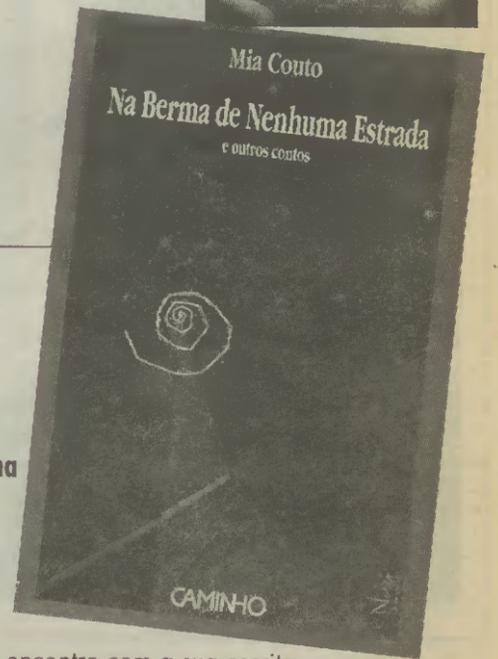
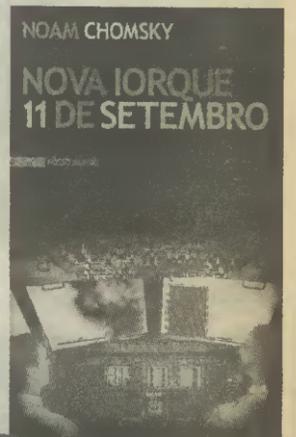


Organização do Treino nos Desportos Colectivos
Pontos de Partida
José Curado

Noam Chomsky

Nova Iorque 11 de Setembro

Quem são os culpados? Por que se desafia arrogantemente o equilíbrio precário que ainda nos sustenta? Por que são sempre as populações inocentes as maiores vítimas?



Na Berma de Nenhuma Estrada e outros contos

Cada novo encontro com a sua escrita significa uma viagem a que não apetece pôr termo

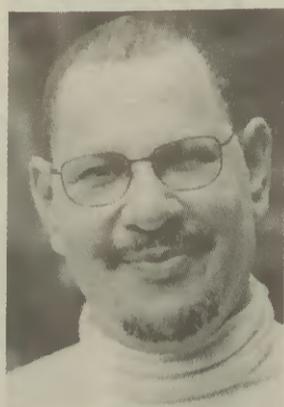
Temas africanos



Germano Almeida



Memórias de Um Espírito
Um romance divertido, erótico, cabo-verdiano



Ondjaki

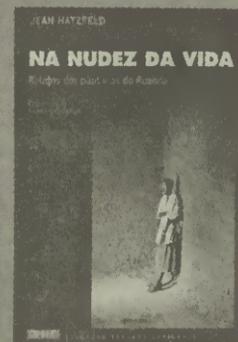


O Assobiador
Um novo livro do jovem e talentoso escritor angolano



Colecção Estudos Africanos

Uma colecção que dá voz aos problemas de África



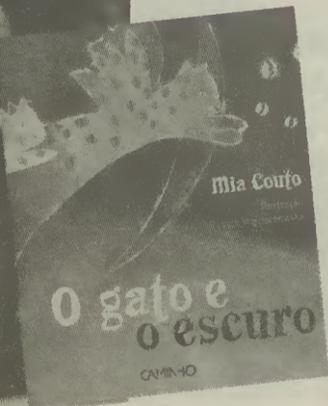
Na Nudez da Vida
Relatos dos pântanos do Ruanda
Jean Hatzenfeld



O Fantasma do Rei Leopoldo
Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial
Adam Hochschild

Mia Couto

Ilustrações de Danuta Wojciechowska



O Gato e o Escuro
Uma bela história para crianças do grande escritor moçambicano



Menção Especial do Júri do Prémio Nacional de Ilustração 2001 IPLB/APPLU

Visite a Festa do Livro

Uma das maiores
livrarias do País

Lançamentos * Sessões de autógrafos * Milhares de livros * Dezenas de editoras * Preços fantásticos

Para os mais novos



A colecção **Uma Aventura** faz 20 anos

Há precisamente 20 anos, em 1982, começou a publicar-se a colecção Uma Aventura. De então para cá nunca mais parou. Hoje, estão publicados 44 títulos que alcançaram uma tiragem total de mais de 6 milhões de exemplares, o que provocou uma revolução na leitura em Portugal. Com vinte anos de idade, a capacidade da colecção Uma Aventura para atrair os jovens para a leitura não diminuiu, antes pelo contrário...



Que motivo levaria alguém a dançar com um lavatório? E quem teria perdido o pequeno relógio de ouro com duas letras gravadas na tampa? Para desvendar estes e outros enigmas... só lendo Uma Aventura Secreta!

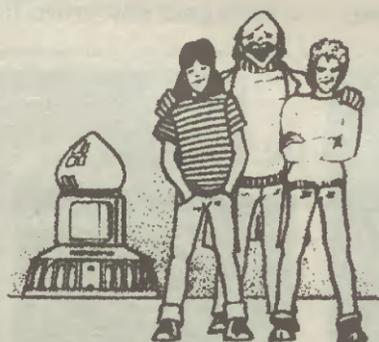


Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

A História de Portugal num só volume!

Contada de forma agradável e cativante, com inúmeras ilustrações a cores.

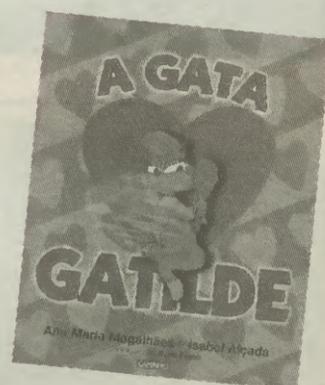
Colecção Viagens no Tempo



Uma abordagem particularmente leve, lúdica mas rigorosa da História de Portugal

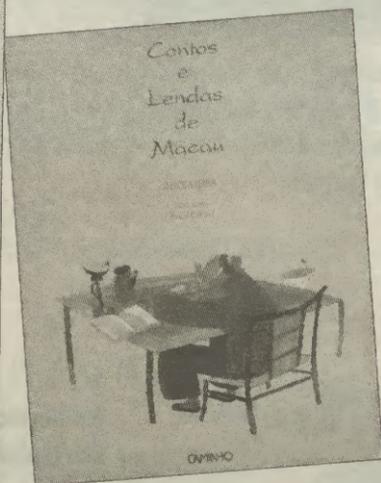
Colecção Ler Dá Prazer
Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

Uma nova colecção a pensar nos mais novos da família. Histórias contadas em poucas frases e ilustradas por imagens supersuggestivas



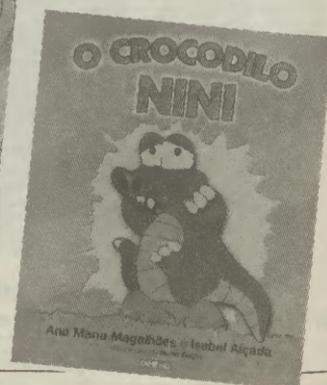
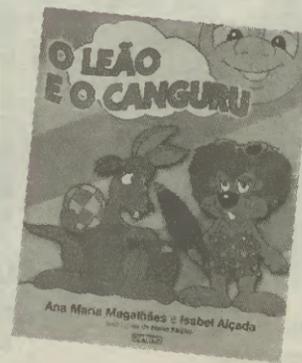
Alice Vieira

A superior qualidade de uma das maiores escritoras para jovens



Contos e Lendas de Macau
São seis histórias e lendas de Macau. Histórias onde tudo pode acontecer...

Cativantes ilustrações de Alain Corbel



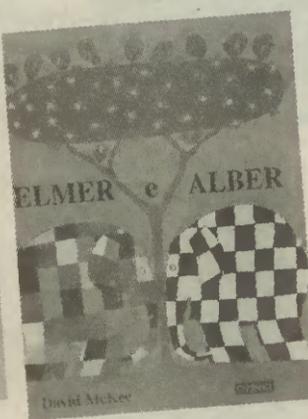
Colecção Bravo

Uma colecção de vocação enciclopédica destinada a jovens e a adultos curiosos



Colecção Livros do Dia e da Noite

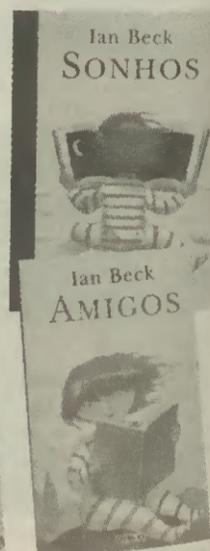
Os melhores autores portugueses para crianças e jovens



Livros do Arco-Íris

Livros para os «leitores» ... que ainda não sabem ler.

Uma colecção de quatro livros em cartão para as crianças que estão a começar a falar; imagens vivas e coloridas acompanhadas por um texto curfíssimo.



Ian Beck
BRINCAR



Ian Beck
AMIGOS

Bons livros a preços excepcionais!

A partir de 2 €

Saldos de Fim
de Edição
Desconto mínimo
de 50%

• Jorge
Pinto (*)

Não à privatização da água!

A água não é um produto comercial como qualquer outro. O sistema de fornecimento de água, em rede domiciliária, para consumo humano, reúne um conjunto de características que lhe atribuem aspectos essenciais de serviço público.

Vejamos então alguns dos destes aspectos essenciais:

1 – Nenhum ser humano pode dispensar o consumo de água potável, pelo que os poderes públicos têm o dever de garantir o respectivo acesso a qualquer cidadão independentemente do seu nível de rendimentos;

2 – A universalização do acesso à água potável constitui um factor fundamental de qualquer política de saúde pública, e, como tal, deve ser orientado pelos princípios gerais das políticas sociais de saúde;

car preços de monopolista discriminador, face à inelastecidade da procura. E, em determinadas situações, pode praticar preços para além do próprio limite do preço monopolista, o que significa a introdução real de uma taxa (mais próxima do conceito de imposto, do que do conceito de tarifa);

7 – O sistema de recolha e tratamento de águas residuais, enquanto componente do “serviço público de água”, segue também as características de monopólio, e, por se tratar de uma acção de rejeição afasta o conceito de mercado, na medida em que não existe procura, mas simples rejeição de determinada carga poluidora. Estamos, assim, perante um serviço público que tem por função essencial requalificar a água em termos ambientais, sendo admissível cobrar tarifas ou taxas inerentes a esse serviço;

8 – Trata-se, finalmente, de um sistema com características de bem privado já que é possível excluir do seu acesso todo e qualquer cidadão que não pague directamente o seu fornecimento, situação

ta, qual a actual situação do sector de produção de água em alta.

Para além da EPAL, que abastece 23 municípios e serve cerca de 2,5 milhões de habitantes, a Águas de Portugal (AdP) detém a maioria do capital de 10 empresas multimunicipais e duas empresas de âmbito municipal, num total de 119 municípios, que servem mais de 5 milhões de habitantes. Este conjunto de empresas, participadas pela AdP, é responsável por investimentos em curso, apoiados pelo Fundo de Coesão, num montante superior a 1,7 mil milhões de euros, fornece 1.560 mil m³ de água por dia, num volume de negócios superior a 360 milhões de euros por ano.

Estamos, pois, perante a formação de um monopólio que domina o sector da água em Portugal. O início do processo da constituição deste monopólio teve origem, em 1993, com a publicação, pelo Governo de Cavaco Silva, do Decreto-Lei 372/93 e Decreto-Lei 379/93, abrindo o sector aos sistemas multimunicipais e a entidades privadas, retirando às autarquias a competência exclusiva de operar no sector⁽¹⁾. A estratégia, então delinea-

condições, nomeadamente determinando a possibilidade do sector ser detido integralmente pelo sector privado. Assim, não tem qualquer valor de salvaguarda o enunciado no modelo multimunicipal que determina que a maioria do capital terá de ser detido pelo sector público.

Antes de prosseguir a análise das consequências da privatização do abastecimento de água, recordemos o que se tem passado com o sistema de concessão à EDP – hoje privatizada – da competência municipal de fornecimento de energia eléctrica em baixa. Sobre a perda de qualidade deste serviço público, basta recordar a recente posição da ANMP que fala “em comportamento intolerável por parte da EDP, face à deterioração do serviço prestado” e anunciou que irá pedir ao Governo para que aquela empresa melhore os seus serviços e cumpra os contratos de distribuição de energia em baixa tensão.

Ora, no quadro de criação dos sistemas multimunicipais, o Governo retirou aos municípios o poder de concessão da distribuição de água em alta. Foi, pois, mais longe do que no próprio sistema da energia. Desde logo, no sistema multimunicipal, passou a caber ao Governo o poder, mediante proposta da concessionária, de alargamento dos sistemas de abastecimento de água e de recolha de saneamento. Assim, os municípios abrangidos pelos sistemas multimunicipais que não beneficiam ainda de abastecimento de água ficam condicionados ao parecer da concessionária (no futuro próximo do detentor privado desta) sobre o seu direito de acesso à água. Nestas condições estaremos perante pareceres do acesso a um bem comercial como qualquer outro. E, naturalmente, que o fornecido de um bem por uma empresa privada constitui o instrumento que esta dispõe para alcançar o seu objectivo – maximizar o lucro. Perante a privatização do sector da água estaremos num quadro em tudo semelhante ao da EDP e de todos os processos em que o monopólio privado detém o domínio de qualquer mercado.

Torna-se, pois, imperioso mobilizar, desde já, as populações e os eleitos do poder local para evitar a consolidação do objectivo de privatizar o sector da água. Mas, torna-se também imperioso acordar numa alternativa consistente e rápida que garanta, no presente e no futuro, a manutenção e o controlo dos sistemas pelas autarquias, **garantindo, assim, que a água não se transformará num produto comercial como qualquer outro.**

É necessário que todos saibamos que a alternativa existe. Os municípios podem constituir Empresas Inter-municipais para explorar os sistemas de abastecimento de água e de saneamento. Trata-se de um modelo empresarial em que a lei obriga a que a maioria do capital seja, em todas as circunstâncias, dos municípios. Existe, pois, uma alternativa em que o controlo público pelos municípios estará sempre assegurado.

Torna-se, assim, imperioso que o Poder Local una esforços e viabilize a opção do sistema intermunicipal, na medida em que o mesmo constitui a única garantia que a água não será privatizada e, como tal, **não se transformará num produto comercial como qualquer outro qualquer.**

3 – Trata-se de um recurso crescentemente escasso, com custos de oferta cada vez mais elevados, pelo que para além dos limites sociais, definidos nos dois pontos anteriores, deve ser tratado na componente de bem económico, cuja produção assenta na sustentabilidade do recurso;

4 – O abastecimento domiciliário de água através de rede urbana é feito em regime de monopólio e não é praticável qualquer sistema que diversifique a oferta;

5 – O sistema tarifário não pode deixar de seguir, para determinados consumos mínimos, e, ou para determinados extractos populacionais objectivos sociais;

6 – O sistema, porque funciona em regime de monopólio puro, se dominado pelo objectivo do lucro, tenderá a prati-

real que pode anular ou desvirtuar os princípios 1, 2, 5 e 7 e ser praticado exclusivamente segundo os princípios enunciados em 6.

Este conjunto de características deve conduzir à consciência de que **a água não é um produto comercial como outro qualquer.**

Todos sabemos que o sector privado só estará interessado em chamar a si um qualquer negócio se tiver a possibilidade de o tratar como outro negócio qualquer. Esta constatação não constitui, por si só, uma oposição à existência do sector privado na economia. Trata-se, apenas, de compreender e reconhecer que o lucro é o móbil central do sector privado. Aceite este princípio básico facilmente poderemos antever o que acontecerá se o sector da água for privatizado.

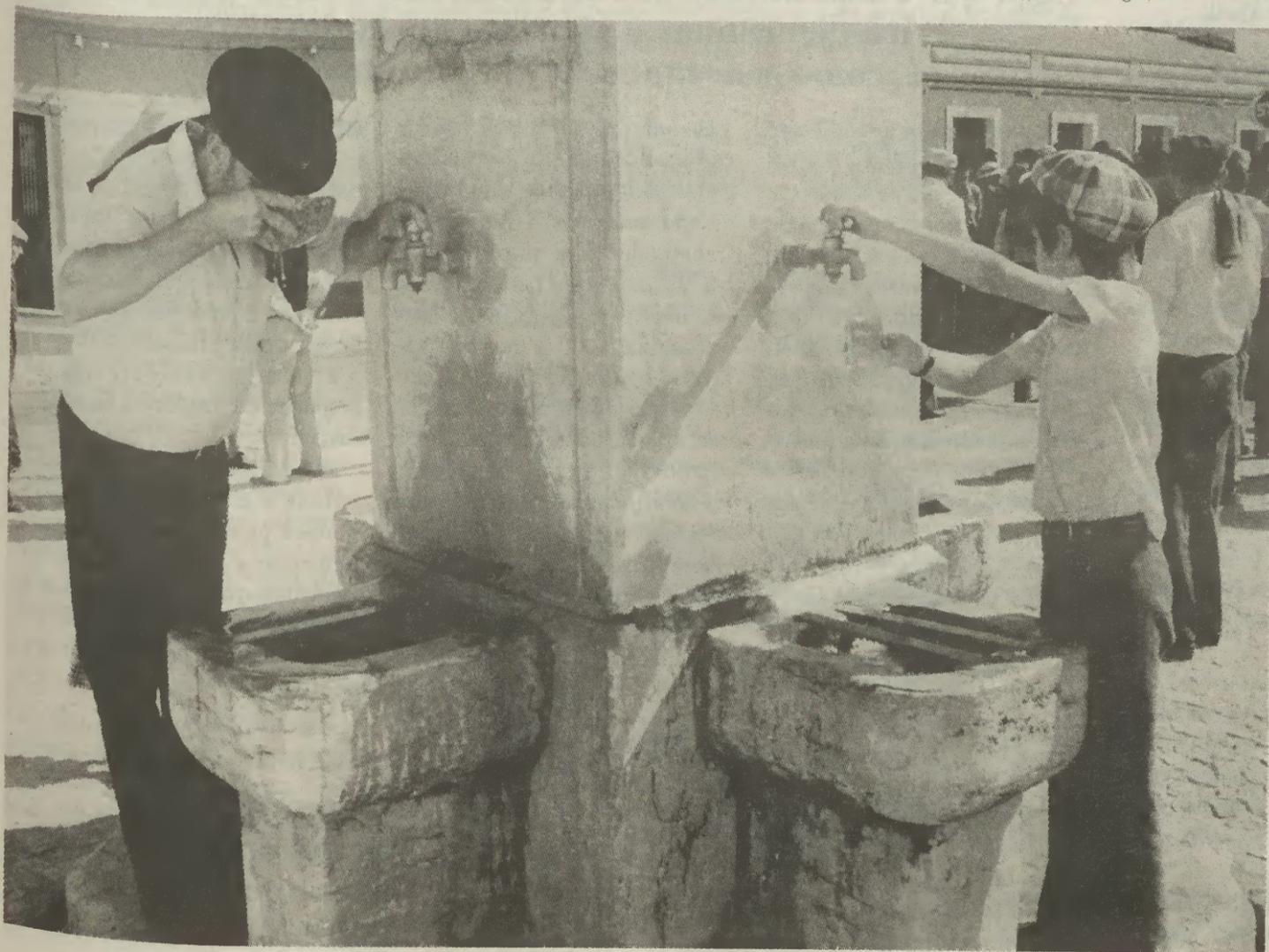
Vejamos então, de forma muito sucin-

da pelo Governo do PSD, tinha por objectivo concentrar na AdP o acesso, na primeira fase do investimento, a co-financiamentos do Fundo de Coesão para, posteriormente, avançar com a privatização do sector.

Durante seis anos, o Governo PS prosseguiu esta mesma estratégia, recorrendo mesmo à pressão e boicote aos municípios que procuraram construir um sistema alternativo, à dominação do abastecimento pela AdP, enquanto fase do futuro sistema de privatização.

Hoje é objectivo anunciado pelo Governo PSD/CDS a rápida privatização da AdP.

Tratando-se de um sistema em que as autarquias alienam a favor do Governo o poder de concessão, será no quadro legislativo normal que o Governo determinará as condições de concessão, podendo a todo o momento alterar essas mesmas



(*) Membro da DOREV, vereador da CDU na Câmara Municipal de Évora.

(1) O que acontecia até então com excepção da intervenção da EPAL.

• Eugénio Rosa

Perguntas e respostas

sobre o «Código Bagão Félix» (2)

Continuamos hoje a publicação do trabalho de Eugénio Rosa, economista*, que desmonta as premissas do Governo e do capital relativamente às alterações às leis laborais constantes no anteprojecto do Código de Trabalho.

Visto o ataque aos direitos laborais estar a ser feito fundamentalmente com base em argumentos económicos – o Código seria a pretensa solução para o aumento da competitividade e produtividade – a análise é feita na mesma óptica, apenas para as principais alterações, já que o Código consta de 687 artigos.

O trabalho está organizado de forma a que não seja necessário, para o utilizar, lê-lo do princípio ao fim, sendo possível consultar apenas a resposta que se pretende.

Este estudo constitui um óptimo contributo para o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra o mais violento ataque aos direitos dos trabalhadores tentado após o 25 de Abril.

Como se pode aumentar a produtividade reduzindo a actividade do trabalhador e suspendendo o contrato de trabalho?

De acordo com o art.º 265 do código de Bagão Félix, «o empregador poderá reduzir temporariamente os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, desde que, por motivos económicos, tanto de mercado como estruturais, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afectado gravemente a actividade normal da empresa, tais medidas se mostrem indispensáveis para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho».

Portanto, basta à entidade argumentar com motivos económicos, que podem ser conjunturais ou estruturais, para iniciar tal processo.

Depois tem comunicar a intenção de reduzir ou suspender à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical e, na falta destas, a cada um dos trabalhadores (art.º 266); portanto, nunca ao sindicato ou sindicatos. Desta forma, procura-se marginalizar ou dificultar a acção dos sindicatos.

De acordo com o art.º 267 do código Bagão Félix, ao fim de 10 dias se não se chegar a qualquer acordo «o empregador deve comunicar, por escrito, a cada trabalhador, a medida que decidiu aplicar, com menção expressa do motivo e da data de início e termo da sua aplicação». Portanto, um processo simples, rápido e expedito.

Durante o período de redução ou suspensão o trabalhador tem direito: 1) A receber uma compensação retributiva equivalente a dois terços da sua retribuição normal líquida ou uma retribuição não inferior ao salário mínimo nacional que é financiada em 70% pela segurança social e apenas em 30% pela empresa (art.ºs 273 e 274), mas que é paga pela entidade patronal (o que cria condições para ela ficar com ela, como acontece muitas vezes com os descontos feitos nos salários dos trabalhadores); 2) A exercer uma actividade remunerada fora da empresa, mas neste caso é obrigado a comunicar ao empregador «para efeitos de eventual redução na compensação retributiva», constituindo o incumprimento injustificado uma «infracção disciplinar grave» (art.º 275).

Será que a redução de horas consideradas como trabalho nocturno determinará o aumento da produtividade?

De acordo com a lei actualmente em vigor, o trabalho nocturno começa a contar a partir das 20 horas até às 7 horas do dia seguinte, e é pago com um acréscimo de 25%.

Como é que Bagão Félix pretende alterar esta situação de forma a aumentar os lucros das empresas à custa da redução da remuneração dos trabalhadores? Como não consegue impor que o sol se ponha à 23 horas, decreta que para efeitos de trabalho nocturno só se comece a contar a partir das 23 horas.

Efectivamente de acordo com o n.º 3 do art.º 182 do código Bagão Félix «considera-se período de trabalho nocturno entre as 23 horas de um dia e as sete horas do dia seguinte». E como o trabalho nocturno é pago com um acréscimo de 25%, as empresas ficariam assim isentas de pagar 3 horas por dia de trabalho nocturno com aquele acréscimo de remuneração.

De acordo com estimativas feitas, a aplicação desta disposição determinaria uma redução na remuneração mensal de centenas

de milhares de trabalhadores calculada entre 100 euros e 150 euros (menos entre 20 e 30 contos por mês). Não resta qualquer dúvida que tal redução multiplicada por centenas de milhares de trabalhadores vezes 12 meses, representaria um aumento significativo nos lucros das empresas, e na exploração dos trabalhadores, sem qualquer aumento da produtividade (também neste caso não haveria aumento do VAB da empresa que serve para determinar a produtividade).

Será que a mobilidade de categoria, funcional e geográfica irá determinar o aumento da motivação e, como consequência, da produtividade?

De acordo com o art.º 244 do código de Bagão Félix, o «trabalhador pode ser colocado em categoria inferior àquela em que foi contratado (...) desde que seja imposta por necessidades prementes da empresa ou por estrita necessidade do trabalhador, e desde que seja aceite pelo trabalhador e autorizada pelos serviços do Ministério responsável pela área laboral». Desta forma se abre a porta a descidas na categoria, pois muitos trabalhadores, para não perderem o emprego, poderão ser pressionados pelas entidades patronais a aceitarem baixa de categoria profissional.

Segundo ao art.º 255, o «empregador pode, quando o interesse da empresa o exigir, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos na actividade contratada». Aqui já não é necessário a aceitação do trabalhador nem a autorização do Ministério, e embora se utilize o termo «temporariamente» não se fixa nenhum prazo máximo para essa situação, ficando o trabalhador sujeito ao arbítrio da entidade patronal quer em relação ao que se deve entender por «interesse da empresa» como em relação à duração do tempo em que o trabalhador pode ficar em tal situação. O mesmo arbítrio existe em relação ao tipo de serviços, ficando assim a empresa com a liberdade para sujeitar o trabalhador a serviços humilhantes para ele (pode até ser uma forma para o obrigar a tomar a iniciativa de se despedir).

De acordo com o art.º 246 do código Bagão Félix, «o empregador pode, quando o interesse da empresa o exigir, transferir o trabalhador para outro local de trabalho se essa transferência não implicar prejuízo sério para o trabalhador». O mesmo pode fazer o empregador se a alteração resultar da mudança total ou parcial do estabelecimento onde o trabalhador presta serviço. Neste último caso, o trabalhador só poderá resolver o contrato (despedindo-se) se invocar, e provar, prejuízo grave.

Finalmente, de acordo com o art. 247, o empregador pode, também quando o interesse da empresa o exigir, transferir o trabalhador para outro local de trabalho, desde que a transferência não implique prejuízo sério para o trabalhador. E, se existirem razões especiais, poderá ser por um prazo superior a 6 meses.

E entende-se sempre que não há prejuízo sério para o trabalhador: 1) Se o empregador facultar os meios de transporte e não determinar o dobro do tempo em deslocações (portanto, se

antes o trabalhador já despendia, por ex., 2 horas de transporte, uma para ir para o emprego e outra para regressar a casa do trabalho, agora ele poderá ser obrigado a gastar 4 horas de transporte, e isso não é considerado como um prejuízo sério para o trabalhador); 2) Se a alteração não determinar mudança de residência do trabalhador.

Mas a questão imediata que se coloca é a seguinte: como se poderá pensar que é possível aumentar a produtividade com medidas que apenas criam a insegurança e instabilidade no trabalhador, que reduzem o seu tempo de descanso e o seu tempo familiar?

A renúncia de um direito irrenunciável – o direito à greve

De acordo com o art.º 600, n.º 3, «o direito à greve é irrenunciável». No entanto, no art.º 615 do mesmo código, dá-se o dito pelo não dito, já que se estabelece que «pode a contratação colectiva estabelecer normas relativas a procedimentos de resolução de conflitos susceptíveis de determinar o recurso à greve, assim como limitações, durante a vigência do instrumento de regulamentação colectiva, à declaração de greve por parte dos sindicatos outorgantes por motivos relacionados com o conteúdo dessa convenção».

Portanto, o que Bagão Félix pretende é que os trabalhadores, devido à chantagem e pressão patronal, abdicuem de um direito constitucional, ficando assim indefesos face à exploração e arbítrio patronal.

Será desta forma que se espera aumentar a produtividade nas empresas, aumentando o poder e a impunidade patronais?

Despedimento colectivo, por extinção do posto de trabalho e por inadaptação – instrumentos para reduzir a produção

Para além do despedimento com justa causa, o código Bagão Félix contém também três outros instrumentos expeditos para despedir que, embora existentes em leis actuais, ganham no contexto deste código um significado diferente, já que foram introduzidas também algumas alterações: 1) O despedimento colectivo; 2) O despedimento por extinção do posto de trabalho; 3) O despedimento por inadaptação do trabalhador.

De acordo com o art.º 362 do código Bagão Félix, será despedimento colectivo se num período de 3 meses forem despedidos, pelo menos, 2 trabalhadores (no caso de uma microempresa e pequena empresa, que têm, respectivamente, até 10 ou até 50 trabalhadores) ou 5 trabalhadores (no caso de média ou grande empresa que, têm, respectivamente, até 200 ou mais de 200 trabalhadores). E estes podem ser realizados por razões estruturais (de difícil resolução) ou meramente conjunturais e temporárias (como uma mera e temporária quebra na vendas). E, de acordo com o código, o processo é rápido e expedito. Comunicação por escrito à Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, à Comissão Sindical ou Intersindical (nunca ao sindicato); depois, 10 dias para negociar (art.º 383), com a participação de representantes do Ministério de Trabalho; chegando-se ou não a acordo, a entidade patronal tem 20 dias a contar da data da comunicação inicial para comunicar a sua decisão e, se for de despedimento, a única condição que o código impõe é que «deve ser comunicada, por escrito, a cada trabalhador com uma antecedência não inferior a 60 dias relativamente à data prevista para a cessação do contrato» (art.º 363).

Será que a liquidação dos direitos consagrados nas convenções colectivas determinará o aumento da produtividade?

De acordo com o art.º 569 do código Bagão Félix, «as convenções colectivas, decorrido o prazo de vigência renovam-se por um período de um ano. Terminado o período anterior, as cláusulas da convenção colectiva continuam a produzir efeitos durante mais um ano, desde que as partes estejam em negociação».

Mas segundo o art.º 571 do mesmo código, «decorridos os

prazos previstos no artigo anterior, a convenção colectiva cessa a sua vigência».

Não resta qualquer dúvida que tudo isto satisfaz uma já velha reivindicação das entidades patronais, que têm boicotado sistematicamente a contratação colectiva com o pretexto de que direitos não salariais obtidos pelos trabalhadores depois do 25 de Abril têm que ser anulados.

Desta forma, e de uma maneira expedita, Bagão Félix pretende liquidar direitos consagrados nas convenções colectivas após a Revolução de Abril.

Como é que a anulação de direitos importantes poderá contribuir para aumentar a motivação dos trabalhadores, que todos os manuais dizem que é um dos factores-chaves para aumentar a produtividade?

No caso de despedimento por extinção do posto de trabalho, o processo é semelhante, embora seja ainda mais expedito. O empregador comunica a intenção de despedir o trabalhador com a alegação de que o seu posto vai ser extinto; a estrutura representativa de trabalhadores tem 10 dias para contestar o despedimento; dentro do prazo anterior, o trabalhador ou a comissão pode pedir, nos 3 dias iniciais, a intervenção do Ministério de Trabalho, que elabora um simples relatório num prazo de 7 dias a enviar ao requerente e ao empregador; num prazo de 5 dias após ter terminado o prazo anterior de 10 dias a entidade patronal comunica por escrito a sua decisão aos restantes intervenientes (art.º 386, 387 e 388).

Finalmente no caso de despedimento por inadaptação do trabalhador, que pode ter lugar nas seguintes situações: redução da produtividade ou de qualidade; avarias repetidas nos meios utilizados; riscos para a segurança e saúde; não cumprimento de objectivos previamente fixados e formalmente aceites por escrito (art.º 371). É sintomático que se indique como motivo para despedimento quebras de produtividade e de qualidade, e não refira da responsabilidade de quem. Por exemplo, pode-se verificar, e muitas vezes sucede, que tais situações se observem devido à má qualidade das matérias-primas utilizadas, etc., portanto, tudo situações que não poderão a ser imputadas aos trabalhadores. Mas o código refere tais situações sem especificar de quem tem de ser a responsabilidade, dando carta branca à entidade patronal para despedir. Depois o processo de despedimento é

expedito: a comunicação é feita, a estrutura representativa de trabalhadores, se existir, tem 10 dias para dar o seu parecer (art.º 390), e depois a entidade patronal tem 5 dias para comunicar a sua decisão (art.º 391).

Em qualquer um destes tipos de despedimento, o trabalhador tem apenas direito a uma «compensação correspondente a um mês de retribuição-base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade» (art.º 366). No caso de micro-empresas (até 10 trabalhadores), de pequenas empresas (até 50 trabalhadores) e em relação a trabalhadores que ocupem cargos de administração ou direcção seja qual for a dimensão da empresa, a entidade patronal pode-se sempre opor à sua reintegração, embora o fundamento invocado tenha de ser apreciado pelo tribunal (art.º 401).

Desta forma abre-se mais uma porta para o despedimento sem justa causa, pois apesar deste poder ser considerado ilícito pelo tribunal, e de acordo com a lei actual, a empresa seria obrigada a reintegrar o trabalhador. Segundo o código Bagão Félix, já não existe essa obrigatoriedade, pois o trabalhador, mesmo naquelas condições, não tem assegurada a sua reintegração na empresa. Para que isso aconteça – não ser reintegrado – basta que a empresa tenha menos de 50 trabalhadores (em Portugal, 97% das empresas têm menos de 50 trabalhadores) ou que ele ocupe cargos de administração ou direcção (neste caso, seja qual a dimensão da empresa) e o tribunal aceitar os argumentos da entidade patronal.

A arbitragem obrigatória – reposição de um instrumento que existiu antes do 25 de Abril

De acordo com os art.º 579 e 580 do código Bagão Félix, «após negociações prolongadas e infrutíferas (...) a arbitragem obrigatória poderá ser determinada por despacho do ministro responsável pela área laboral, mediante requerimento de qualquer uma das partes ou recomendação da Comissão Permanente da Concertação Social».

E de acordo com o art.º 581 do mesmo código, as partes têm 48 horas para nomear o seu árbitro, e se o não

fizerem compete ao secretário-geral do Conselho Económico e Social designar o árbitro no prazo de 24 horas, e os árbitros designados pelas partes ou nomeados pelo secretário do Conselho procedem à escolha do 3.º árbitro. «No caso de apenas uma das partes designar o árbitro, o tribunal arbitral é somente constituído por dois árbitros, cabendo a presidência, com o respectivo voto de qualidade, ao árbitro designado pelo secretário-geral do Conselho Económico e Social» (n.º 4, art.º 581).

Não resta qualquer dúvida que se está a procurar introduzir na negociação colectiva os mesmos princípios que a dominaram antes do 25 de Abril.

A arbitragem obrigatória deverá ser articulada com o fim da vigência das convenções colectivas previsto no art.º 571, constituindo um instrumento importante para satisfazer reivindicações das entidades patronais.

Os rebuçados amargos do Código Bagão Félix

Na sua campanha de manipulação e controlo da informação transmitida pelos órgãos de comunicação social, a maior parte deles debitando já e fundamentalmente «a voz do dono», Bagão Félix (é sintomático que este ministro recuse qualquer debate público limitando-se a aceitar entrevistas com entrevistadores escolhidos e dóceis); repetindo, na sua campanha de manipulação da opinião pública o Governo tem procurado ocultar as inúmeras disposições gravosas do código Bagão Félix (algumas delas foram analisadas anteriormente) e apontar alguns rebuçados de reduzido significado face à dimensão das alterações negativas. E esses rebuçados são os seguintes: 1) Mudança dos dias dos feriados obrigatórios (um rebuçado para o patronato, mas certamente não para o trabalhador); 2) O aumento do acréscimo por trabalho extraordinário; 3) O aumento do número de dias de férias.

De acordo com o art.º 198 do código Bagão Félix, «os feriados obrigatórios podem ser observados na segunda-feira da semana subsequente». Isto naturalmente

com o objectivo de eliminar as pontes.

De acordo com o n.º 1 do art.º 231 do código Bagão Félix, «a prestação de trabalho suplementar em dia normal de trabalho confere ao trabalhador o direito a um acréscimo mínimo de 75% da retribuição». Actualmente, e de acordo com o art.º 7 do DL 421/83 «o trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho será remunerado com os seguintes acréscimos mínimos: a) 50% da retribuição normal na 1.ª hora; b) 75% nas horas e fracções subsequentes». É evidente que a entidade patronal seria altamente compensada por tal aumento do acréscimo na 1.ª hora (passaria de 50% para 75%) com a redução significativa de trabalho suplementar feito mas não pago com qualquer acréscimo devido ao cálculo em termos médios da duração de tempo de trabalho diário, analisado no ponto 4.

Finalmente, de acordo com o art.º 203 do código Bagão Félix, «o período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis (...) o qual é aumentado no caso do trabalhador não ter faltado ou na eventualidade de ter apenas faltas justificadas, no ano a que as férias se reportam, nos seguintes termos: 1) 3 dias de férias até ao máximo de 2 faltas; 2) 2 dias de férias até ao máximo de 4 faltas, desde que, pelo menos duas sejam seguidas; 3) Um dia de férias até ao máximo de 6 faltas, desde que, pelo menos, duas seguidas».

No entanto, o art.º 296, alínea d) do código introduz um novo tipo de sanção que é a seguinte: «Perda de dias de férias». E o n.º 2 do art.º 298 estabelece que tal sanção poderá reduzir o período de férias do trabalhador até 20 dias.

Neste campo – o dos rebuçados amargos do código Bagão Félix – interessa referir ainda mais o seguinte: enquanto o art.º 28 do DL 49408 estabelece que as sanções pecuniárias «não podem exceder um quarto da retribuição diária e, em cada ano, a retribuição correspondente a 10 dias», o art.º 298 do código Bagão Félix aumenta de um quarto para um terço da retribuição diária, e os 10 dias para 30 dias de multa possível a aplicar ao trabalhador.

* Por lapso referimo-nos na passada semana ao autor como dirigente da CGTP. Rectificamos: Eugénio Rosa é director executivo do Instituto Bento de Jesus Caraca e participa no Gabinete de Estudos da CGTP.

• Rui
Fernandes

Defesa Nacional e Forças Armadas

Contributos para o debate e a reflexão sobre os perigos

É deveras interessante – nalguns casos preocupante – aquilo que se vai lendo e ouvindo da parte do ministro Portas com o realce mediático e os ângulos de abordagem que são dados. O ministro acciona cláusulas contratuais previstas para não cumprimento de prazos? Sai notícia. O ministro pensa não prosseguir com a aquisição dos *hélis*? Sai notícia. O ministro já pensou e não vai prosseguir com a aquisição dos *hélis* previstos? Sai notícia. E assim andamos de notícia em notícia, intervalando com as que dão conta de que o ministro aproveita os fins-de-semana para dançar, o que é bom.

E tudo isto, parecendo natural, tem muito de absurdo. Então se o Estado tem um dado contrato e se a outra parte não o cumpre, não é óbvio que accione os mecanismos legais? É preciso o ministro vir a um telejornal falar da nação com 8 séculos? Enfim...

Mas a questão de fundo, não discutindo nós as razões legais que possam existir no caso dos *hélis* EC-635 e sendo evidente que muita coisa pouco transparente parece mover-se por detrás de opções e contratos (leia-se a notícia do «Público» de 17/8 sobre os helicópteros NH-90), é que tudo vai sendo protelado. Isto é, a **Lei de Programação Militar que o PP aprovou** com o PS, está completamente esfrangalhada.

Na altura, o deputado Portas não se preocupou com nada a não ser fazer o negócio com o PS. Na altura, há poucos meses, o discurso do PP era o de que aprovava a LPM porque as Forças Armadas não podiam continuar na situação em que estavam, não podiam haver mais atrasos, o interesse nacional assim o reclamava. Hoje, para o ministro Portas, o interesse nacional reclama que substitua actos por palavrado, que substitua medidas concretas por posições num putativo tom enérgico, mas que de substância para a resolução dos inúmeros problemas existentes nas FFAA nada acrescentam, e encontre expedientes para ir adiando decisões que segundo o próprio, enquanto deputado, já pecavam por atraso.

Também há quase dois meses safram notícias dando conta de que iria finalmente ser reposta a igualdade entre determinadas categorias de militares e a GNR. A verdade é que até ao momento o resultado é zero. Como é de zero as medidas visando repor o pagamento do complemento de pensão de reforma. Como é de zero, exceptuando a papelística e os discursos, toda a problemática ligada com os chamados ex-combatentes e cujas situações discriminatórias são cada vez mais evidentes e vêm gerando acumuladas exigências de resolução. Como são de zero as medidas visando resolver o problema dos Ten/Capitães, situação para a qual não existe explicação válida.

Mas se do ponto de vista do tratamento concreto dos problemas (de carreiras, reequipamento, vencimentos, do susto da acelerada degradação dos cuidados de saúde, da não adopção de medidas sobre a perspectiva de extinção de um SMO que criará, no contexto existente, agravados problemas às FFAA, etc.) a técnica é ir pondo à borda do

prato, já do ponto de vista ideológico Portas e o Governo vão deitando barro à parede a ver se pega. Vem isto a propósito do mediatizado documento sobre as bases para umas Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

As bases do Governo

Esclarecendo que, em Julho passado, o PCP fez a reapresentação actualizada do seu projecto de Grandes Opções do Conceito, a premissa-base a ter em conta é o próprio conceito que a Constituição da República (CRP) contém e as delimitações de competências que define. Ora, a CRP inculca um conceito global de defesa nacional nos planos político-diplomático, económico-financeiro, social, cultural, etc., afastando concepções restritivas de redução da defesa nacional ao factor militar. Neste sentido, o documento-base agora colocado à discussão é muito limitado. Por outro lado, a CRP deixa clara a distinção entre política de defesa, no seu vector militar, referindo-se à agressão ou ameaças externas e a política de segurança interna, bem como entre as missões das Forças Armadas (a quem incumbe a defesa militar da República) e a das Forças de Segurança. Também aqui o documento agora apresentado tende para uma fusão de conceitos e, consequentemente, de usos, que ferem os princípios constitucionais.

Importa, contudo, esclarecer que não se questionam necessidades de cooperação. Aliás, exemplos não faltam. Quando o ministro Portas vem de forma espantante falar no uso das FFAA no combate ao narcotráfico, sabe que desde há muito que tanto a Marinha como a Força Aérea têm participado em missões deste tipo, colaborando com a polícia judiciária. Sabe também que existe uma Polícia Marítima – órgão de polícia criminal – que no âmbito das suas competências, embora organicamente dependente da Marinha, tem tido acções neste âmbito ou em colaboração com outras forças de segurança, muito embora lutem com uma quase total falta de meios e de claras e actualizadas orientações conceptuais.

Portanto, uma coisa é o combate ao narcotráfico como missão das FFAA. Outra coisa é a colaboração de meios das FFAA no apoio a acções de combate ao narcotráfico.

O que é necessário clarificar é que não queremos polícias militares nem militares polícias.

Por outro lado, dizer que «o tráfico de droga constitui uma forma de agressão externa»(sic) é partir do pressuposto de que a mesma só cá entra vinda de fora e não é cá produzida ou sujeita ao necessário tratamento para ir para fora. Acresce, como muito bem é sabido, que



as medidas de combate ao narcotráfico têm vários vectores, sendo o vector «canhoeira» talvez o menos relevante. Por fim, tráficos existem vários que não só de droga (armas químicas, etc.) não se percebendo a razão deste empolado tratamento da questão droga face aos outros. Portanto, toda esta questão tem de ser tratada com menos ligeireza, sem cair em tentações propagandísticas, com menos gesticulação e mais seriedade e rigor.

Aliás, percorre todo o documento uma filosofia de às FFAA serem cometidas funções e missões visando resolver os problemas de segurança, o que é inaceitável. E, filosofia esta, que a consumir-se, significaria uma regressão em pilares essenciais fundadores do regime democrático. Há, aliás, em certos debates, quem já tenha expresso o conceito de Força Militar Nacional como somatório das Forças Armadas e Forças Militares de Segurança Interna.

Na 3.ª Base do documento é dito, e bem, que «a defesa nacional será tanto mais eficaz quanto maior for a coesão nacional». A questão é esta: promove a coesão nacional uma política de aumento da dependência face ao exterior? Promove a coesão nacional uma política que tende a sacrificar quem menos tem? Promove a coesão nacional destruir o sistema de segurança social? Promove a coesão nacional o pacote laboral? Promove a coesão nacional a entrega dos sectores estratégicos ao estrangeiro?

Na 6.ª Base (terrorismo) é tocada a necessidade de «aperfeiçoar o planeamento civil de emergência». Ora, esta necessidade não resulta somente das preocupações contra o terrorismo. Trata-se, portanto, de uma visão muito redutora quanto ao papel do planeamento civil de emergência.

A 13.ª Base (CPLP) define três aspectos de acentuação da importância da CPLP, ficando no entanto muito pouco preciso o primeiro aspecto – reforçar a sua dimensão de Defesa.

Restando ainda saber se faz sentido

tal objectivo constar num documento de Grandes Opções do Conceito Estratégico do Estado Português.

Na 21.ª Base é dado como adquirida a extinção do SMO no final do próximo ano. Só, mais uma vez, por ligeireza ou uma visão obtusa pode tal matéria ser assim colocada, sabendo-se os inúmeros problemas existentes, os quais têm sido recorrentemente chamados à atenção.

Quanto às alianças nada de novo. Papel decisivo à NATO apontada como «eixo estruturante do nosso sistema de segurança e defesa». Muito empenhamento na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). É no entanto de registar a assunção feita na 12.ª Base do documento à PESD como « pilar europeu da NATO ». E regista-se porque, como se sabe, são várias as dinâmicas e visões nesta matéria e porque alguns (Jaime Gama, por exemplo), partilhando da visão « pilar europeu », tendem a criar uma nublada que dá para tudo e mais alguma coisa. Regista-se também a forma ligeiríssima como é tratada a Organização de Segurança e Cooperação Europeia, o que revela desde logo a pouca aposta nesta como espaço para a paz e a cooperação.

Por fim, sendo certo que muito há e haverá a dizer, é verdadeiramente espantoso que o documento diga o seguinte: « Não servirão o interesse nacional posições imobilistas sobre a estrutura das Forças Armadas (...); ora, sendo Portugal um aliado firme e leal, tem de retirar daí as consequências (...). Isto é, tem de se mexer na estrutura das FFAA não em função dos interesses nacionais, das necessidades nacionais, da nossa experiência, daquilo que verdadeiramente nos interessa, mas por razões de dinâmica externa. Não sendo nenhuma novidade ela continua a chocar. Eis um exemplo de uma ideia e prática velha, embrulhada numa roupagem nova. Só que nesta como noutras matérias, não é novo quem quer.

Que prossiga, pois, o debate e a reflexão.

Ciência e Tecnologia

• Francisco Silva

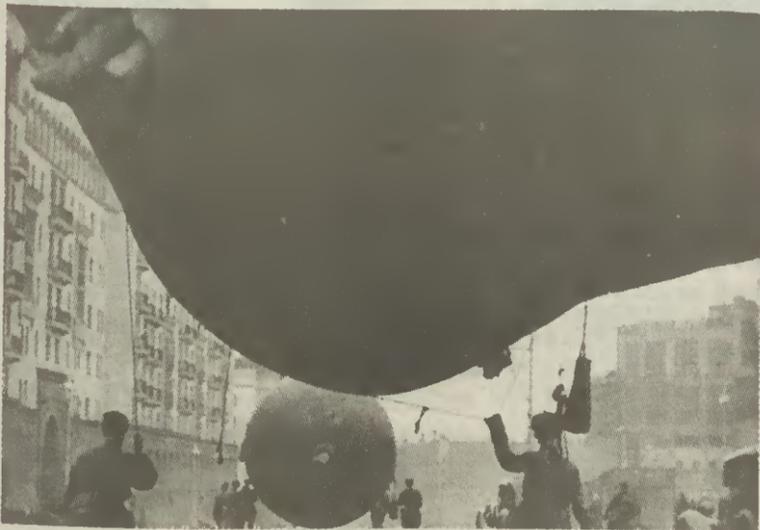
Há algum tempo já me tinha referido ao livro de Michel Rival, «Aprendizes de Feiticeiro», publicado recentemente no nosso país. Uma obra cujo subtítulo «O armamento no século XX: Fritz Haber, Wernher von Braun, Edward Teller» ajuda a indicar quem são esses aprendizes de feiticeiro e a esclarecer qual o tema aí tratado. Na altura, citei este livro a propósito do «enigma» que envolveria o sucesso da astronáutica soviética e do facto de esta, bem ao contrário da astronáutica norte-americana, não ter beneficiado da incorporação da mão-de-obra científica e tecnológica da Alemanha, como consequência da derrota desta na 2.ª Guerra Mundial.

Com efeito, uma figura emblemática, o pai herói, da astronáutica norte-americana, bem incensado na altura

Os três heróis

Foram os eleitos de Michel Rival, já referidos no início deste texto: Fritz Haber, inventor, por altura da I Guerra Mundial, dos «gases de combate», precursores das armas químicas; Wernher von Braun, a quem já apresentámos como o criador dos foguetões V2 que foram utilizados pelos nazis nos finais da II Guerra Mundial; e Edward Teller, «pai» da bomba termonuclear, demonstrada pela primeira vez em 1952, um activista principal da Guerra Fria. Eleitos exemplares, tanto pelas armas de destruição maciça a que deram origem como pelas relações que entreteceram com os poderes políticos e os projectos de que foram os campeões incontestados. E, de facto, Michel Rival, para além de mostrar com toda a clareza o facto de qualquer destes nossos três «heróis» serem os grandes campeões dos respectivos projectos, não hesita mesmo em afirmar, sem qualquer espécie de panos quentes, que o mais impressionante em «homens como Fritz Haber, Wernher von Braun e Edward Teller é

Aprendizes de feiticeiro



o fanatismo, a pura gratuidade da sua actuação - apesar dos muitos esforços com que procuraram dar-lhe uma justificação patriótica e científica - e a sua completa cegueira política e humana». Pois é, não era a intimidade com a Ciência que iria preservá-los de uma opção, como foi a sua, a favor do Horror! Com efeito, para Michel Rival, nem o patriotismo (no caso de Haber, ainda assim poderia ser denominado deste modo, Haber, um judeu que acabou por conseguir um posto de oficial durante a I Grande Guerra e, mais tarde, foi galardoado com um prémio Nobel da Química; no caso de von Braun, foi mesmo o nazismo duro e puro),

pelos meios de comunicação social, foi exactamente o mesmo von Braun criador dos foguetões V2 - das «bombas voadoras» -, cujos lançamentos, durante a 2.ª Guerra Mundial, sobre grandes urbes, como Londres e Antuérpia, causaram milhares de mortos. Um cientista alemão, de origem aristocrática, membro do partido nazi desde 1940, tendo em 1945 chegado ao posto de major das SS, que se tornou numa figura de proa da fase da exploração espacial norte-americana cujo cume foi o desembarque de astronautas na Lua. Nesse tempo, finais dos anos 60 do século passado, de par com as façanhas do herói agora americano von Braun, os auto-intitulados germanófilos faziam-nos ouvir que os soviéticos tinham ficado (roubado, feito prisioneiros, eu sei lá que mais) com a fina flor dos sábios e técnicos alemães. E agora veio-nos Rival dizer que eles, quase todos, os importantes do projecto das «bombas voadoras», com von Braun à cabeça, foram mas foi para os EUA. Mas adiante, que o nosso objectivo aqui é antes a orientação seguida por Rival no livro, isto é, a análise do papel e das motivações de três actores científicos vitais para a evolução do armamento do século XX.

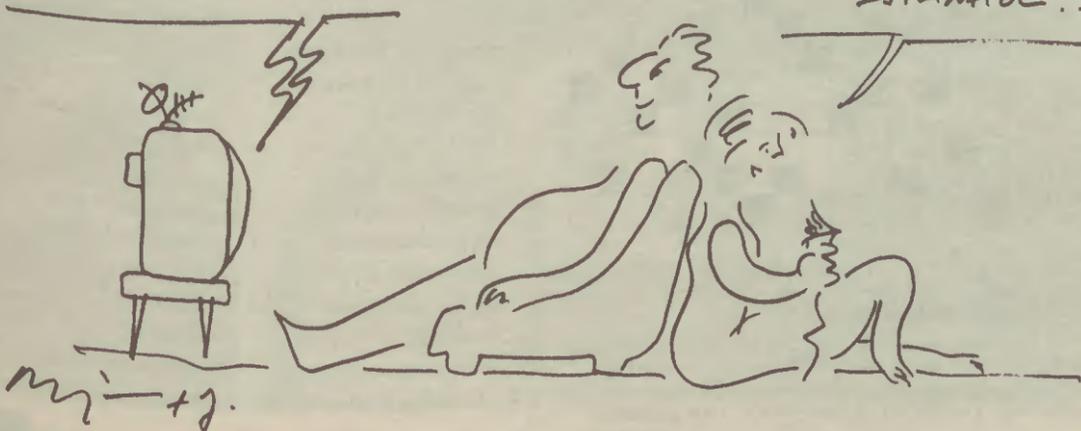
nem o combate anti-soviético (no caso de Teller, um judeu húngaro fugido ao regime de Hitler, figura importante da Guerra Fria, desde a bomba H até à «Guerra das Estrelas» - terá sido ele a persuadir Reagan), nem tão-pouco a orientação para o sucesso científico - no caso dos três - poderiam justificar tão terríveis desempenhos. Poder-se-á ainda dizer que estes três casos são excepcionais e que, por isso, não seriam assim tão significativos. A verdade é que o seu impacto na marcha geral das coisas do armamento, por si própria, já teve uma importância imensa. E, depois, uma andorinha, ou mesmo três, não fazem a Primavera. Só no que respeita aos tempos de Haber, foi uma parte muito relevante da comunidade científica alemã que apoiou o militarismo alemão como a solução (excepções, também, como foi o caso de Einstein). E, no caso de Teller, não obstante a oposição de importantes cientistas «humanistas», os seus projectos foram mesmo por diante. Hoje, tanto ou mais que ontem, a temática da responsabilidade social e política dos cientistas e de todos os cidadãos, está e continuará a estar na ordem do dia.

Cartoon

• Monginho

POR PROPOSTA DE
UM GRUPO DE AMIGOS...
O PRESIDENTE SAMPAIO
PODERA' CONDECORAR
A TÍTULO PÓSTUMO
O INFANTE D. HENRIQUE
... !??

O' MEU... PRIMEIRO ESTA'
O D. AFONSO HENRIQUES!
SE ELE NÃO BATESSE
NA MÃE NUNCA SERIAS
PRESIDENTE... E FAÇÁMOS
ESPANHOL !!!



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Simplex

Beijo a mão
do filho com sono.

Cão
lambendo a mão
do dono

*

A flor manda
o seu perfume
para as estrelas.

«Não somos dignas!, dizem elas.

*

Janela aberta
para o luar.

O seu direito
de sonhar.

*

Ricos não são alegres.
O dinheiro não deixa
e ele já não se queixa.

*

No fundo da ravina
o mar.
Nada impede teus olhos
de navegar.

*

Agarrei numa pedra
grávida de milhões de anos
e o parto não está para breve.

*

Ser do Partido não é fácil.
Não será.
Que alternativa há?

*

Não se trata de ser humilde.
Penso
que é só uma questão de bom-senso.

*

Não me comprometo
senão
com a entrega do meu coração.

*

Se o filho come
já não tenho fome.

*

Canto - se cantar
é este haver mais ilhas
por achar.

*

A folha de papel branco
espera.
Mas ainda vem longe a Primavera.

*

Quando o poema
se acabou
- «e agora?» - perguntou.

*

Quando o rio nasceu
vieram os deuses para lhe dar
a liberdade de morrer no mar.

*

Uma pepita em festa
para fechar.
Nada me resta
se não esperar.



Jornadas de trabalho

Sábado, 31 de Agosto

- da organização da **Freguesia da Amora**, seguida de almoço-convívio.
O ponto de encontro é no Bar de Apoio, às 08h00.

Domingo, 1 de Setembro

- de eleitos, candidatos e activistas da **CDU de Setúbal**, seguida de almoço-convívio na Adega da Quinta da Atalaia.

Ementa: sardinhada e entremeadas (refeição completa).

O ponto de encontro será no Centro de Trabalho de Setúbal, às 08h00.



Excursões

Do concelho de Cascais

Dias 7 e 8 de Setembro

Percurso do autocarro:

Alcabideche (Largo) - 08h30

Alcoitão (junto aos semáforos)

- 08h35

Manique (Neves) - 08h45

Tires (Alto de Tires) - 08h50

Parede (Centro de Trabalho)

- 09h00

Rana (Alto) - 09h05

Sassociros (Café Santos) - 09h10

Inscrições

até ao dia 4 de Setembro

Informações:

Tels. 214692145 - 214866991

214561122 - 214442253

De Santa Iria de Azóia

Dias 7 e 8 de Setembro

Partida de Santa Iria de Azóia

- às 10h00

Regresso da Festa do Avante

- às 23h00

Para marcação de lugar,
contactar o **Centro de Trabalho**,

todos os dias úteis,

a partir das 20h30 ou através dos

tels **219590010** ou **219561005**

(entre as 08h00 e as 13h00

e entre as 15h00 e as 20h00).

De Setúbal

Sábado e Domingo,

dias 7 e 8

Partidas às 08h45

Praias do Sado

Faralhão

Alto da Guerra

Setúbal

Festa do «Avante!»

Regressos:

Sábado às 00h30

e Domingo às 22h00

Inscrições pelo telefone

265 522 273

De Viana do Castelo

Partidas sexta-feira, dia 6

- de Caminha - 07h30,

junto ao Pão Quente

Virgem de Fátima

- de Viana do Castelo - 08h00,

junto à Casa Seixas

- Campo da Agonia.

Os autocarros regressam, um no

Domingo (dia 8), às 23h30; outro,

segunda-feira (dia 9), às 09h00.

JCP/Arraiolos

Em festa para a Festa do «Avante!»

no

Autocarro da Amizade

Partida, sexta-feira, dia 6

de Setembro, às 13h00,

nos Correios

Chegada, segunda-feira,

9 de Setembro.

Inscrições (limitadas)

até ao dia 4 de Setembro.



Carlos Carvalhas em Palmela

Na segunda-feira, dia 2 de Setembro, o Secretário-geral do PCP, integrando uma delegação do Partido, visita as **Festas das Vindimas**, em Palmela.

A visita inicia-se no Pavilhão do PCP, no recinto das Festas.

Aveiro

Em defesa da Segurança Social

Hoje, às 17h00,

na Av. Dr. Lourenço Peixinho

(junto aos Armazéns de Aveiro)

Acção de rua, com distribuição de documentos

à população, às 21h00

no salão da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Sessão/debate, com a participação

de **Eugénio Rosa**, da Comissão para as questões

da Segurança Social,

e **Fernanda Mateus**,

membro da Comissão Política

Plenário de militantes de S. João dos Montes

Sexta-feira, 30, às 21h30,

no CT de A-dos-Loucos

com a participação de

Deolinda Luís,

da DORL

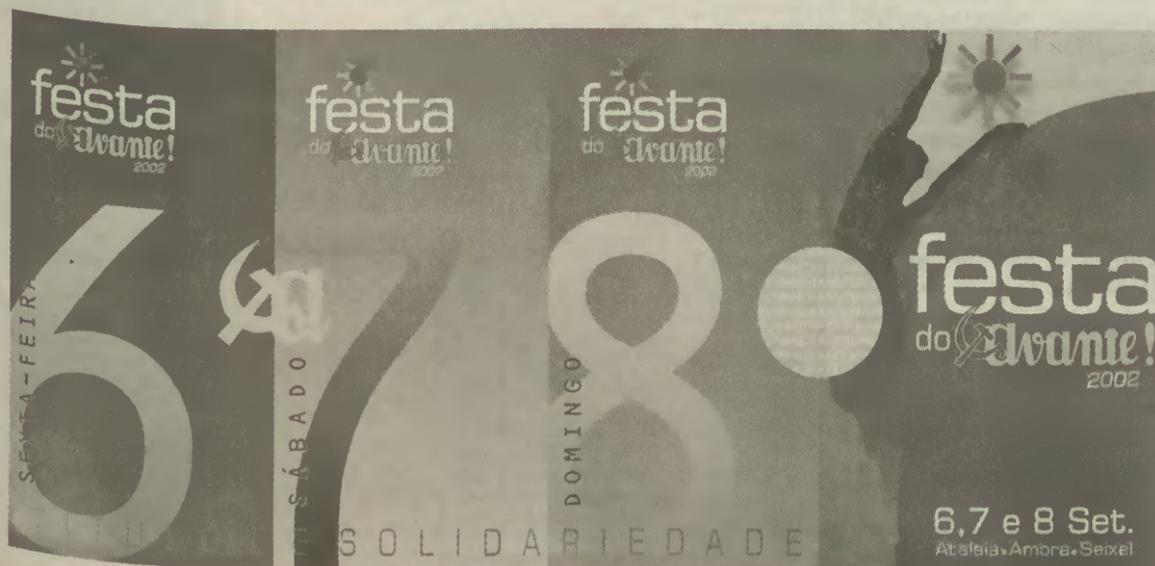
Espaço de Coleccionadores

O **Sector de Empresas de Lisboa** promove, de novo, este ano, na Festa do «Avante!» um espaço dedicado aos coleccionadores e a todos os que apreciam objectos antigos.

Para isso, apelam a quantos queiram colaborar para a oferta e envio, para o Centro de Trabalho Vitória, de toda a espécie de materiais: loiças, vidros, metais, selos, etc.

Compra já a EP

A Entrada Permanente para a Festa do Avante! já está à venda! Podes comprá-la nos centros de trabalho do PCP ou através de militantes do Partido. Até dia 5 de Setembro a EP custa 14 euros, mas nos dias da Festa aumenta para 19 euros. Aproveita já esta oportunidade!



Porto

Iniciativa de rua

promovida pela Organização do Ensino Secundário

Terça-feira, 3, às 14h30

na Rua de Santa Catarina

com animação de rua, painéis sobre a história do PCP

e banca de materiais para divulgação da Festa do «Avante!»

e o Comboio da Juventude

Viagem ao Brasil

Data prevista de 4 a 12 de Outubro

● Rio de Janeiro

● Angra dos Reis e Cabo Frio

● Búzios

Para inscrições e pedidos de programa

contactar o camarada Artur Cabrita

Tels: 21 275 2777 e 21 275 3939

A talhe de foice

• Leandro Martins

Deslizar

O antigo ministro das Finanças e da Economia de Guterres, que acabou por ser lançado fora numa das muitas curvas que Guterres deu na procura de uma via de direita para o «socialismo» beato, veio agora propor um «pacto de regime» entre partidos. Os partidos em questão serão certamente aqueles que costumam aprovar os orçamentos que, de há muitos anos a esta parte, vêm «modernizando» o País, isto é, dando aos ricos mais riqueza e aos pobres nem sequer o pão e o circo - ficando-se pelas migalhas e pelo infernal entretenimento que povoa as televisões.

Segundo alguns jornais, o PS, agora em fase de renovação de maquilhagem, no afã de compor um «novo» visual de esquerda - o Público revela que o PS vai «afinar ideologia até 12 de Outubro!» -, irritou-se com esta direitice pública de Pina Moura. Sem razão, aliás, porque devia já saber do que a casa gasta, nisto das deslizantes aquisições que, mais ou menos rápidas, lhe caem nas bancadas, despejadas pela esquerda. Dizemos mais ou menos rápidas porque, como na música, há vários andamentos - vivo, alegre, andante, moderato... - embora o sentido seja sempre para a direita, por muito de esquerda que hajam jurado ser. É um movimento que já vem de longe e que o PCP, onde se origina esta tocata em fuga, já viu classificar e classificou de vários modos, adequados aos casos e às conjunturas. Da «política de transição» à «tendência anarco-liberal», do «radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista» às «folhas secas» e aos novíssimos «renovadores», o corrupio há-de continuar sempre que as pressões da luta, as hesitações ou as impaciências pequeno-burguesas levam a melhor sobre quem um dia, com provável convicção ou dissimulado oportunismo, abraçou as causas e os ideais do comunismo.

Paciência, é um caminho de um só sentido, deslizando. Com algumas paragens, tais apeadeiros. Vasculhando na memória, lembramos alguns exemplos - Mário Soares que, tal uma estrela cadente, atravessou rápido o campo da esquerda para se tornar o «paladino do anticomunismo»; alguns «esquerdistas» da Suíça, como Barreto que, de ministro da contra-Reforma Agrária já se encontra há muito à direita do PS (aliás, quanto mais duros e férros «comunistas» mais à direita se colocam ao fim da primeira viagem deslizando - recorde-se Silva Marques que saiu pela «esquerda» para ingressar no PPD; ou Zita Seabra, que tomou o mesmo caminho). Outros, certamente mais conscientes do que lhes ia nas almas - e os tempos eram outros, correndo no refluxo revolucionário que tomou o mundo - já entraram no PS com certificados de moderação passados pela comunicação social que lhes amparou a queda.

Mas todos, finalmente, elegendo o PCP como inimigo principal. Nem que para isso tenham de recorrer aos tribunais para agitarem aos olhos dos novos companheiros, as cópias dos autos a servirem de pergaminhos e confirmação de vassalagem. O PS que se cuide. Porque não encontrará no deslizar para a direita o caminho da esquerda. Isto se for verdade que anda a pensar em mais do que mera maquilhagem. E que não se irrite. É que, mesmo deslizando, o movimento é muito forte.

CGTP-IN condena agitação e discurso de terrorismo social da direita

A batalha do esclarecimento

A CGTP-IN condenou a dramatização que o Governo faz da crise orçamental. O risco, alertou, é arrastar o País para a recessão e para um quadro mais favorável à imposição de baixos salários e precariedade no trabalho.

Esta posição foi tornada pública, anteontem, pelo coordenador da CGTP, em conferência de imprensa onde não deixou passar em claro as mais recentes afirmações do líder do PP e ministro da Defesa a propósito da luta dos trabalhadores em resposta à ofensiva do Governo.

Carvalho da Silva acusou Paulo Portas de, com a sua promessa de dar luta a uma greve geral, fazer uma «campanha de agitação» e «terrorismo» social no seu discurso da «rentrée» política.

Esclarecido foi o facto de

a CGTP não ter marcado qualquer greve geral, tendo aquele dirigente sindical acrescentado que a tática presente no discurso de Portas, em Aveiro, é «evitar o esclarecimento e o debate políticos e substituir isso pela agitação».

A direita mantém o silêncio sobre a fuga e evasão fiscal ou os baixos salários

Numa alusão à afirmação de Portas de que fará frente a uma greve geral com um «dia geral de trabalho», Carvalho da Silva considerou «inédito» que seja um ministro de Estado a fazer um apelo do género que «roça o terrorismo social».

«Nós não embarcamos neste jogo», acrescentou,

antes de esclarecer que a acção da CGTP é no sentido de debater as questões que preocupam os trabalhadores, designadamente a Segurança Social e o novo pacote de leis laborais.

Aludindo ainda ao «dia de trabalho geral» invocado por Portas, o dirigente da CGTP-IN considerou que é outra a perspectiva dos trabalhadores, ou seja, o que pretendem é «uma vida de trabalho», mas com dignidade e direitos.

«Pelo conteúdo e pela forma, o discurso de Paulo Portas é a expressão ou a voz da direita social e politicamente organizada», destacou Carvalho da Silva, assegurando não haver dúvidas que as propostas do Governo em matéria de segurança social e trabalho pertencem à direita.

«É chocante a forma como se tenta diabolizar os trabalhadores», observou

ainda o dirigente sindical, a quem não escapou o facto de, em mais de 40 minutos de discurso, Portas não ter falado sobre a fuga e evasão fiscal ou os baixos salários, numa altura em que a ostentação de riqueza continua a fazer-se em muitas zonas do país.

Tema que levou Carvalho da Silva a lançar o repto ao Governo e ao patronato para que abandonem as políticas orçamentais restritivas geradoras de mais desemprego, alertando simultaneamente para a necessidade de refutar o pessimismo generalizado, por forma a evitar o desastre económico. «A fixação obsessiva no equilíbrio orçamental sem uma estratégia de desenvolvimento é o caminho seguro para o desastre. É condenar o País por longos anos à matriz de baixos salários, de baixa qualificação e de desrespeito pelas normas de trabalho», enfatizou.

Anunciados novos períodos de greve

Prosegue a luta nos serviços de identificação

Os trabalhadores com contrato administrativo de provimento dos Serviços de Identificação agendaram mais seis dias de greve a partir de 16 de Setembro. A decisão foi tomada, segunda-feira, em plenário nacional, seguido de uma concentração em frente ao Ministério da Justiça, e inscreve-se na sua luta pela integração nos quadros da Função Pública.

Desde o dia 10 de Agosto e até ao próximo dia 3 de Setembro que os trabalhadores contratados a prestar serviço nas Lojas do Cida-

dão e na Direcção dos Serviços de Identificação Civil estão a efectuar greves aos sábados, segundas e terças-feiras em apoio à sua exigência de integração no quadro de pessoal da Direcção Geral dos Registos e do Notariado.

Segundo dados sindicais, a adesão à greve cifra-se em 93 por cento a nível nacional, com mais de 88 por cento dos trabalhadores a aderirem na Direcção de Serviços de Identificação Civil, enquanto nas Lojas do Cidadão a percentagem se elevou para a casa dos 93 por cento.

Estas greves têm provocado atrasos de cerca de 30 dias na emissão de bilhetes de identidade e a paralisação da maioria dos serviços de bilhete de identidade, registo automóvel e certidões das Lojas do Cidadão.

Argumentam estes trabalhadores - são cerca de 315 os abrangidos por estes contratos administrativos de provimento - com o facto de garantirem «necessidades permanentes dos serviços» onde estão colocados.

A ausência de uma resposta positiva do Governo às suas reivindicações justifica

a marcação dos novos períodos de greve a partir de 16 de Setembro, bem como a realização de «vigílias» à porta do Ministério da Justiça e dos Governos Cívicos das cidades onde estão localizadas as Lojas do Cidadão - Lisboa, Porto, Aveiro, Viseu, Setúbal e Braga.

Os trabalhadores, como forma de pressão junto do Executivo PSD/PP, irão igualmente subscrever abaixo-assinados para entregar ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Governo, Grupos Parlamentares e Provedor de Justiça.

Superior contra cortes orçamentais

Está marcada para hoje uma reunião nacional de associações académicas destinada a analisar os cortes orçamentais previstos para as universidades públicas. Esta é uma questão que tem vindo a gerar crescente preocupação no seio do Ensino Superior (ver página 10) e que levou já inclusivamente o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas - em reunião para analisar o orçamento do próximo ano

- a concluir que a verba que o Governo pretende destinar às instituições (707 milhões de euros) não só não permite o funcionamento até ao final de 2003 como também é inferior à do ano passado (714 milhões de euros).

Também os politécnicos consideram que as verbas previstas para estas instituições de ensino superior são inferiores em cinco por cento em relação ao ano passado, podendo a situação

colocar em risco o ano lectivo 2003/2004.

Com apreensão idêntica estão os estudantes do ensino superior. O assunto está a ser objecto de discussão, como sucedeu já com a Associação Académica de Coimbra (AAC), que se manifestou anteontem contra os eventuais cortes no orçamento do Ensino Superior, alegando que estes causarão a ruptura económica da universidade.

Em comunicado, a Asso-

ciação alertou para o facto de o orçamento proposto em 2003 para a Universidade de Coimbra (86,3 milhões de euros) não incluir «verbas para cobrir a inflação, aumentos salariais da função pública e progressões da carreira docente».



0 15 00

5 607727 021186